

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (SC)

MAICON DE MEDEIROS

FLORIANÓPOLIS (SC)

2010/1

MAICON DE MEDEIROS

**A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (SC)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Profa. Dra. Claudia Maria França Mazzei Nogueira.

FLORIANÓPOLIS (SC)

2010/1

MAICON DE MEDEIROS

**A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS (SC)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Claudia Maria França Mazzei Nogueira, Dra.
Departamento de Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina
Presidente

Profa. Beatriz Augusto Paiva, Dra.
Departamento de Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina
1ª Examinadora

Assistente Social Dalva Maria Kaiser, Esp.
Coordenadora Municipal de Políticas Públicas para Mulheres – Prefeitura de Florianópolis
2ª Examinadora

FLORIANÓPOLIS (SC)

2010/1

Aos meus pais, por ensinarem-me a ser o
homem que sou.

Ao meu companheiro, que soube acreditar-me
e incentivar-me em todos os momentos.
Sempre juntos. Por nós.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meus agradecimentos pessoais àquelas e àqueles que, direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação acadêmica. Registro também, nestes agradecimentos, a felicidade de tê-las(os) lado a lado, alguns mais, outros menos, mas cada um à sua maneira, durante meu percurso nesta empreitada que é a vida na Academia, pois nenhum projeto é realizado sozinho.

Aos meus pais Carmelita e João Carlos que puderam conceder-me, à custa de muito trabalho, pertencer a uma minoria de brasileiros que tem acesso ao ensino superior e que podem dedicar-se integralmente aos seus estudos. Por acreditarem e sonharem comigo esta formação e esta profissão. Sem vocês, nada disto seria possível. Amo-os.

Ao meu companheiro Alysson por acreditar, insistir, animar-me e, também, por entender minha ausência nas noites frias destes últimos meses. Pelo seu apoio incondicional. Pelo nosso “E desde então, sou porque tu és / E desde então és / Sou e somos... / E por amor / Serei... Serás... Seremos”, que carinhosamente tomamos emprestado de Neruda. Amo-o, simples e demasiadamente.

À minha orientadora Profa. Claudia Mazzei, que aceitou imediatamente o meu convite para a orientação neste semestre, mesmo com tantas atividades lotando sua agenda. Foi, além de um prazer enorme ouvi-la e aprender mais esta vez, partilhar alguns momentos particulares e difíceis para ambos. Desejo que esta parceria não termine aqui.

Às examinadoras Profa. Beatriz Paiva e Assistente Social Dalva Kaiser que contribuíram de duas formas: com seus conhecimentos e sugestões (valiosos demais, por sinal) e, embelezando ainda mais esta banca examinadora. Obrigado por aceitarem partilhar comigo este momento tão especial e de transição em minha formação.

À Rosinha, que me estabeleceu prazos, puxou minhas orelhas diversas vezes e, principalmente, acreditou em mim. Sua força foi imprescindível para este trabalho desenvolver-se.

À CMPPMulher e sua equipe, às Assistentes Sociais Dalva Kaiser e Rosilene, e à Cris, que deixaram as portas abertas e cederam sempre em tempo hábil o material solicitado para minhas pesquisas, além de receberem-me sempre que necessitei.

Às mulheres da Câmara Técnica e ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em especial à Neusa Dias, pelas informações cedidas e pelo carinho no acolhimento.

À Assistente Social Adair, que já na época de realização do meu estágio no Disque Idoso estive de braços abertos para ouvir, partilhar dúvidas, inseguranças, os problemas e tantas outras coisas, e que sempre torceu pelas minhas conquistas. Aprendi muito com você!

À Luciane Borges, também da Prefeitura de Florianópolis, pela parceria das boas que tivemos juntos em meu período de estágio. Inesquecíveis foram aqueles (difíceis) momentos.

À Profa. Eliete Cíbele Cipriano Vaz com quem tive o prazer de dividir muitos momentos de crescimento profissional e acadêmico, seja na disciplina que lecionou-me, seja no desenvolver do projeto que deu origem a uma disciplina optativa no Departamento de Serviço Social, seja no Projeto Rondon. Carrego muito do teu perfil profissional.

À equipe da UFSC com quem partilhei o Projeto Rondon: Graciano e Profa. Eliete, do Curso de Serviço Social; Cíbele e Michel, do Curso de Medicina; Thaís e Prof. Antonio, do Curso de Enfermagem; e o Evandro, do Curso de Pedagogia. Esta equipe foi a melhor da qual fiz parte até então em minha jornada acadêmica.

Aos membros da equipe da Universidade Tecnológica Federal do Paraná que participaram da mesma Operação: Prof. Feitosa, Profa. Maria Teresa, Claudia, Dani, Ísis, Jéssica, Karen e o Mexicano! Vocês sabem, o macaquinho levado chora até hoje quando lembra-se de tudo que passamos juntos.

Às mulheres de São Caetano de Odivelas, no Pará, fortes, líderes e inesquecíveis. Acolheram-me como seu filho e me proporcionaram aprendizados que a Academia não pode oferecer. A vocês, o meu eterno reconhecimento.

Às mulheres do MST do oeste catarinense e de Viamão (RS) com quem dividi momentos únicos em minhas breves passagens em seus assentamentos.

À Profa. María Del Carmen Cortizo, minha tutora no período em que estive no Programa de Educação Tutorial, pelo zelo no acompanhamento e pela disponibilidade com que sempre me recebeu e orientou.

À Secretaria de Ensino Superior do MEC, à UFSC e ao Departamento de Serviço Social, por propiciarem meu acesso e permanência ao Programa de Educação Tutorial de Serviço Social, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, do qual resultou o apreço pela pesquisa e vida acadêmica.

À Profa. Simone Sobral (minha paraense preferida), por fazer-me apaixonado por Foucault. Obrigado pelo apoio e paciência de tantas tentativas.

Aos colegas de Graduação, cujos nomes são tantos que caberiam em mais uma dezena de laudas.

Aos novos amigos da Liderança: Juh, Isaac, Flamarion, Daniel, a Dani, Leh, Maria, Willian, Andreza e Brian. A todos a gratidão por compreenderem a necessidade da ausência neste período.

E, não poderia deixar de agradecer às profissionais que marcaram minha vida acadêmica e profissional pelo seu exemplo. Não o exemplo que aprendemos nos inúmeros textos de ética profissional, mas o exemplo de como não ser assistente social. Exemplos negativos também ensinam. Sei, por vocês, o profissional que não desejo tornar-me.

*Somewhere over the rainbow
Way up high
And the dreams that you dreamed of
Once in a lullaby
Somewhere over the rainbow
Blue birds fly
And the dreams that you dreamed of
Dreams really do come true
Someday I'll wish upon a star
Wake up where the clouds are far behind me
Where trouble melts like lemon drops
High above the chimney tops that's where
You'll find me oh
Somewhere over the rainbow bluebirds fly
And the dream that you dare to, why, oh why can't I?*

*“Somewhere Over the Rainbow and What a
Wonderful World”
(EY Harburg/Harold Arlen)*

RESUMO

As mulheres tiveram seu lugar relegado ao mundo do lar durante séculos. A modernidade inaugurada pela Revolução Industrial concebeu novos sujeitos sociais e permitiu, aos poucos, que a resistência das mulheres passasse a conquistar novos espaços, buscando o domínio do público. Sobreposta às discriminações oriundas de raça/etnia, sexualidade, orientação sexual, entre outras, as mulheres foram sucessivamente espoliadas de direitos em todos os âmbitos de suas vidas: afetiva, no mundo do trabalho (marcado pela divisão sexual do trabalho), nas relações sociais, na política, etc. As políticas sociais de gênero vão surgindo, a partir do contexto de discussão dos direitos das mulheres como direitos humanos, em resposta às demandas das mulheres expressas pelos movimentos sociais. Desta forma, este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma pesquisa que tem como tema central o acompanhamento do processo de construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, no município de Florianópolis, em 2010. Buscou-se responder, no decorrer de nossas observações e análises, às seguintes respostas: a) como se dá o processo de construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres no município de Florianópolis? b) qual a efetividade e os limites de atuação do referido Plano? E, c) quais os parâmetros de participação utilizados no processo de organização da sociedade civil, movimentos sociais e Poder Público? Metodologicamente optamos por uma pesquisa qualitativa baseada em dados secundários e documentos já existentes. Pesquisa exploratória e descritiva, configura-se também como explicativa e bibliográfica-documental, tendo acessado não apenas referências principais no debate de gênero e feminista em tela no Brasil, mas ainda, legislações nacionais e internacionais, resultados de Conferências e Convenções. Com base no método dialético buscamos compreender a totalidade das relações sociais, historicizadas, que resultaram na atual condição sócio-econômica-política da mulher, encontrada também em Florianópolis, e a emergência da configuração de uma política pública de gênero no município citado.

Palavras-chave: Gênero; II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis.

ABSTRACT

The women had relegated their place to home world for centuries. The modernity inaugurated by Industrial Revolution conceived new social subjects and let, gradually, the women resistance came to win new spaces, seeking the public domain. Overlapped to discriminations arising from race/ethnicity, sexuality, sexual orientation, among others, the women were successively deprived of rights in all spheres of your lives: emotional, in the world of work (marked by sexual division of labor), in social relations, in politics, etc. The social politics of gender are appearing from the context of discussion of women's rights as human rights, in response to demands of women expressed by social movements. So, this Work of Conclusion of Course presents a research that has as central theme the monitoring the construction process Municipal Plan of Women's Policies, in the city Florianopolis, in 2010. We tried to respond, during our observations and analysis, the following answers: a) how is the process of construction of the Municipal Plan of Women's Policies in the city Florianopolis? b) which the effectiveness and limits of performance of this Plan? And, c) which parameters of participation used in the process of organizing civil society, social movements and Public Power? Methodologically we choose a qualitative research based on secondary data and existing documents. Exploratory and descriptive research is also set as explanatory and bibliographical-documental, having accessed not only the main references on discussion of gender and feminist scene in Brazil, but also national and international laws, Conferences and Conventions. Based on dialectical method we tried to understand the totality of social relations, historicized, resulting in current socio-economic-political woman's status, also found in Florianopolis, and the emergence of setting public policy of gender in the city said.

Keywords: Gender; II National Plan of Women's Policies; Municipal Plan of Women's Policies of Florianopolis.

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Secretarias Municipais, Secretarias Executivas e Órgãos da PMF.....	26
Quadro 2 – Programas e Serviços oferecidos pela SEMAS, por diretoria e Órgão.....	30
Quadro 3 – Composição do COMDIM.....	33
Quadro 4 – Estruturas do CMCF e COMDIM.....	34
Quadro 5 – Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (a).....	50
Quadro 6 – Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (b).....	53
Quadro 7 – Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (c).....	54
Quadro 8 – Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (d).....	54
Quadro 9 – Grupos de Trabalho do I Seminário Municipal de Políticas para as Mulheres.....	56
Quadro 10 – GT 1 – I Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres (a).....	57
Quadro 11 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 1 (a).....	59
Quadro 12 – GT 1 – I Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres (b).....	60
Quadro 13 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 1 (b).....	60
Quadro 14 – GT 1 – I Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres (c).....	61
Quadro 15 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 1 (c).....	62
Quadro 16 – GT 2 – I Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres (a).....	63
Quadro 17 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 2 (a).....	65
Quadro 18 – GT 2 – I Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres (b).....	67
Quadro 19 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 2 (b).....	68
Quadro 20 – GT 3 – I Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres.....	68
Quadro 21 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 2	72
Quadro 22 – GT 4 – I Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres (a).....	73
Quadro 23 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 2 (a).....	75
Quadro 24 – GT 4 – I Seminário de Políticas Públicas para as Mulheres (b).....	76
Quadro 25 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 2 (b).....	77
Quadro 26 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca da Monitoração e Avaliação do PMPM.....	78

Quadro 27 – Raças Humanas e suas características.....	98
--	----

Figura 1 – Sistema Racial Brasileiro.....	99
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IDH – Florianópolis, 1991 e 2000.....	25
Tabela 2 – População, por sexo – Florianópolis, 2000.....	25
Tabela 3 – Pesquisa Mensal de Emprego – Brasil, jan./fev. 2010.....	94
Tabela 4 – Pesquisa de Emprego e Desemprego – Brasil, 2009 (a).....	96
Tabela 5 – Pesquisa de Emprego e Desemprego – Brasil, 2009 (b).....	97
Tabela 6 – Pesquisa de Emprego e Desemprego – Brasil, 2009 (c).....	103
Tabela 7 – Pesquisa de Emprego e Desemprego – Brasil, 2009 (d).....	104
Tabela 8 – Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas na Escola, Brasil – 2009.....	113
Tabela 9 – Taxa de analfabetismo – Brasil, 2006.....	127
Tabela 10 – Matrículas segundo sexo – Brasil, 2006.....	128
Tabela 11 – Serviços da Rede de Atendimento à Mulher, por tipo – Brasil, 2008.....	134
Tabela 12 – Distribuição, por sexo, de cargos ocupados e instâncias de poder – Brasil, 2008.....	136
Tabela 13 – Exclusão Digital – Brasil, 2006.....	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aids	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APUFSC	Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS-ad	Centro de Atenção Psicossocial – de álcool e drogas
CEAV	Centro de Atendimento às Vítimas de Violência
CEDIM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CF-88	Constituição Federal de 1988
CIAPREVI	Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMCF	Conselho da Condição Feminina
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CME	Conselho Municipal de Educação
CMF	Câmara Municipal de Florianópolis
CMI	Conselho Municipal do Idoso
CMPDP	Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
CMPPJ	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Juventude
CMPPMulher	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
COMCAP	Companhia de Melhoramentos da Capital
COMDIM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
COMPIR	Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial
COPPIR	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREMV	Centro de Referência de Atendimento da Mulher em Situação de Violência
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
DEAP	Departamento de Administração Prisional
DEM	Democratas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis
GT	Grupo de Trabalho
HIV	Vírus da Imunodeficiência Adquirida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEG	Instituto de Estudos de Gênero
IGOF	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
I PNPM	I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
II PNPM	II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
NIGS	Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade
NUPREV	Núcleo de Prevenção das Violências
NUSSERGE	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil

OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PASA	Programa de Atenção Sócio Assistencial
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PMPM	Plano Municipal de Políticas para as Mulheres
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNM	Política Nacional para as Mulheres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIVVS	Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual
SAP	Secretaria Municipal de Administração e Previdência
SC	Santa Catarina
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SECom	Secretaria de Comunicação
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SMC	Secretaria Municipal do Continente
SMCTDEJ	Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável
SMEduc	Secretaria Municipal de Educação
SMFP	Secretaria Municipal de Finanças e Habitação
SMHSA	Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SMSDC	Secretaria Municipal de de Segurança e Defesa do Cidadão
SMTMT	Secretaria Municipal de Transportes, Mobilidade e Terminais
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SSP/SC	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UBM	União Brasileira de Mulheres
UCE	União Catarinense de Estudantes
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VIVA	Vigilância de Violências e Acidentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 IDENTIFICANDO NOSSO SUJEITO MULHER	24
1.1 FLORIANÓPOLIS EM NÚMEROS: A CIDADE, O PODER PÚBLICO, OS MOVIMENTOS SOCIAIS	24
1.2 O PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	43
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO MULHER 81	
2.1 GÊNERO, MASCULINIDADES E FEMINILIDADES	81
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	89
2.3 GÊNERO E RAÇA/ETNIA	98
2.4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	105
3 MARCO REGULATÓRIO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES.....	115
3.1 CONVENÇÕES E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS RATIFICADAS PELO BRASIL.....	115
3.2 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	119
3.2.1 A Política Nacional para as Mulheres	120
3.2.1.1 Pressupostos	120
3.2.1.2 Diretrizes	122
3.2.2 O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	123
3.2.2.1 Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social.....	124
3.2.2.2 Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica..	126
3.2.2.3 Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	129
3.2.2.4 Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres	132
3.2.2.5 Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	135
3.2.2.6 Desenvolvimento sustentável no meio rural, cidade e floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar	137
3.2.2.7 Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais.	138
3.2.2.8 Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias...	140

<i>3.2.2.9 Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia.....</i>	<i>142</i>
<i>3.2.2.10 Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.....</i>	<i>145</i>
<i>3.2.2.11 Gestão e monitoramento do Plano.....</i>	<i>146</i>

4 À GUIA DE CONCLUSÃO.....	149
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	159
-------------------------	------------

Anexo A – Lei nº 7.625/2008 (cria a CMPPMulher).....	168
Anexo B – Lei nº 7.682/2008 (cria o COMDIM).....	171
Anexo C – Lei nº 2.598/1987 (cria o CMCF).....	176
Anexo D – Decreto Municipal. nº 7.894/2010 (institui a Câmara Técnica).....	179
Anexo E – Lei nº 7.351/2007 (institui o Dia Municipal de Combate à Violência).....	180
Anexo F – II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (versão resumida).....	181

INTRODUÇÃO

Há uma guerra entre os sexos. Uma revolução na sexualidade e na forma como vem sendo abordada, compreendida e vivenciada. A divisão clássica das atividades maritais no interior dos lares (em que elas deviam dominar o fogão e eles, responsavelmente, ganharem dinheiro para o sustento da família) em parte já foi superada. Mas somente em parte. Ainda é forte a condição de ‘superioridade’ do homem, e as estatísticas demonstram que ainda são eles que ocupam a maioria dos mais altos cargos empresariais.

Dentro dessas condições sociais e históricas de percepção da sexualidade humana há ainda que se atentar para tudo que conservadoramente foi construído baseado na diferença e dominação de gênero: a instituição do casamento, da monogamia, do patriarcado, entre outras.

Esta revolução foi possível pela mudança de pensamento e das diretrizes em que mulheres foram ‘domadas’ por séculos. A história da humanidade é marcada, se tomada pelo viés analítico aqui proposto, por uma história em que homens foram ‘superiores’ em tudo às suas mulheres. É claro que apenas condições de mudança de comportamento não foram as únicas responsáveis pelo surgimento de uma nova mulher no cenário social. Alterações dos quadros políticos e, principalmente econômicos, foram responsáveis pela gradual libertação das mulheres de grilhões masculinos, mesmo que esses grilhões não sejam os únicos a serem superados.

Mas todo este movimento precisou desafiar a tradição, extraindo cada uma de suas farpas para a construção de um novo espaço de sociabilidade das mulheres, tanto público como privado. Foi necessária a aceitação do desafio de mudar, já que o objetivo final seria a tão reivindicada igualdade com seus companheiros homens. A este processo foram juntando-se outras mulheres com outras demandas excluídas até então do imaginário social. O movimento lésbico surgiu querendo unir suas forças ao movimento feminista e este, para aceitar aquele, precisou desvencilhar-se também dos seus preconceitos.

A pílula anticoncepcional e a reivindicação do prazer sexual pelas mulheres moldaram uma sexualidade descentralizada, ou nos termos do sociólogo inglês Anthony Giddens, uma “sexualidade plástica” que proporcionaria às mulheres uma libertação “da regra do falo, da importância jactanciosa da experiência sexual masculina” (1993, p. 10).

Mas uma revolução não é fruto de um momento histórico apenas. É o resultado de incessantes lutas sociais que por anos somam experiências, alargam espaços de atuação, abrem novos caminhos e criam rupturas aqui e ali.

A expressão maior deste movimento de mulheres talvez não esteja na eliminação total das violências e discriminações sofridas nos lares, nos espaços de trabalho, no acesso ao lazer, saúde, educação e cultura. Ao contrário, como demonstraremos neste trabalho os índices de violência não foram eliminados mesmo com o acréscimo do acesso à informação e as conquistas, pelas mulheres, de espaços de decisão e poder institucional. Na contramão da persistente existência do preconceito, das violências, das dominações nas relações de gênero, a conquista e o reconhecimento de direitos sociais, políticos e econômicos das mulheres por organismos internacionais colocaram definitivamente em pauta a discussão deste sujeito na sociedade moderna.

As políticas sociais de gênero surgiram, portanto, como resposta às necessidades das mulheres, articulando elementos de enfrentamento às disparidades, discriminações e violências contra as mulheres. Assim, tem se dado também no quadro político brasileiro, catarinense e florianopolitano.

Assim, buscamos responder os seguintes questionamentos: a) como se dá o processo de construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres no município de Florianópolis? b) qual a efetividade e os limites de atuação do referido Plano? E, c) quais os parâmetros de participação utilizados no processo de organização da sociedade civil, movimentos sociais e Poder Público?

Assim, o tema em tela revela comprometimentos que foram realizando-se na medida em que avançávamos no processo de ensino-aprendizagem desta Graduação. Em primeiro lugar o despertar pela temática de gênero, ainda nas fases iniciais¹. Em segundo lugar, a inserção em movimentos comunitários da região da residência deste pesquisador, onde a grande liderança tem-se realizado na figura de uma mulher franzina, frágil, discreta, mas muito forte e decidida². Aqui, ao ser convidado para traçar um Projeto Social para Mulheres contribuiu para o interesse cada vez mais constante pelas temáticas e os assuntos de interesse das mulheres, mesmo que constantemente fosse indagado: “mas por que você, **homem**, se interessa por **isto**?”.

¹ Em especial com a disciplina Serviço Social e Pensamento Contemporâneo (DSS 5125), ministrada pela então Profa. Jaira Freixiela, no semestre 2004/2.

² Conhecida como “Irmã Neves”, deixou a vida de internato religioso para dedicar-se, juntamente de outras religiosas, às comunidades pobres da região da Grande Florianópolis. Na área de sua atuação, conhecida como “Comunidade da Praia”, em Palhoça, desenvolveu desde a década de 70 trabalhos sociais com crianças, famílias, adolescentes, além do trabalho religioso.

Em idas e vindas, transitou-se durante a formação acadêmica por debates relacionados à temática de gênero, como aborto³, gênero e geração⁴, história da sexualidade⁵, homoerotismo⁶, movimentos sociais⁷ e, novamente, mulheres. O convívio de quase duas semanas com lideranças do Município de São Caetano de Odivelas, no Pará, em atividades do Projeto Rondon⁸ foi decisiva para a tomada definitiva pela luta das mulheres. Lá, constatamos que quase a totalidade das lideranças era de mulheres: catadoras de caranguejo, professoras da rede local de ensino, tacacazeiras, indiferentes de suas classes sociais ou ocupações juntavam suas forças para melhorar a própria vida e de suas famílias.

Estas motivações foram base para o desejo de constatar um pouco da realidade das mulheres de forma mais sóbria, a partir de métodos de observação e pesquisa, orientando-se por um método científico.

Quando decidiu-se por examinar a construção do Plano Municipal de Políticas para Mulheres do Município de Florianópolis, diversas realidades passaram a compor esta visão: as mulheres continuam a sofrer, submissas, em diversos graus de dependência, o lado desigual das relações entre os gêneros, resultado de um processo histórico em que foram somando-se outras discriminações para o agravamento da situação das mulheres, como a divisão sexual do trabalho, as questões relativas à raça/etnia, e a violência.

Elegemos a cidade de Florianópolis por ter tomado a iniciativa de construção de um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, em uma realidade em que o Estado de Santa Catarina é o único da Federação a não assinar o Pacto pelo Fim da Violência contra a Mulher, e também não ter iniciado seus trabalhos para a construção de um Plano Estadual. Assim, Florianópolis é destaque em seu Estado por ter tomado à frente do debate atual orientado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM, do Governo Federal.

³ Com destaque para os debates realizados durante os Encontros Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Tecnologia, com participações nas edições de 2005 e 2006.

⁴ Projeto de Extensão executado entre 2006 e 2007, deu origem a uma disciplina optativa na Graduação em Serviço Social, buscava compreender a inserção profissional na área de políticas sociais para idosos. Em um dos seus eixos fazia menção à sobreposição gênero e geração.

⁵ Interesse e estudos do autor com base na filosofia histórica de Michel Foucault.

⁶ Apresentação de oficinas na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina em 2005 (5ª SEPEX/UFSC) e 2007 (6ª SEPEX/UFSC), intituladas “Conversando sobre Homossexualidade”.

⁷ O contato privilegiado que tivemos nas vivências com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no oeste Catarinense e no município de Viamão, na região metropolitana de Porto Alegre (RS). Este pesquisador constatou a presença de mulheres nos cargos principais das lideranças dos assentamentos, muito embora nenhuma delas na coordenação geral.

⁸ Ministério da Defesa, Projeto Rondon, Operação Grão-Pará, janeiro de 2008. Por ocasião o pesquisador participou/coordenou diversas oficinas, tendo destaque a participação de mulheres do município paraense em todas elas, com especial participação nas oficinas: “Entendendo meus direitos na Assistência Social”, “Como ser atendido e como fazer falar seus direitos?”, “De jovem para jovem: conversando sobre sexualidade”, “Prevenção ao uso de álcool e outras drogas”.

Assim, propomos que este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, pudesse **analisar o presente processo de construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis (SC)**.

Optou-se por uma abordagem de pesquisa utilizando-se dados secundários e documentos já existentes.

A pesquisa qualitativa responde às questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (DESLANDES, 1994, p. 21-22)

Ao optar pela pesquisa qualitativa, dentro do possível, mantemos nossa investigação a partir de uma matriz marxista, ou seja, o método dialético.

Cabe lembrar que Marx retomou a dialética hegeliana, na qual o conhecimento não está dado apenas no que existe, mas é a possibilidade de apreensão do processo no qual as coisas tornam-se, passam a existir. A partir desta premissa, o que passa a determinar os pensamentos e ações dos homens não é a razão, mas o processo histórico de intercâmbio dos bens materiais que constituem a ordem social.

O método inaugurado por Marx constitui uma forma de explicar o mundo a partir da consideração de que o processo de construção do conhecimento passa pelo “entrelaçamento desses três níveis [econômico, jurídico-político e ideológico] e o papel de cada um na construção histórica de determinado modo de produção” (PÁDUA, 2008, p. 22).

Desta forma, do ‘real-aparente’ ao ‘real-concreto’ a ciência (tomada como explicações verdadeiras para o real) “é ao mesmo tempo a revelação do mundo e a revelação do homem como ser social, levando em conta o papel da cultura e do trabalho que, em cada momento histórico, apresentam a possibilidade de expansão e aquisição de conhecimentos” (PÁDUA, 2008, p. 22).

O método dialético permite a interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos não possam ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais.

Muito embora o método dialético e a teoria marxista tenham centralidade no debate das classes, acreditamos que a multiplicidade de situações que configuram as relações de gênero no Brasil podem ser explicadas a partir desta teoria.

Buscamos (re)significar as inúmeras combinações de gênero com raça, com etnia, com classe social, com educação, com violência a partir desta matriz de pensamento, paralelamente ao que expressa o feminismo marxista, referência para nosso conceito de gênero.

No enfoque histórico-estrutural, a partir do método dialético, assinala Trivinhos (1987, p. 125) é possível “assinalar as causas e conseqüências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem [...]”.

Nossa tomada de atitude pelo método dialético de Marx revela preocupação com uma visão de mundo e com uma concepção de ser-homem e ser-mulher estreitados com as preocupações éticas da própria profissão. A forma escolhida para articular os conceitos e as categorias elencadas no decorrer deste trabalho espelha o compromisso com os pressupostos tomados para si pelo Serviço Social, tais como a defesa dos direitos humanos, a recusa de qualquer forma de autoritarismo e a opção pela democracia como forma de participação, princípios de nosso Código de Ética Profissional (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 11ª REGIÃO, 2003).

Com esse horizonte dado acima, elegeu-se a pesquisa exploratória e descritiva como forma de orientação do trabalho. Este tipo de pesquisa possibilita compreender o tema, explorando-o através de material bibliográfico associado às técnicas de coleta de dados e observação de campo. Na medida em que a pesquisa avançava, deparamo-nos com a possibilidade de uma pesquisa explicativa. Segundo Gil (1999) a pesquisa exploratória torna-se uma etapa anterior da pesquisa explicativa sendo que esta tem “como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 1999, p 44).

As pesquisas bibliográfica e documental foram elencadas como técnicas de pesquisa. Uma pesquisa bibliográfica desenvolve-se a partir de material elaborado e reconhecido pela comunidade científica, como artigos e livros, sendo que seu objetivo é “colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa” (PÁDUA, 2008, p. 55). A revisão documental altera apenas a natureza das fontes, encontrando-se material como leis, estatutos legais de associações, atas de reuniões e conferências, etc. (GIL, 1987).

Além da bibliográfica-documental utilizou-se também como técnica procedimental os relatórios de experiências, “vividas pelo pesquisador” que “podem ser úteis para a pesquisa” (PÁDUA, 2008, p. 77); e, a observação sistemática, um tipo de pesquisa em que “o pesquisador vai observar uma parte da realidade, [...] a partir de sua proposta de trabalho e das

próprias relações que se estabelecem entre os fatos reais; deve-se estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação” (PÁDUA, 2008, p. 80).

A pesquisa bibliográfica possibilitou-nos o apontamento de diversos elementos constitutivos deste sujeito mulher e do processo de construção do Plano de Políticas em tela. Buscou-se compreender diversas categorias que compõem o objeto deste TCC, como: relações de gênero; masculinidades e feminilidades; dominação e submissão nas relações de gênero; divisão sexual do trabalho; gênero e raça/etnia; violência contra a mulher; políticas sociais para as mulheres; legislação e direitos específicos das mulheres.

Em relação à documentação utilizada como fonte de pesquisa, destacamos legislação federal, como a Constituição de 1988, Decretos-Lei, Projetos de Lei e Planos; legislação internacional da Organização das Nações Unidas – ONU, Organização dos Estados Americanos – OEA, e Organização Internacional do Trabalho – OIT, expressas em Conferências e Relatórios; legislação municipal da Câmara Municipal de Florianópolis – CMF, e documentos da Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF; além de indicadores sócio-econômicos e demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; e, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

Assim, este Trabalho de Conclusão de Curso encontra-se fundamentado na pesquisa bibliográfica a respeito das categorias já citadas; em aproximações com o campo de investigação e com o objeto deste estudo; nos marcos legais nacionais e internacionais; e, na sistematização e análise do material coletado, buscando sempre as referências teóricas como orientação.

Organizamos este TCC em três seções principais onde discutimos *latu sensu* as múltiplas determinações a respeito da vida das mulheres, historicamente construídas, e sua relação com a necessidade de construção de uma política social específica no município de Florianópolis.

Na primeira seção abordamos brevemente o perfil sócio-econômico e demográfico do município em tela. Identifica-se aqui a organização dos serviços prestados às mulheres e sua alocação na estrutura administrativa da PMF. Descrevemos o processo de construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, bem como situamos sua operacionalização e relação com os demais serviços municipais oferecidos.

A segunda seção busca oferecer ao leitor o caminho referencial para análise da situação da mulher e das relações de gênero na sociedade, bem como suas sobreposições, nos

termos de ‘masculinidades e feminilidades’, ‘divisão sexual do trabalho’, ‘raça/etnia’ e ‘violência’.

Na terceira seção apresentamos as legislações e eventos, nacionais e internacionais, que são balizas na construção das políticas para as mulheres no Brasil, bem como detalhamos o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – II PNPM, modelo para os Planos Municipais.

À guisa de conclusão, voltamos ao nosso ponto de partida e buscamos responder aos questionamentos realizados que nortearam nosso olhar investigativo no decorrer da pesquisa. Resgatamos os elementos-chave: o processo de construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres – PMPM, sua efetividade e limites de atuação, bem como as formas de participação dos sujeitos sociais encontrados neste processo.

Destarte, tendo apresentado o percurso metodológico utilizado neste TCC, balizando o contexto da pesquisa e suas marcas conceituais, tendo modelado os contornos adquiridos neste processo de empreender o conhecimento, dirigimos ao leitor um convite à leitura e acompanhamento de nossas observações e compreensões iniciais deste processo de desvelar a realidade das condições de vida e das relações de gênero que encerram mulheres de várias raças/etnias, classes sociais e gerações.

1 IDENTIFICANDO NOSSO SUJEITO MULHER

Da mesma forma que as relações de poder acabam formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução.

Michel Foucault

O objeto deste trabalho é empreender uma análise a respeito da construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres – PMPM – em Florianópolis. Buscando uma análise mais global deste processo e tendo em vista as particularidades sócio-econômicas regionais, esta seção busca, a partir da exposição de dados que retratam a realidade do município em tela, traçar a linha de atuação das políticas específicas de gênero aqui encontradas, bem como as especificidades com que se apresentam.

Apresentaremos também a estrutura administrativa encontrada no município, no que tange ao gerenciamento das políticas públicas e seus serviços prestados às mulheres; um breve histórico a respeito do movimento feminista/de mulheres em Florianópolis; e, uma análise do processo de construção do PMPM.

1.1 FLORIANÓPOLIS EM NÚMEROS: A CIDADE, O PODER PÚBLICO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis é um município de grande porte⁹, localizado na sua região centro-litorânea. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000), conta com o total de 342.315 habitantes espalhados por 433 km² de área dividida em insular e continental.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de Florianópolis, segundo a Organização das Nações Unidas (2009), está em 0,875 o que o coloca em quarto lugar no

⁹ De acordo com a PNAS (BRASIL, 2004), os municípios grandes são os que compreendem população entre 100.001 a 900.000 habitantes.

ranking nacional de melhor IDH¹⁰ das capitais brasileiras. Em 2000, a renda *per capita* era registrada em R\$ 701,42, enquanto 7,51% da população florianopolitana ficava sob o indicador de pobreza¹¹ (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009).

Tabela 1 – IDH – Florianópolis, 1991 e 2000

IDH – Setor	1991	2000
IDH – Educação	0,898	0,960
IDH – Longevidade	0,771	0,797
IDH – Renda	0,803	0,867
IDH – Municipal	0,824	0,875

FONTE: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009.

Também, em 2000, 51,70% da população urbana¹² do município eram mulheres. Nas áreas consideradas rurais, este índice cai para 48,31%.

Tabela 2 – População, por sexo – Florianópolis, 2000

População	Urbana	Rural
Feminina	171.727	4.894
Masculina	160.458	5.236
Total	332.185	10130

FONTE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2010.

Segundo o SINE/SC (2008 *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2009), com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (RAIS/CAGED), o emprego formal feminino vem crescendo gradualmente no Estado de Santa Catarina e em Florianópolis. Mesmo assim, em 2008, o emprego feminino representava 42,7%, enquanto o masculino, 52,3%

Ainda, em 2008, a remuneração masculina alcançava o patamar de R\$ 703,06, e a feminina, R\$ 586,22.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

¹¹ Indivíduos, em proporção com renda *per capita* inferior a R\$ 75,50, em valores do salário mínimo vigente em agosto de 2000 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009).

¹² Disponível em <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

Hoje, a Capital conta com uma ampla estrutura administrativa. Abaixo, listamos¹³ as 13 Secretarias Municipais, as 07 Secretarias Executivas e os 12 Órgãos que compõem a estrutura organizacional municipal¹⁴.

Quadro 1 – Secretarias Municipais, Secretarias Executivas e Órgãos da PMF

Secretarias Municipais	Procuradoria Geral do Município
	Administração e Previdência – SAP
	Assistência Social – SEMAS
	Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável –SMCTDEJ
	Continente – SMC
	Educação – SMEduc
	Finanças e Planejamento
	Governo
	Habitação e Saneamento Ambiental – SMHSA
	Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
	Obras
	Receita
	Saúde – SMS
	Segurança e Defesa do Cidadão – SMSDC
	Transportes, Mobilidade e Terminais – SMTMT
	Turismo, Cultura e Esporte
Secretarias Executivas	Assuntos Institucionais
	Assuntos Internacionais
	Assunto Jurídicos
	Assuntos Parlamentares
	Comunicação – SECom
	Controle Interno e Ouvidoria
	Serviços Públicos
Órgãos	Associação Florianopolitana de Voluntários – AFLOV
	Companhia de Melhoramentos da Capital – COMCAP
	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Juventude – CMPPJ
	Defesa Civil
	Departamento de Tecnologia Educacional/Núcleo de Tecnologia Municipal

(continua)

¹³ Disponível em <<http://www.pmf.sc.gov.br>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

¹⁴ Os dados referentes à composição das estruturas administrativas da PMF, Secretarias, Secretarias Executivas, Órgãos, Conselhos e serviços oferecidos são todos de 2010, tendo sido revisados até a data do final do mês de junho do mesmo ano.

(continuação)

Órgãos	Fundação Cultural de Florianópolis – Fundação Franklin Cascaes
	Fundação Municipal de Meio Ambiente
	Fundação Municipal de Esportes
	Fundo Municipal de Cinema
	Guarda Municipal de Florianópolis
	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis – IGOF
	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
	Polo UAB Florianópolis
	Procon
	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – CMPPMulher*
	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial – COMPIR*

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010.

* Órgãos ligados diretamente ao Gabinete do Prefeito.

No âmbito da SMS¹⁵ alguns serviços são oferecidos para as mulheres, tais como: pré-natal, nascimento e puerpério; planejamento da vida sexual e reprodutiva; controle e prevenção do câncer de colo de útero (exames preventivos); detecção precoce do câncer de mama; rastreamento do câncer de mama; exame clínico e mamografia anual; e, a Coordenação da Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual – RAIVVS, no município.

A COMCAP oferece grupo de gestantes e palestras a respeito de câncer de mama e colo uterino, planejamento familiar e prevenção do HIV/Aids.

A Fundação Franklin Cascaes oferece diversas atividades relacionadas com a cultura local, realizadas em diversos pólos do município. São elas: oficina de renda Maria Morena; renda de bilro e tramóia; renda de bilro tradicional; dançando as diferenças; artesanato de reciclagem para idosos; artes em fuxico; fazendo arte – artesanatos em diversos tecidos; Cerâmica; e, oficina de crivo.

Até aqui listamos os serviços que encontram-se dispersos pela estrutura da PMF. A partir de agora passaremos a uma análise mais aprofundada das instituições públicas municipais relacionadas diretamente com a construção do PMPM, seguindo com um detalhamento maior da Secretaria Municipal da Assistência Social.

¹⁵ Os dados referentes aos serviços oferecidos pelas diversas Secretarias Municipais, Secretarias Executivas e Órgãos Municipais foram cedidos pela Coordenaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres – CMPPMulher.

As Coordenadorias Municipais de Políticas Públicas CMPPMulher, COPPIR e CMPPJ utilizam a estrutura administrativa da SEMAS, porém são vinculadas diretamente ao Gabinete do Prefeito (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010).

A CMPPMulher foi criada em 05 de maio de 2008, a partir da Lei Municipal nº 7.625¹⁶. Seu objetivo principal é “assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos direcionados à mulher” (CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 1).

São competências da CMPPMulher (CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2008):

- Assessorar as ações políticas relativas às condições de vida da mulher no município, além do combate aos mecanismos de subordinação e exclusão discriminatórios, buscando a promoção da cidadania feminina e a igualdade entre os gêneros;
- Apoiar e prestar assistência ao diálogo e discussão com a sociedade e movimentos sociais presentes no município, criando fóruns para articulação de ações e recursos em políticas de gênero. Prevê também a participação em fóruns, encontros, reuniões e eventos que situem suas temáticas relativas à mulher;
- Assessorar a reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM;
- Assessorar os órgãos governamentais municipais na gestão de programas dirigidos às mulheres;
- Assistir os programas de capacitação, formação e conscientização da comunidade e do funcionalismo público municipal;
- Assessorar o Prefeito Municipal nas questões relativas às mulheres;
- Realizar acompanhamento das legislações relativas aos direitos das mulheres, além de orientar as questões de denúncias de discriminações contra as mulheres;
- Realizar estudos e pesquisas, formando um banco de dados acerca da situação das mulheres e as políticas públicas de gênero, além de constituir um sistema informatizado com estatísticas, relatórios e gráficos acerca das mulheres no município de Florianópolis, disponibilizando os dados para consultas;
- Realizar intercâmbio com instituições (públicas estaduais, nacionais e estrangeiras, além de privadas) relacionadas com as questões das mulheres, buscando qualificar as políticas públicas municipais do mesmo tema;

¹⁶ Para mais detalhes da Lei, ver ‘Anexo A’ deste TCC, p. 168. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

- Constituir-se um centro de documentação e informações, disponibilizando bibliografia e dados nas temáticas de gênero;
- Assessorar na elaboração de projetos de pesquisa;
- Disponibilizar uma lista composta por instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, de fomento e financiamento de projetos na área de políticas públicas para as mulheres;
- Na perspectiva de elaboração e execução de políticas públicas de equidade de gênero, articular uma rede de ONGs, movimentos sociais, fóruns de mulheres e o COMDIM;
- Definir prioridades para as políticas públicas para as mulheres, referente à raça/etnia, orientação sexual, geração, classe social e trabalho no município;
- Assessorar projetos a serem executados por segmentos governamentais e não-governamentais na perspectiva de gênero;
- Articular os grupos de mulheres e/ou lideranças nos bairros;
- Promover cursos, oficinas e workshops com o objetivo de mudança de paradigma patriarcal e machista presente nas instituições municipais.

Resumidamente, podemos dizer que a CMPPMulher caracteriza-se pelo seu traço articulador, estando presente na rede de atendimento do município, inserindo-se nas políticas públicas das áreas da saúde, segurança, emprego, salário, moradia, educação, agricultura, raça/etnia, comunicação, participação política e movimentos sociais.

A CMPPMulher conta hoje com uma Coordenadora (assistente social e especialista em gestão pública), uma assistente social e uma servidora administrativa.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, tem como objetivo geral “implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), promovendo serviços de Proteção Básica e Proteção Social Especial aos cidadãos que dela necessitarem” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010).

É composta por três Diretorias que, por sua vez, executam programas e projetos, e prestam serviços e benefícios para as famílias de Florianópolis, orientados pela Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), pela Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), e pelo SUAS.

Na SEMAS, são encontrados serviços também relacionados à profissionalização em artigos da cultura local e artes manuais, como: bordado; tapeçaria; sabonetes; vela e biscoito; corte e costura; *patchwork*; criação e aplicação decorativa em confecção; pinturas em tela, tecido e gesso; tricô e crochê; e, tear.

As demais Secretarias Municipais, Secretarias Executivas e Órgãos do Município não afirmaram possuírem serviços especializados relacionados às mulheres em suas estruturas¹⁷.

A organização da SEMAS fica assim distribuída:

Quadro 2 – Programas e Serviços oferecidos pela SEMAS, por Diretoria e Órgão*

Diretoria	Órgão	Programas e Serviços
Proteção Social Básica	CRAS	Programa de Atenção Social Assistencial – PASA
		Programa de Atenção Integral a Família – PAIF
		Programa Bolsa Família
		Centro Multiuso de Capoeiras
		Centro de Educação Complementar – 8 CECS
		Programa Viver Ativo
		Programa de Apoio à Organização e Dinamização de Grupos de Convivência de Idosos
		Carteira Interestadual do Idoso
		Programa de Integração Social
		ProJovem Adolescente
		Programa Cartão Passe Rápido do Idoso
Proteção Social de Média Complexidade	CREAS	Centro de Referência de Atendimento da Mulher em Situação de Violência – CREMV
		Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes
		Programa de Medidas Sócio-Educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços a Comunidade
		Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
		Projeto Abordagem de Rua
		Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa idosa – CIAPREVI
		Projeto de Atendimento ao Dependente Químico
		Renda Extra para Idosos
		Núcleo de Apoio a Família – NAF Rodoviário

(continua)

¹⁷ A CMPPMulher informou que até a presente data não recebera informação solicitada em Ofício a cada uma das demais Secretarias Municipais, Secretarias Executivas e Órgãos Municipais.

(continuação)

Diretoria de Proteção Social de Alta Complexidade	Casa de Apoio ao Morador de Rua
	Casa de Passagem

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010.

* De acordo com a estrutura do SUAS.

O CREMV foi inaugurado no dia 06 de março de 2009. Seu objetivo principal é “cessar a situação de violência vivenciada pela mulher atendida, fortalecendo sua auto estima ao ponto de tomar decisões relativas à violência vivenciada” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2010).

O público atendido são mulheres que se encontram em situação de violência doméstica, residentes em Florianópolis, com faixa etária de 18 a 59 anos de idade, que procuram os serviços do Centro de Referência espontaneamente ou encaminhadas por programas e/ou projetos. As mulheres atendidas não necessitam de registro de Boletim de Ocorrência como critério de entrada.

São serviços oferecidos pela equipe multidisciplinar do CREMV: acolhimento; assistência social; atendimento psicológico e jurídico; qualificação e orientação profissional; encaminhamento para o mercado de trabalho; e, outros encaminhamentos quando necessários¹⁸.

Existem, ainda, nove Conselhos vinculados à estrutura da SEMAS, a saber: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA; Conselhos Tutelares (Norte da Ilha, Ilha e Continente); Conselho Municipal de Educação – CME; Conselho Municipal de Saúde – CMS; Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; Conselho Municipal do Idoso – CMI; Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – CMDPD; Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR; e, Conselho Municipal da Mulher – COMDIM (PMF, 2010).

¹⁸ Disponível em <<http://florianopolissemviolencia.blogspot.com/2010/01/cremv-centro-de-referencia-de.html>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

O COMDIM foi criado em 22 de julho de 2008 através da Lei nº 7.682¹⁹ e, embora esteja vinculado a SEMAS, é por força da Lei, autônomo administrativa e economicamente. É um

[...] órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, fiscalizador e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, com a finalidade de promover, em âmbito municipal, políticas públicas que contemplem a equidade de gênero e visem eliminar o preconceito e a discriminação, inclusive na prevenção e erradicação da violência contra a mulher, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas. (CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2008, p. 1)

São suas atribuições:

- Participar na elaboração dos critérios e dos parâmetros de formulação de metas e prioridades que venham a assegurar a implementação das condições de equidade de gênero;
- Propor formas de monitoramento, avaliação e fiscalização das políticas públicas de equidade de gênero;
- Apoiar a SEMAS na sua articulação com outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais;
- Realizar estudos, debates e pesquisas acerca da situação das mulheres florianopolitanas, buscando contribuir para a construção de políticas públicas que busquem eliminar as discriminações e violências, em todos os espaços e em especial as praticadas pelos servidores municipais no exercício de suas funções, contra as mulheres;
- Analisar e encaminhar as denúncias de violências contra as mulheres, exigindo providências;
- Organizar as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as mulheres;
- Promover projetos de capacitação em gênero no âmbito da administração pública municipal;
- Articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas não representados em sua estrutura, buscando intercâmbio a respeito da promoção dos direitos das mulheres;

¹⁹ Para maiores detalhes da Lei, ver ‘Anexo B’ deste TCC, p. 171. Disponível em <<http://www.cmf.sc.gov.br>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

- Articular-se com o movimento de mulheres e conselhos de direitos com o objetivo de ampliação da cooperação e estabelecimento de estratégias comuns de ações que visem a igualdade e equidade de gênero, buscando o fortalecimento do controle social;
- Propor campanhas de prevenção à violência contra as mulheres.

Segundo a Lei de sua criação, o COMDIM deverá ser composto por dezesseis membros (e respectivas suplentes) dos seguintes órgãos governamentais municipais e sociedade civil organizada, representada por movimentos sociais:

Quadro 3 – Composição do COMDIM

Representação	Órgão	Representantes
Poder Público Municipal	SEMAS	03 (mais 03 suplentes)
	SMS	01 (mais 01 suplente)
	SMEduc	01 (mais 01 suplente)
	SMSDC	01 (mais 01 suplente)
	SMHSA	01 (mais 01 suplente)
	Fundação Franklin Cascaes	01 (mais 01 suplente)
Sociedade Civil	Associação de Mulheres de etnias e raças: UNEGRO/SC	01 (mais 01 suplente)
	Associações Profissionais: Comissão das Mulheres da OAB/SC	01 (mais 01 suplente)
	Fórum de Mulheres: Fórum Estadual para Implantação da Lei Maria da Penha	01 (mais 01 suplente)
	Mulheres Trabalhadoras: Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas	01 (mais 01 suplente)
	Mulheres lésbicas e bissexuais: ADEH Nostro Mundo	01 (mais 01 suplente)
	Associação de Moradores: Associação de Moradores do Morro Tico-Tico	01 (mais 01 suplente)
	Movimentos Sociais: União Brasileira de Mulheres – UBM	01 (mais 01 suplente)
	Núcleo de Estudos de Gênero das Universidades: NUSSERGE/UFSC	01 (mais 01 suplente)

FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2008.

O mandato das conselheiras é de duração bienal, existindo a possibilidade de uma recondução por igual período. O COMDIM é composto da seguinte forma: Assembléia Geral; Mesa Diretora (Presidenta, Vice-Presidenta, 1ª e 2ª Secretárias); e, Secretaria Executiva. Seus

recursos advém do Fundo Municipal de Assistência Social e sua estruturação e funcionamento devem ser fixados através de regimento interno, como instituição de controle social.

A Lei de criação do COMDIM revogou a Lei nº 2.598²⁰ de 16 de junho de 1987, que instituía o Conselho Municipal da Condição Feminina – CMCF. Tal Conselho percebia atribuições muito parecidas com sua versão atualizada, mas diferencia-se em muito do que encontramos hoje.

Em termos de membros, o CMCF era composto por onze membros e quatro suplentes (em número desigual para o Poder Público e para a sociedade civil organizada). Chama atenção a ampliação do número de membros do COMDIM e sua organização paritária, com números iguais de representação e suplência, tanto no Poder Público como na sociedade civil organizada, fruto do movimento democrático e das conquistas representadas na CF-88.

Outra característica que chama atenção na Lei 2.598/87 é a forma de designação e acesso ao cargo de Presidenta do Conselho Deliberativo. De acordo com o seu §1º do art. 5º e seu art. 10º: “A Presidenta do Conselho Deliberativo do CMCF será designada pelo Prefeito Municipal de Florianópolis” e, “O mandato do Conselho Deliberativo coincidirá com o do Prefeito, admitida recondução”, respectivamente.

Diferentemente do CONDIM, o CMCF não pleiteava, em termos mais substanciais, a participação completa e o controle social. O acesso ao Conselho Deliberativo estando atrelado à decisão particular do gestor municipal deixa aberto um espaço de não-política.

Quadro 4 – Estruturas do CMCF e COMDIM

		CMCF	COMDIM
MEMBROS	Poder Público	05 membros 02 suplentes	08 membros 08 suplentes
	Sociedade Civil	06 membros 02 suplentes	08 membros 08 suplentes

(continua)

²⁰ Para maiores detalhes da Lei, ver ‘Anexo C’ deste TCC, p. 176. Disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

(continuação)

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA	Conselho Administrativo Diretoria <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidenta ▪ Vice-Presidenta ▪ 1ª Secretária ▪ 2ª Secretária ▪ Tesouraria Assessora Técnica <ul style="list-style-type: none"> ▪ Consultor Jurídico ▪ Secretária Executiva ▪ Assistente 	Assembléia Geral Mesa Diretora <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidenta ▪ Vice-Presidenta ▪ 1ª Secretária ▪ 2ª Secretária
MANDATOS	Presidente do Conselho Deliberativo designada pelo Prefeito Duração igual ao mandato do Prefeito, com direito a recondução.	Presidente da Mesa Diretora eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembléia Geral Duração de um ano com direito a uma recondução.

FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 1987 e 2008.

Ressaltamos que os conselhos de direitos encerram em suas atividades a questão própria do controle social, tão requerido na prática profissional do Serviço Social, na mesma medida em que desejado pelas instâncias democráticas.

A categoria controle social tem sofrido diversas interpretações. A Sociologia utiliza-o para referir-se a mecanismos reguladores da ordem social e disciplinadores da sociedade (como a moral); na Psicologia contém a dimensão subjetiva da absorção de normas pela estrutura psíquica; e, nas Ciências Política e Econômica, onde nosso debate se aprofunda, admite concepções de controle social a partir da óptica das relações entre Estado e sociedade civil (CORREIA, 2005).

Assim, podemos compreender o controle social tanto como o Estado sobre a sociedade (defesa dos interesses da classe dominante) ou, da sociedade sobre o Estado (CORREIA, 2005).

O conceito de controle social, entendido como estratégia operante via políticas sociais pode ser assim enunciado:

Atuação de setores organizados na sociedade civil na gestão das políticas públicas no sentido de controlá-las para que estas atendam, cada vez mais, às necessidades e demandas sociais e aos interesses da coletividade. Nessa perspectiva, o controle deverá ser realizado por setores organizados na sociedade civil sobre as ações do

Estado para que este responda aos interesses das classes subalternizadas, ou seja, da maioria da população. (CORREIA, 2005, p. 49)

No Brasil, o controle social passou a ser discutido enfaticamente a partir da abertura política e da redemocratização do país. Com a Constituição de 1988 consolidaram-se os mecanismos para participação da população nas políticas públicas: os Conselhos Gestores e as Conferências Setoriais (CORREIA, 2005). Legalmente, o controle social significa “participação da população na elaboração, implementação, e fiscalização das políticas sociais” (BRAVO, 2002 *apud* CORREIA, 2005, p. 57).

O Serviço Social, ao adotar estratégias de controle social como os Conselhos de Direito, o realiza em uma perspectiva gramsciana de Estado Ampliado (centralizando o objetivo de radicalização da participação democrática e da política). Assim, esses espaços contribuem para que a atividade profissional encaminhe a classe trabalhadora e as demandas sociais, como as mulheres, para uma “postura de contraposição aos interesses dominantes, voltada para a transformação desses espaços em instâncias de defesa e conquista de direitos e de pressão política e controle social” (CORREIA, 2005, p. 58).

Os assistentes sociais, instrumentalizando-se destes mecanismos, posicionam-se em favor de que a sociedade civil organizada concentre em suas mãos poder para modificar o jogo e os interesses das classes dominantes, dos padrões machistas, heterossexistas, racistas, etc., de padronização das relações sociais.

Assim, ressaltamos a importância do controle social como instrumento de democratização das relações e de politização dos espaços e decisões de relevância pública, dos quais esta profissão não pode eximir-se. A reorganização do COMDIM e a sua nova realidade jurídica passam a permitir maior participação da sociedade civil interessada em contribuir para a construção de políticas públicas voltadas para as mulheres, e que encontram respaldo em suas próprias necessidades, buscando afastar-se das querelas e dependências políticas internalizadas nas estruturas de governo. O Conselho de Direito representa, na implementação de uma estrutura governamental e de políticas voltadas para as mulheres, a possibilidade de que estas mesmas políticas não sejam tomadas como ‘de cima’, mas instituídas a partir de um processo horizontalizado de relações, debates, frutos da tensão entre os limites e possibilidades institucionais, e que respondam aos anseios das mulheres florianopolitanas.

E os movimentos sociais, como respondem ao movimento de organização a respeito das necessidades de reconhecimento dos direitos das mulheres em Florianópolis?

Feminismo e comunismo eram compreendidos como a mesma essência pelo regime de ditadura militar no Brasil. A esquerda brasileira agia de forma a colocar em segundo plano as reivindicações das mulheres, preocupando-se com temas ‘principais’ como a resistência e o combate à repressão. Tal quadro era presente na cena política até 1975, Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU, em que as feministas brasileiras puderam contar com maior visibilidade e maior expressão de atuação em movimentos sociais (ZUCCO, 2008).

O que parece claro em relação às referências investigadas é que não são tratadas diferenciações no que tange às regionalizações dos movimentos feministas/de mulheres²¹, oferecendo um destaque maior às grandes cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, constituindo um eixo inextinguível (ZUCCO, 2008). Tal característica afeta diretamente o resgate histórico dos movimentos em Florianópolis²².

Na rede de indexação *Pergamum*, utilizada pela UFSC e que reúne as Bibliotecas Central e Setoriais, por exemplo, ao realizar-se busca com os termos ‘mulher Florianópolis’, ‘mulher Santa Catarina’, ‘feminismo Florianópolis’ ou ‘feminismo Santa Catarina’ encontramos como resultado significativo apenas duas referências: a dissertação de mestrado de Clítia Helena Backx Martins, de 1987, e o artigo publicado nos anais do Encontro Fazendo Gênero 8, de 2008, de autoria de Marise Caroline Zucco.

Segundo Neusa Dias²³ (2010), em concordância com a dissertação de Clítia Helena Backx Martins (1987), o movimento feminista/de mulheres em Santa Catarina e na Capital teve maior expressão com a organização pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, do 1º Encontro Estadual da Mulher Catarinense, realizado no município de Itajaí

²¹ Mais adiante realizaremos as devidas distinções entre o movimento feminista, o movimento de mulheres e os movimentos sociais urbanos.

²² Dada nossa surpresa diante da dificuldade em levantar material bibliográfico sobre o histórico do movimento feminista/de mulheres em Florianópolis, em 13 de junho deste ano enviamos *e-mail* à Profa. Teresa Kleba Lisboa, deste Departamento de Serviço Social e coordenadora do NUSSEGE, pois acreditamos que, pela sua vinculação histórica aos referidos movimentos e o conseqüente acúmulo de informações que detém, além do material bibliográfico presente no acervo do NUSSEGE, poderia auxiliar-nos na busca de referências históricas. Sem resposta alguma de sua parte, insistimos, reenviando outro *e-mail* em 17 de junho, mas para o qual também não obtivemos nenhuma resposta. Buscamos contato também pelo mesmo método, em 17 de junho de 2010, com a Profa. Edaléa Maria Ribeiro, também do Departamento de Serviço Social, coordenadora do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas Sociais Setoriais e Serviço Social, tendo conhecimento de que tem um livro, fruto de seu doutoramento, publicado na área de movimentos sociais em Santa Catarina. Também não obtivemos resposta. Na mesma data, encaminhamos o mesmo *e-mail* para o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular. Todos os contatos que tentamos realizar eram no intuito de solicitar a consulta aos materiais dos Núcleos de Pesquisa. Posicionamo-nos que a produção acadêmica realizada no interior das instituições públicas de ensino superior deve ser publicizada e disponibilizada para a comunidade acadêmica como um todo, tendo em vista a busca pelo empreendimento do conhecimento e a divulgação das informações coletadas. Ressaltamos que recebemos resposta dos contatos realizados com os núcleos de pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

²³ Neusa Freire Dias, da Casa da Mulher Catarina, forneceu diversas informações em texto não publicado, enviado por *email*, em 11 de junho de 2010.

em 1980. O evento foi organizado pelo PMDB-Mulher e discutiu questões relacionadas a temas centrais como mulher e saúde, mulher e trabalho e, mulher e a sociedade.

De acordo com Neusa Dias (2010), tal evento formou uma comissão composta por entidades e segmentos sociais, além de representações municipais, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos ali iniciados. O 2º Encontro da Mulher Catarinense foi realizado no município de Chapecó um mês depois do primeiro. A fonte ressalta que neste momento conhecia-se apenas um grupo de mulheres, chamado Coletivo Feminista Amálgama, de professoras da UFSC.

O 2º Encontro realizado no Oeste Catarinense foi marcado pela ausência de debates mais profundos, como aborto e sexualidade, destinando-se a trabalhos na área de creches, salários, desemprego, educação, etc. Isto motivou o surgimento do Grupo Feminista Vivências, também em Florianópolis, segundo Neusa Dias “num dos alojamentos do seminário onde se realizava o encontro”.

O terceiro grande evento promovido pelo PMDB-Mulher realizou-se em Blumenau às vésperas da eleição majoritária para Governo do Estado de 1982. Neusa Dias (2010) salienta que as mais de oitocentas participantes de todo o Estado de Santa Catarina reivindicavam, para além da maior participação política, políticas sociais e mudanças do Código Civil e Lei Penal.

Em 1984 foi registrada a primeira sessão solene da Câmara Municipal de Florianópolis em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, instituído pela ONU, a partir de 1977.

A partir da primeira metade da década de 1980 observou-se uma maior efervescência do movimento de mulheres, inclusive na mídia escrita, com as lutas feministas somando-se à campanha pelas “Diretas Já”. Assim, Neusa Dias (2010) assinala que nos anos das décadas de 1970 e 1980 os movimentos feministas de Santa Catarina e Florianópolis replicavam as lutas pela democracia e pela igualdade de gênero dos movimentos nacionais.

A dissertação de Clítia Helena Backx Martins (1987) vai mais além a respeito dos movimentos de mulheres e feministas em Florianópolis²⁴. Em seu texto podemos verificar a divisão em: grupo de caráter partidário (o PMDB-Mulher²⁵, também destacado por Neusa Dias (2010), e a Ação Democrática Feminina do PDS²⁶); grupos associados à Igreja Católica

²⁴ O levantamento em sua dissertação foi realizado até o mês de abril de 1986.

²⁵ Vai surgindo dentro do partido no início dos anos 1980, tomando corpo a partir de 1982 com o Encontro Estadual das Mulheres do PMDB. Sua gênese confunde-se com a criação do Movimento de Mulheres de Santa Catarina, composto por representantes da OAB, UCE, DCE/UFSC, APUFSC, Comissão de Justiça e Paz, SIMESC, PMDB, PDT e PT (MARTINS, 1987).

²⁶ Existiu por pouco tempo e não configurou-se como órgão político de grande influência. Criado em 1982, tinha objetivo de servir como plataforma política para mulheres para as eleições do mesmo ano. Utilizando-se de

(os Clubes de Mães); e, autônomos (Associação Catarinense de Mulheres²⁷, o Movimento Feminino pela Anistia²⁸, a Associação Profissional de Empregadas Domésticas de Santa Catarina²⁹, a Associação Catarinense em Defesa da Mulher³⁰, o Coletivo de Mulheres Amálgama e o Grupo Feminista Vivências³¹, tendo estes dois últimos também citados por nossa fonte, Neusa Dias).

Segundo a mesma (DIAS, 2010), os grupos feministas Amálgama e Vivências encerraram suas atividades no final dos anos 1980. A reestruturação da rede de grupos de mulheres foi realizando-se a partir da organização da rede de saúde e direitos reprodutivos, educação e direitos das mulheres, e violência. Das organizações anteriores, surgiu a Associação Casa da Mulher Catarina que continua suas atividades após mais de vinte anos de ativismo, e é associada à Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais e da Rede Latino-americana de *Salud de La Mujer*. Na apresentação de sua dissertação, Clítia Helena Backx Martins (1987), ao relatar sua trajetória metodológica, revela:

[...] tentar levantar questões que para mim eram difíceis de enfrentar. O aparente “fracasso” dos grupos feministas em Florianópolis, a crise da inércia dos

instrumentos coercitivos, já que governavam a máquina estatal, como represálias às funcionárias que não se filiassem à nova organização, ganhou muitos filiados em pouco tempo, mas extinguiu-se logo após o final das eleições daquele ano (MARTINS, 1987). O PDS deu origem aos atuais PP e DEM.

²⁷ Considerado o primeiro grupo organizado de mulheres em Santa Catarina, fundado em Florianópolis em 1951. Era vinculado à Federação das Mulheres do Brasil e discutia questões relativas à creches, paridade de salários, carestia, paz, etc., mas reproduzia ainda os papéis tradicionalmente construídos de homens e mulheres. Encerrou suas atividades na década de 60 com a repressão militar (MARTINS, 1987).

²⁸ Formado em 1977 era uma seção local do Movimento Nacional pela Anistia. Sua formação foi motivada pelas prisões políticas de catarinenses. Por medo das represálias advindas dos órgãos de repressão da ditadura militar, o grupo nunca foi oficialmente constituído. Ainda assim, foi responsável em 1978 e 1979 pela organização das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Extinguiu-se em 1980 logo após decretada a anistia dos presos políticos. Um ano mais tarde algumas de suas participantes ajudaram a fundar o Coletivo de Mulheres Amálgama (MARTINS, 1987).

²⁹ Surgiu da Associação de Empregadas Domésticas Santa Zita, de 1942, ligada à Igreja Católica. Diferente de sua origem onde o objetivo era a proteção espiritual das trabalhadoras domésticas, a Associação de Empregadas Domésticas de Santa Catarina, fundada em 1980 tinha um caráter pré-sindical e visava o reconhecimento da categoria profissional e a defesa de seus interesses (MARTINS, 1987).

³⁰ Surgiu em Florianópolis em 1985. Originou-se com universitárias preocupadas com as questões da violência contra as mulheres. Negava sua ligação com o feminismo muito embora em sua composição fossem encontradas militantes trotskistas (MARTINS, 1987).

³¹ O Coletivo de Mulheres Amálgama surgiu em 1981 e era um grupo de autoconscientização formado por universitárias. Discutia a questão da identidade feminina já nos parâmetros da discussão feminista. Não tendo destaque na vida política, extinguiu-se em 1983. O Grupo Feminista Vivências também surgiu em 1981 e tinha metade de seu grupo formado por mulheres do PMDB Mulher que em seu partido não sentiam-se prestigiadas para questões específicas. Este grupo, diferentemente do Amálgamas exercia atividades públicas e de divulgação do movimento feminista, sendo que suas componentes eram todas militantes políticas do feminismo e partidárias. Foi responsável em 1982 e 1983 pela organização das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Extinguiu-se em 1983 (MARTINS, 1987).

movimentos autônomos de mulheres na Capital, a maré baixa pós-Diretas-Já, que afetavam o ânimo geral [...]. (MARTINS, 1987, p. 3)

Assim, podemos verificar que a ausência expressiva de conteúdos bibliográficos a respeito do histórico de movimentos feministas/de mulheres em Florianópolis permite denotar a importância dos grandes centros populacionais brasileiros até o final da década de 1980 e início de 1990. Apenas o Movimento de Mulheres Rurais³² tinha como referência o Rio Grande do Sul, enquanto os demais movimentos eram vinculados, de alguma forma, a São Paulo e Rio de Janeiro (ZUCCO, 2008).

Os fatores são diversos, como

[...] uma reconhecida representatividade social na produção acadêmica de alguns estados, devemos levar em conta que essas publicações fazem parte de um conhecimento ancorado em instituições. Enquanto na [UFSC] os programas de pós-graduação surgem durante a década de 70, os primeiros passos da pós-graduação no Brasil foram dados na década de 30 [...] o curso de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Faculdade Nacional de Filosofia e a Universidade de São Paulo foram pioneiras nessa nova área [...]. (ZUCCO, 2008, p. 5)

Martins (1987) ressalta que percebeu “que alguns desses grupos [não-partidários] como a Associação Catarinense de Mulheres, dos anos 50, e o Movimento Feminino pela Anistia/SC jamais haviam sido pesquisados e a documentação, inclusive, estava-se perdendo [...]” (MARTINS, 1987, p. 4). E também, relacionadas com a questão do mercado editorial brasileiro que

[...] passa pelos grandes centros, como é o caso do Rio de Janeiro [...] Com a reforma do ensino público no país, é aberto o mercado para livros didáticos, negócio iniciado por Francisco Alves, que abre uma filial em São Paulo. Durante a segunda metade do século XX, o sudeste era responsável por cerca de 89,90% da produção nacional de livros e em 1982, por mais de 60%. (ZUCCO, 2008, p. 5)

No final de sua apresentação, Clítia Martins (1987) revela uma esperança:

Para Santa Catarina, cremos que é possível pensar em uma reorganização e fortalecimento dos movimentos autônomos a médio prazo, na medida em que os

³² Este movimento tem origem e atuação no interior do Estado de Santa Catarina, não tendo representação em Florianópolis.

pressupostos de uma nova cultura política, libertária e descondicionadora das várias opressões, atinjam celularmente a sociedade. (MARTINS, 1987, p. 7)

Mais de duas décadas após a revelação de sua esperança, observamos certa efervescência nos movimentos sociais presentes em Florianópolis. Notadamente, a presença de movimentos feministas e de mulheres, e os movimentos sociais urbanos.

Diferenciar movimento feminista de movimento de mulheres significa percorrer uma tênue linha de diferenciação. O primeiro toma partido de questões como aborto, sexualidade, violência e inserção acadêmica, enquanto o segundo estaria ligado a questões de ordem social, econômica e política. Seria quase uma diferenciação abstrata entre o exercício teórico e o exercício concreto da luta pelos direitos das mulheres. São, na verdade, movimentos que se complementam e, por ora, se confundem (SOUZA-LOBO, 1991). Assim, as lutas feministas históricas são parte, na verdade, de um movimento de mulheres³³.

[...] no Brasil, cada vez que falamos nos movimentos de mulheres somos obrigados a abrir parênteses e explicar subcategorias: o movimento popular de mulheres, as feministas, os movimentos por creches, os clubes de mães. Apesar de incômodo, o procedimento é necessário. Na medida em que “os novos movimentos sociais estão inseridos no contexto social e político dominante de seus respectivos países”, os movimentos de mulheres emergem nos espaços e franjas do tecido social brasileiro, com a heterogeneidade de um *patchwork* que combina desenhos e cores variados. (SOUZA-LOBO, 2003, p. 219)

Os movimentos sociais urbanos constituem-se bastante heterogêneos e diferem de movimentos como os de mulheres, os feministas e os de direitos políticos, muito embora tais organizações sociais venham sendo considerados urbanos, de forma incorreta (GOHN, 2003).

Os movimentos sociais urbanos propriamente ditos assim devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. Portanto, são movimentos sociais urbanos as manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo. (GOHN, 2003, p. 34)

³³ Por movimentos de mulheres compreende-se “tanto os grupos que têm como eixo principal de luta o combate à opressão específica da mulher, quanto os grupos compostos exclusivamente por mulheres, mas que não são necessariamente ligadas às questões femininas ‘específicas’”. (MARTINS, 1987, p. 27).

Estes movimentos encerram problemáticas muito importantes como, por exemplo, o Estatuto das Cidades. O seu exercício político tem como objetivo o controle social de políticas sociais. No exemplo que se relaciona à política urbana brasileira, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres faz sua menção no decorrer de seus eixos e que, por consequência, compartilha essa responsabilidade com os Planos Municipais. Destacam-se também as lutas por habitação, saneamento básico e questões fundiárias.

Em Florianópolis, a Associação de Moradores do Morro Tico-Tico é um exemplo de movimento social urbano e que integra-se na perspectiva da defesa dos direitos da mulher, tendo participação no COMDIM.

Estão presentes no município diversos movimentos, ONG's, instituições privadas e núcleos de pesquisa que tematizam a mulher em suas agendas e, de uma forma ou outra prestam serviços ou auxiliam os serviços prestados às mulheres³⁴. São eles:

- Casa da Mulher Catarina;
- Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos;
- Associação de Mulheres Aquicultoras e Ambientalistas da Ilha de Santa Catarina;
- Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas;
- Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas;
- Centro Crescer Sem Violência;
- Fórum de Mulheres Negras da Grande Florianópolis;
- Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade – NIGS/UFSC;
- União Brasileira de Mulheres;
- Assistência Preventiva de Ação à Mulher;
- Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher Dona de Casa e Consumidor;
- Conselho Estadual dos Direitos da Mulher;
- Fórum das Mulheres;
- Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Florianópolis;
- Associação Brasileira de Pesquisas Interdisciplinares, Projetos e Estudos Jurídicos e de Gênero – Humanitas;
- União de Negros pela Igualdade de Santa Catarina – UNEGRO;
- Instituto Catarinense de Estudos Sociais Políticos e Econômicos de Santa Catarina – ICESPE;

³⁴ Dados cedidos pela CMPPMulher.

- Associação das Mulheres Policiais Cíveis do Estado de Santa Catarina – AMPOC;
- Estrela Guia Associação das Trabalhadoras Sexuais;
- Associação em defesa dos Homossexuais, Travestis e Transexuais da Grande Florianópolis – ADEH Nostro Mundo;
- Associação de Mulheres Negras Antonieta de Barros;
- Centro de Atendimento às Vítimas de Violência;
- Comitê para questões de gênero da Eletrosul;
- Comissão das Mulheres da OAB/SC;
- Fórum Estadual para implantação da Lei Maria da Penha;
- Instituto de Estudos de Gênero – IEG/UFSC;
- Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE/UFSC.

De posse destes dados iniciais e tendo configurado a estrutura que servirá de base para a efetivação das políticas para as mulheres do município de Florianópolis, vamos destacar, na próxima subseção, o processo realizado para a construção do PMPM.

1.2 O PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A política social tem sido definida, no interior do debate do Serviço Social, como uma moderna “função do Estado capitalista – imbricado à sociedade – de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania” (PEREIRA, 1998, p. 60).

Sua origem está no final do século XIX, após a Segunda Guerra Mundial, distinguindo-se dos parâmetros do *laissez-faire* e das leis dos pobres (PEREIRA, 1998). Trata-se, amiúde, da responsabilização do Estado de Bem-Estar Social em possibilitar medidas de proteção social a partir de intervenções em diversas áreas dos serviços públicos (PEREIRA, 1998).

As primeiras políticas sociais que passaram a constituir o quadro de proteção social, denominado *Welfare State*, foram as “políticas de pleno emprego, serviços sociais universais, extensão da cidadania e o estabelecimento de um umbral sócio-econômico, considerado condigno pela sociedade, abaixo do qual a ninguém seria permitido viver” (PEREIRA, 1998, p. 61).

Este Estado de Bem-Estar Social caracterizava-se por “políticas contributivas, contratuais e não mercadorizáveis”, como o sistema previdenciário contributivo e o seguro social (PEREIRA, 1998, p. 62), e as “distributivas, não-contratuais, não-contributivas e desmercadorizáveis” a partir de benefícios e serviços sociais públicos (PEREIRA, 1998, p.62).

A partir do início dos anos 1970, o quadro internacional do padrão de proteção social passou por uma profunda transformação, fruto de forte pressão do ideário liberal, associada ao corte de custos de cobertura das políticas sociais (PEREIRA, 1998).

No Brasil, apenas a partir da CF-88 que a idéia de Seguridade Social passou a ser um tema mais claro no contexto social e político, muito embora sejam encontradas protoformas de ação em 1920, com o esboço de um sistema de proteção social (PEREIRA, 1998).

Aqui, as políticas sociais que formam o Sistema de Seguridade Social reduziram-se apenas à assistência social, saúde e previdência, sendo a primeira considerada apêndice da última. As instituições e o sistema administrativo das três áreas, que deveriam completar-se, concorrem entre si, desconcertando-se a partir da lógica de funcionarem isoladas (PEREIRA, 1998). Este quadro agrava-se, ademais, pelas sucessivas tentativas de desmonte do sistema público de proteção social pelos grupos políticos neoliberais/conservadores.

Mesmo assim, a política social brasileira “não tem logrado alterar o quadro de pobreza e exclusão de parcela significativa da população brasileira. Ao contrário, observa-se [...] a ampliação das taxas de desigualdade social, ao mesmo tempo em que a concentração de renda atinge índices insuportáveis (CARVALHO, 2000, p. 93).

A política social brasileira seria especialmente caracterizada por dois fatores: elitismo que privilegia segmentos minoritários populacionais, sendo assistencialista e tutelar quando direcionada para as camadas empobrecidas; e, setorizada, centralista e institucionalizada, elegendo o centro de suas ações o indivíduo, sujeito social portador de direitos, e operando através de serviços sociais institucionalizados, como as creches, as escolas, etc. (CARVALHO, 2000).

[...] a política social no Brasil guarda ainda o ranço de um extremo centralismo. Embora exaltem-se as vantagens da descentralização e da municipalização das atenções básicas ofertadas por essa política, ela não vem ocorrendo no ritmo esperado. As estruturas do Estado mostram-se resistentes a adotar o novo reordenamento político institucional que contempla uma partilha efetiva de competências e atribuições entre as três esferas de governo [...]. (CARVALHO, 2000, p. 95)

Ainda sobre as políticas sociais no Brasil, ratificamos a idéia de que caminhamos em direção (mas ainda distantes) da concretização de um Estado Democrático de Direitos e de políticas sociais correspondentes (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). A política social, portanto, compreendida nesta perspectiva como instrumento de efetivação de um *status* de cidadania e direitos, cabe ao Serviço Social como de primordial atenção. A cidadania, por sua vez, é via de acesso para a construção de uma sociedade equitativa, ou uma “sociedade socialista, que começa a se cimentar na sociedade capitalista, mas que parte da negação e seus pressupostos para, explorando suas contradições, construir aquela outra sociedade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 197).

A cidadania é

[...] um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil e de organização dos trabalhadores; é um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica; que exige uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre classes e segmentos de classe que força a construção de proposições que se contraponham Às realizações das elites político-econômicas do país. (CFESS/CRESS, 2001 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 196)

Lembramos que o tema da política social tem figurado como central para as análises e debates realizados no interior do Serviço Social brasileiro, tanto de um ponto de vista histórico-conceitual, como das análises específicas do debate profissional (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). Contribui para o debate do projeto ético-político profissional na medida em que este inclui aquele na sua agenda de discussões e lutas, além da organização política dos assistentes sociais em torno das demandas e confrontos dos movimentos sociais. “Deve-se dizer que sem os assistentes sociais a criação e a invenção de direitos no Brasil não teria conhecido os avanços que registra” (OLIVEIRA, 2003 *apud* BEHRING, 2003, p. 15).

No método dialético as políticas sociais são analisadas sob um prisma processual e de seus resultados em complexas e contraditórias relações entre o Estado e o conflito da luta de classes. Fugimos, assim, dos focos que recaem unicamente sobre avaliações acerca da possível solução de problemas sociais (onde políticas sociais são instrumentos apenas de expansão de direitos sociais), e daquelas que direcionam um olhar sobre o Estado que o caracteriza como pacifista, desprovido de interesse no interior das tensões com a sociedade de classes.

A investigação sob o enfoque do método da crítica da economia política proposto por Marx consiste, portanto, em situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recurso heurístico, e inseridos na totalidade concreta: a sociedade burguesa [...] ou seja, a condição histórica e social da política social deve ser extraída do movimento da sociedade burguesa. Nessa perspectiva, que é crítica, histórica e ontológica, o sujeito que quer conhecer não apenas descreve, mapeia ou retrata. Esse é um trabalho pré-teórico importante. Mas o central nessa linha de análise é que o sujeito procura reproduzir idealmente o movimento do objeto, extrai do objeto as suas características e determinações, reconstruindo-o no nível do pensamento como um conjunto rico de determinações que vão além das suas sugestões imediatas. (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 38)

Assim, compreendemos que a política social no Brasil, em respeito ao projeto ético-político profissional que defendemos, deve ser analisada para além das relações fenomênicas. Deve-se, portanto, revelar a sua essência, partindo das suas expressões imediatas e caminhando para “situá-las como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 39).

Desta forma, ao analisarmos uma política social de gênero como política pública transversal que visa atuar modificando as discriminações e incompreensões que levam à submissão das mulheres (e da submissão à violência, exclusão, exploração de variadas formas), entendemos que este instrumento, em particular, elabore suas ações não somente a partir da redução de índices de violência ou do aumento do número de mulheres empregadas formalmente. É necessário que realizemos um movimento por dentro do tema em tela: é necessário enfrentar a cultura machista e patriarcal.

Dada estas condições preliminares a respeito da política social, debruçaremos-nos sobre a construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis.

A CMPPMulher, objetivando a concretização de seus objetivos de uma forma que abrace as demandas e sugestões das mulheres florianopolitanas, e de acordo com os pressupostos elencados no II PNPM, instituiu a Câmara Técnica de Elaboração, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres³⁵, ou Câmara Técnica, como é chamada.

³⁵ Ver o Decreto Municipal nº 7.894 de 10 de fevereiro de 2010, ‘Anexo D’ deste TCC, p. 179.

É composta por representantes governamentais (SAP, SEMAS, SMCTDES, SMC, SMEduc, SMFP, SMHSA, SMSDC, SMTMT, SMTCE, IGOF, CMPPJ e COPPIR); representantes não-governamentais (Fórum de Implantação da Lei Maria da Penha e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas); e, representantes de Conselhos Municipais de Direitos (CME, COMDIM, CMDCA, CMI, CMS, COMPIR e CMAS). Os trabalhos são coordenados pela coordenadora da CMPPMulher, com a colaboração da Assistente Social e da Secretária Executiva, ambas da CMPPMulher.

O Plano Municipal de Políticas para as Mulheres é resultado de atividades realizadas em diversas etapas.

A primeira delas foi a construção do Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Realizado em 2009 e fruto do debate realizado pela Câmara Técnica, contempla um dos dez eixos³⁶ do II PNPM. Este Plano Municipal constitui-se, também, como eixo do PMPM que trata sobre a questão da violência contra a mulher em Florianópolis.

Assim, vamos elencar seus resultados antes da discussão do Plano Municipal, tendo a clareza de que foi construído em momento anterior e de forma diferente dos outros eixos. Enquanto o eixo de ‘Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres’ foi discutido apenas no interior da Câmara Técnica (dando origem ao Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher antes de tornar-se um dos eixos da PMPM), os demais foram abertos para a discussão em Grupos de Trabalho – GT’s, durante o I Seminário Municipal de Políticas para as Mulheres, realizado nos dias 10 e 11 de março de 2010, em Florianópolis³⁷.

Conforme dados informados pela CMPPMulher e já apontados por nós na subseção anterior, Florianópolis conta com uma rede ainda bastante pequena de atendimento às mulheres vítimas de violência: uma Coordenadoria; um Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; uma Delegacia Especializada da Mulher – DEAM; um Conselho de Direitos; um Centro de Referência; nenhuma Casa Abrigo; e, nenhum Departamento de Atendimento à Mulher.

Desta forma, dada a escassez de recursos institucionais e de acordo com os números de violência contra as mulheres (em 2008, foram 642 atendimentos no Protocolo de Atenção

³⁶ O PMPM apresentará apenas nove eixos, ao contrário do II PNPM que conta com dez. A Câmara Técnica deliberou por dispensar o eixo ‘Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar’, por entender que a pequena área de agricultura familiar encontrada em Florianópolis não se utiliza de sua produção como forma de sustento, percebendo outras formas de trabalho remunerado.

³⁷ Segundo a coordenadora da CMPPMulher, a iniciativa de construir o eixo da violência contra a mulher antes do PMPM foi dada como orientação pela SPM, tendo em vista o atraso dos trabalhos em Santa Catarina e a não assinatura do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher.

às Vítimas de Violência Sexual e 5.793 atendimentos realizados pela 6ª DEAM da Capital)³⁸, o Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (eixo parte do PMPM) objetiva a redução dos índices de violência contra as mulheres no município através da implementação de ações que visam seu enfrentamento.

Estrutura-se em quatro áreas: a) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e Implementação da Lei Maria da Penha; b) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; c) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e, d) promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Seus objetivos específicos são os mesmos presentes no II PNPM, com pequenas adaptações, como a retirada dos termos “do campo e da floresta em situação de violência” (BRASIL, 2008, p. 103), e do objetivo específico “IV”, onde lê-se “Ampliar e garantir o acesso à Justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2008, p. 103).

Em relação à primeira subtração, compreendemos que foi uma adaptação necessária às condições encontradas em Florianópolis, tendo em vista não contarmos com áreas de campo e floresta significativas. No que tange à retirada do IV objetivo específico, buscamos nos dados do Plano em questão informações que pudessem compensar a sua ausência. No entanto, não encontramos nenhuma meta ou prioridade que pudesse substituir-lhe.

Assim, seus objetivos específicos são os seguintes:

- proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento;
- desconstruir estereótipos e representações de gênero, além de mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher;
- promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz;
- garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional;
- assegurar atendimento especializado às mulheres;
- promover a integração e a articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da implantação e do fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2009, p. 6)

³⁸ Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2009.

As metas são construídas de acordo com a realidade e a necessidade dos municípios. Desta forma, foram elencadas as seguintes metas para o Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e, conseqüentemente, para o eixo de ‘Enfrentamento de Todas as formas de Violência contra as Mulheres’, do PMPM: a) implementação/implantação de serviços especializados para as mulheres vítimas de violência (CREMV³⁹ e Casa Abrigo); b) capacitação de 1.240 profissionais de diversas áreas e da rede de atendimento (segurança pública, saúde, educação, assistência social, justiça, etc.); c) trabalhar para a qualificação dos CRAS e CREAS para atendimento de mulheres vítimas de violência; d) implementação da Notificação Compulsória pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; e) ampliação da rede de atenção integral à saúde das mulheres e adolescentes em situação de violência; f) implantação/implementação da Vigilância de Violências e Acidentes – VIVA; e, g) implantação do Serviço de Atenção Integral à Saúde das presidiárias e adolescentes em conflito com a lei.

Em relação às prioridades deste eixo, a Câmara Técnica alterou algumas daquelas previstas no II PNPM, excluindo outras. Constanos nos dois documentos, o municipal e o nacional, as seguintes prioridades: a) ampliar e aperfeiçoar a Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência; b) Garantir a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais; c) promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico; e, d) promover os direitos humanos das mulheres encarceradas.

Duas prioridades não constam do eixo equivalente no II PNPM, sendo acrescentadas pela Câmara Técnica: a) capacitar 1.240 profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, justiça e demais áreas da rede de atendimento; e, b) garantir o enfrentamento da violência contra as mulheres idosas, adultas, jovens e meninas vítimas da exploração sexual.

Somadas, portanto, formam o bloco único de prioridades do Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e do eixo de Enfrentamento de Todas as formas de Violência contra as Mulheres, do PMPM.

Foram excluídas as seguintes prioridades do II PNPM na elaboração municipal: a) promover ações de prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres nos espaços

³⁹ O Centro de Referência de Atendimento da Mulher em Situação de Violência já está em funcionamento e com serviços oferecidos, como já citamos na subseção anterior.

público e privado; e, b) garantir o enfrentamento da violência contra as mulheres, jovens e meninas vítimas do tráfico e da exploração sexual e que exercem a atividade de prostituição.

Tais prioridades, elencadas no II PNPM não aparecem nem mesmo nas Ações planejadas pelo município, no decorrer dos eixos que estruturam o Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Desta forma, compreendemos que o PMPM deixará de registrar a importância do atendimento e de políticas que atendam a universalidade de mulheres e de demandas específicas, como o caso das trabalhadoras sexuais. Conforme já indicamos anteriormente, em Florianópolis marcam presença ao menos duas ONG's que tratam do tema: o Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos, e a Estrela Guia Associação de Mulheres Trabalhadoras Sexuais. Ambas não tem representação na Câmara Técnica, responsável pela elaboração do eixo de Enfrentamento de Todas as formas de Violência contra as Mulheres (espelhado no Plano em questão).

Convém ressaltar a importância do registro, nas prioridades no Plano Municipal, da questão geracional e de capacitação de agentes da área de atendimento às mulheres vítimas de violência, apenas generalizadas no II PNPM, o que permite alargar os horizontes de atuação.

Como forma de implantação das prioridades e objetivos, a Câmara Técnica elegeu o Plano de Ação, em concordância com a metodologia nacional, dividindo-o em cinco partes: Parte A (descrição do projeto nas quatro áreas elencadas); Parte B (estratégia e metodologia de implementação); Parte C (cronograma físico de execução das metas por etapas de execução); Parte D (cronograma físico-financeiro); e, Parte E⁴⁰ (orçamento geral por Ministério).

A primeira área elencada é a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Implementação da Lei Maria da Penha. O quadro abaixo representa as ações e a vinculação com os responsáveis pela sua execução.

Quadro 5 – Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (a)

Ações	Vinculação
Implementar o Centro de Referência de Atendimento à mulher em situação de violência, possibilitando o atendimento qualificado das mulheres.	SEMAS
Implantação de casa abrigo.	SEMAS

(continua)

⁴⁰ Este item é de responsabilidade de preenchimento da SPM e foi fornecida em branco. Segundo a CMPPMulher, está em análise, na referida Secretaria Especial, em Brasília. Portanto, não demonstraremos neste TCC, dado seu andamento não estar concluído.

(continuação)

Casa de passagem para mulheres em situação de rua.	SEMAS
Casa de passagem para idosas vítimas de violência.	SEMAS
Manutenção de equipe multidisciplinar (Permanente) responsável pelo trabalho de prevenção nas comunidades do município.	Todas as Secretarias
Divulgação da rede de atendimento à mulher em situação de violência.	SECom
Capacitar profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, justiça e demais áreas da rede de atendimento.	CMPPMulher
Capacitação/sensibilização para o enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.	SMS SMEduc SEMAS
I Seminário Municipal sobre a Lei Maria da Penha.	SMS SEMAS
Incluir as mulheres em situação de violência atendidas pelos serviços especializados da Rede de Atendimento nos programas sociais de transferência de renda, como Bolsa Família, Pró-Jovem, entre outros.	SMS SMEduc SEMAS
Incentivar o atendimento prioritário às mulheres em situação de violência na concessão de unidades habitacionais.	SEMAS SMHSA
Incentivar o atendimento prioritário das mulheres em situação de violência nos programas de qualificação social e profissional desenvolvidas pelos CRAS e outros serviços da rede.	CMPPMulher SEMAS
Promover, realizar e apoiar, campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres, desmistificando estereótipos e representações de gênero, além de mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher.	SMS/NUPREVI SECom Parceiros
Promover, realizar e apoiar atividades culturais (teatro, música, cineclube, dança, leitura e literatura, artes visuais) para as mulheres em situação de violência, por meio da atuação dos agentes culturais junto às comunidades.	Fundação Franklin de Cascaes Parceiros
Promover a formação de profissionais da educação e de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade com a perspectiva de gênero, raça/etnia.	SMEduc

(continua)

(continuação)

Promover, realizar, apoiar ações e campanhas educativas e culturais de prevenção à violência contra meninas, jovens e mulheres, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral.	SMEduc SECom CMPPJ Parceiros
Promover, realizar e apoiar campanha voltada ao enfrentamento da violência contra as mulheres rurais, negras, indígenas, judias (<i>sic</i>) e outras.	CMPPMulher SECom COPPIR Parceiros
Realizar anualmente a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.	COMDIM CMPPMulher Parceiros
Promover, realizar e apoiar o desenvolvimento de campanhas de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia.	CMPPMulher
Criação do Núcleo de Gênero na Prefeitura Municipal de Florianópolis.	Não informado
Promover capacitações para agentes comunitárias de saúde. Para que elas sejam “promotoras legais” no combate a violência.	Saúde da Mulher/RAIVVS
Divulgar os serviços da rede RAIVVS- (Rede de Atenção Integral às Vítimas de Violência Sexual) afim de que as vítimas de violência sexual até 72 horas procurem sempre em 1º lugar, atendimento nos hospitais de referência (HU, MCD, HIJG). Através de folderes, cartazes, fluxogramas.	SMS RAIVVS
Realizar parceria com a UFSC para a publicização da Rede/Protocolo voltada para os/as universitárias através de palestras e/ou eventos e produção de material informativo.	Não informado

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2009.

A segunda área diz respeito à proteção dos direitos sexuais e reprodutivos e o enfrentamento da feminização da Aids. Para tanto, o Plano de Ação prevê, conforme quadro abaixo:

Quadro 6 – Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (b)

Ações	Vinculação
Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico.	SMS RAIVVS
Apoiar a implantação da Ficha de Notificação/Investigação de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, garantindo a implementação da Lei n. 10.778/2003 (Notificação Compulsória) integralmente nos serviços de saúde.	SMS
Elaborar relatórios periódicos sobre violências contra mulheres e adolescentes.	SEMAS SMS
Informatização e integração da rede de atendimento com banco de dados sobre a violência contra as mulheres e adolescentes.	Toda a rede
Capacitar conselheiros (as) tutelares e de direitos para identificação e encaminhamento adequado de situações de violência doméstica e sexual contra meninas e adolescentes.	SMS NUPREVI SEMAS Parceiros
Fortalecer o Programa de ações integradas e referenciais de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.	SEMAS
Fortalecer serviços de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (CREAS).	SEMAS
Criar mecanismos ágeis, com apoio jurídico, para efetivação de ação legal conforme o código civil, que possibilitem o atendimento imediato às questões do direito reprodutivo das mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.	Não informado
Humanização dos atendimentos prestados nos programas DST/AIDS.	Não informado
Assegurar a disponibilidade de insumos de prevenção a DST/AIDS.	Não informado
Fortalecimento dos grupos de adesão prevenção de reinfecção, assistência, tratamento das hepatites, DST, AIDS bem como o apoio as PVHA na promoção e na atenção à saúde sexual e reprodutiva na esfera municipal.	Não informado
*Garantir a integração dos programas e a vinculação de ações de prevenção da infecção por HIV, hepatites virais e DST.	Não informado
Capacitar profissionais de saúde em Direitos Sexuais e Reprodutivos a fim de sensibilizar para o acolhimento no atendimento e encaminhamentos necessários.	SMS RAIVVS

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2009.

O combate à exploração de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulher constituem a terceira área compreendida no Plano de Ação. Seguem detalhadas no quadro abaixo.

Quadro 7 – Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (c)

Ações	Vinculação
Fortalecer e apoiar projetos inovadores de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.	SEMAS CMPPMulher
Incentivar o atendimento prioritário das mulheres em situação de violência nos programas de qualificação social e profissional.	SEMAS CMPPMulher
Levantamento de dados.	Não informado
Capacitar a rede especializada de atendimento da saúde mental / CAPS, para atendimento a meninas e adolescentes vítimas de violência.	Não informado
Incentivar a denúncia da exploração sexual e tráfico de seres humanos, através de capacitações relacionadas ao diagnóstico de violência. Público alvo: Profissionais de Saúde: AS: PM.	SMS RAIVVS

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2009.

A quarta e última área elencada é a promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Foram estabelecidas as seguintes ações e suas vinculações institucionais:

Quadro 8 – Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (d)

Ações	Vinculação
Capacitar os CRAS e CREAS para suporte e acompanhamento das mulheres egressas do sistema prisional.	NUPREVI CMPPMulher Parcerias
Apoiar projetos de capacitação de mulheres encarceradas para geração de renda e garantir o acesso dessas mulheres ao trabalho dentro dos presídios femininos e sua re-inserção ao mercado formal de trabalho.	CMPPMulher SSP/SC DEAP/SC SINE/SC
Implantar serviço de saúde integral às mulheres em situação de prisão.	SMS

(continua)

(continuação)

Promover o acompanhamento sócio-familiar das famílias de mulheres encarceradas e egressas do sistema prisional nos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS).	SEMAS
Garantir pré – natal e consultas para as mulheres em situação de prisão.	SMS
Implantar e garantir serviços de saúde mental às mulheres encarceradas.	SMS
Assegurar e disponibilizar insumos de prevenção a DST/AIDS.	SMS
Humanização dos atendimentos nos programas DST/AIDS.	SMS
Desenvolver projeto de capacitação profissional e orientação para os portadores de HIV/AIDS, oportunizando melhor qualidade de vida.	SMS
Fortalecimento dos grupos de adesão.	SMS
Estabelecer parceria com o DEAP, Sistema S, Universidades públicas e privadas entre outras instituições para viabilizar formação profissional às mulheres em situação de prisão.	SMS
Desenvolver ações relacionadas ao uso de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas, prevenção de DST/AIDS para adolescentes que cumprem mediadas socioeducativas em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas portarias interministeriais n. 1426/04 e n. 340/04.	SMS
Promover atividades educativas visando à promoção da saúde, relacionada principalmente aos direitos humanos, visando os direitos sexuais e reprodutivos.	SMS RAIVVS

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2009.

A Parte B do Plano de Ação do Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (eixo de Enfrentamento de Todas as formas de Violência contra as Mulheres do PMPM), que contém suas estratégias e metodologias de implementação, prevê que a CMPPMulher articule com o conjunto de Secretarias Municipais, Secretarias Executivas e Órgãos da PMF para garantir os orçamentos e recursos necessários para a manutenção e continuidade das ações, buscando estabelecer também parcerias com as ONG's e instituições privadas.

Cabe a Câmara Técnica da CMPPMulher, juntamente com os Conselhos de Direitos e a sociedade civil organizada através dos movimentos sociais, realizar o monitoramento e avaliação das ações e serviços elaborados no Plano de Ação.

O cronograma de execução das metas está na Parte C do Plano de Ação desenvolvido para o combate da violência contra as mulheres. De acordo com a CMPPMulher o cronograma ainda não encontra-se completamente pronto, estando em processo de fechamento, fornecendo-nos apenas um esboço deste cronograma. Desta forma, não vamos demonstrá-lo aqui.

Tendo apresentado o Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, apresentamos concomitantemente o eixo de Enfrentamento de Todas as formas de Violência contra as Mulheres' do PMPM, que corresponde ao quarto eixo do II PNPM.

Seguimos na apresentação, agora, dos eixos do PNPM frutos dos debates dos Grupos de Trabalho realizados no I Seminário Municipal de Políticas para as Mulheres, realizado no auditório Antonieta de Barros, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, entre os dias 10 e 11 de março de 2010⁴¹. Os resultados do referido evento foram levados para a Câmara Técnica que, após sua discussão, tratou de formalizá-los para tornarem-se conteúdos do PMPM.

Os GT's foram divididos em torno dos eixos⁴² do II PNPM. Os trabalhos foram orientados por pessoas indicadas pela CMPPMulher e os participantes escolherem entre si um relator e um orador para, respectivamente, construir durante os debates realizados nos dois dias de evento um documento a ser entregue a Câmara Técnica da CMPPMulher e, apresentar os resultados no final do evento para o grupo geral de participantes.

Quadro 9 – Grupos de Trabalho do I Seminário Municipal de Políticas para as Mulheres

Grupo de Trabalho	Eixo	II PNPM*
GT 1	Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social.	Cap. 1
	Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais.	Cap. 7
	Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens.	Cap. 10

(continua)

⁴¹ Foram 280 participantes inscritos, entre eles estudantes, assistentes sociais, jornalistas, profissionais das mais variadas áreas, juíza trabalhista, professoras, psicólogas, representantes: do PETI, Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis, SMS, Núcleos de Educação Infantil de Florianópolis, SEMAS, Sindicato dos Farmacêuticos, Associações de Direitos Humanos, Associação de Juízes para a Democracia, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC, OAB/SC, SENTINELA, Assembléia Legislativa de SC, AFLOV, CREMV, UFSC, FLORAM, Pastoral da Terra, Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC, Câmara de Vereadores de Florianópolis, Eletrosul, Conselhos Comunitários, Escola Profissional, Secretaria de Segurança Pública de SC, FESPORTE, CRAS/CREAS/CAPS, Prefeitura Municipal de São José, entre outros, e participantes da sociedade civil interessadas na temática.

⁴² Cada eixo corresponde a um capítulo no II PNPM.

(continuação)

GT 2	Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica.	Cap. 2
	Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia.	Cap. 9
GT 3	Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos.	Cap. 3
GT 4	Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.	Cap. 5
	Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não-discriminatórias.	Cap. 8

FONTE: Tabulação realizada pelo pesquisador com base no relatórios dos GT's.

* Refere-se aos capítulos encontrados no II PNPM.

Na última tarde do evento, os participantes reunidos no auditório da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina expuseram os resultados de cada GT, respondendo a algumas perguntas realizadas pelos integrantes de outras equipes. Foi ressaltado, na oportunidade, que por conta do tempo escasso e dos objetivos do Seminário, as questões não seriam abertas para uma discussão mais profunda, mas apenas para questionamentos mais breves. A CMPPMulher declarou que o espaço oportuno para o profundo debate das questões será a III Conferência Municipal da Mulher, a realizar-se em 2011, para aprovação do PMPM.

O primeiro Grupo de Trabalho – GT 1, trabalhou os eixos ‘Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social’, ‘Direito à terra e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais’ e ‘Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas’, que correspondem, respectivamente, aos primeiro, sétimo e décimo eixos do II PNPM.

No quadro abaixo, apresentamos a produção do GT 1.

Quadro 10 – GT 1 – I Seminário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (a)

Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social	
Prioridades	Ações
1. Identificar o público alvo a ser atendido, suas vocações e as respectivas necessidades do mercado de trabalho.	a. Pesquisa de campo, diagnóstico e conseqüentemente um relatório.

(continua)

(continuação)

2. Com base no diagnóstico realizado, implementar cursos de capacitação profissional nas comunidades e outros espaços públicos. Estes cursos contemplarão capacitações nas mais diversas áreas, como informática, construção civil, serviços administrativos, financeiros e comerciais, etc.	a. Implementar campanhas que possam informar a mulher sobre o seu papel nas mais diversas profissões. b. Oferecer cursos de capacitação de acordo com as necessidades diagnosticadas. c. Estabelecer parcerias com instituições privadas para favorecer a inserção das mulheres no mercado de trabalho.
3. Ampliar os quadros de horários e vagas das creches públicas de acordo com o período de trabalho das mães, sem interrupções de funcionamento nas temporadas de veraneio e feriados prolongados, acrescentando o período noturno.	a. Assegurar os direitos já previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, para que não haja critérios de seleção, conforme a Portaria Municipal de Matrícula.
4. Promover políticas de previdência social inclusivas para as mulheres.	a. Promover grupos de trabalho para debater a ampliação dos benefícios previdenciários para as trabalhadoras do lar.
5. Promover relações de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, idade ou deficiência com equidade salarial e no acesso a cargos de direção.	a. Estudos e implantação de Políticas em Equidade de Gênero.
6. Garantia da equidade de gênero no número de vagas para o mercado de trabalho privado.	a. Ter a efetiva ocupação das vagas destinadas às mulheres as empresas privadas.

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

A orientação dada (ou, ao menos a determinação da Câmara Técnica da CMPPMulher) aos grupos pelos coordenadores, foi a de que utilizassem para o trabalho as prioridades encontradas (e fornecidas para os GT's) contidas no interior dos eixos do II PNPM, como ponto de partida. Algumas equipes alteraram as prioridades (como foi o caso deste GT 1, que alterou todas). Outros, alteraram em parte, substituindo algumas ou excluindo outras. Também, outros grupos utilizaram na íntegra todas as prioridades.

A idéia inicial era propor ações para a esfera municipal a partir do que se encontra no âmbito federal, no II PNPM. Desta forma, seria uma adaptação às regionalidades, à cultura local e às necessidades particulares das mulheres de Florianópolis.

Após passar pela Câmara Técnica, o texto teve alteradas quase todas as prioridades, mantendo apenas duas (4ª e 5ª do texto final), além de acrescentadas ou reescritas algumas

das ações. Após as atividades da Câmara Técnica neste primeiro eixo do GT 1, encontramos o seguinte quadro de prioridades e ações, abaixo.

Quadro 11 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 1 (a)

Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social	
Prioridades	Ações
1. Ampliar mercado de trabalho, de acordo com as demandas das mulheres, inseridas nos projetos sociais do município.	a. Realizar pesquisa sobre o interesse das mulheres em relação as ações que devem ser desenvolvidas para sua formação profissional. b. Realizar levantamento sobre as necessidades do mercado.
2. Capacitar profissional nas comunidades e outros espaços públicos de acordo com as demandas das mulheres.	a. Implementar campanhas que informe e sensibilize a mulher sobre o seu papel nas mais diversas profissões. b. Oferecer cursos de capacitação de acordo com os resultados da pesquisa. c. Estabelecer parcerias com instituições privadas para favorecer a inserção das mulheres no mercado de trabalho.
3. Fomentar a intersetorialidade dos serviços, programas e projetos, integrando todas as políticas públicas.	a. Promover encontros periódicos com a rede de serviço do município.
4. Ampliar quadros de horários e vagas nas creches públicas de acordo com o período de trabalho das mães, sem interrupções de funcionamento nas temporadas de verão e feriados prolongados, acrescentando o período noturno.	a. Assegurar os direitos já previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, para que não haja critérios de seleção, conforme a Portaria Municipal de Matrícula. b. Ampliar horário do transporte coletivo urbano (com segurança aos passageiros), de acordo com a ampliação de horário das creches.
5. Promover relações de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, idade, deficiência com equidade salarial e acesso a cargos de direção.	a. Elaborar estudos e implantar de políticas de equidade de gênero. b. Realizar campanhas de combate à discriminação.

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

Ainda no GT 1, os trabalhos desenvolvidos no eixo de direito à terra resultaram nos seguintes resultados, listados no quadro abaixo, sendo que foram alteradas as prioridades do Plano Nacional (que eram, originalmente, em número de quatro).

Quadro 12 – GT 1 – I Seminário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (b)

Direito à terra moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais	
Prioridades	Ações
1. Ampliar a política habitacional, com moradia digna, com acesso a bens e serviço e qualidade na infra-estrutura, com prioridade as famílias chefiadas por mulheres, com renda inferior a 02 salários mínimos.	a. Disponibilizar áreas de interesse social para a construção de moradias mais próximas a bens e serviços. b. Realizar diagnóstico para visualizar a realidade de quantas famílias chefiadas por mulheres que necessitam de moradia. c. Destinar cotas as mulheres dos programas habitacionais, a curto, médio e longo prazo, de acordo com o que aponta o diagnóstico.

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

A Câmara Técnica, avaliando os resultados, alterou o texto da ação 1.a da prioridade mantida dos resultados do GT 1. O texto ficou da forma descrita abaixo.

Quadro 13 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 1 (b)

Direito à terra moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais	
Prioridades	Ações
1. Ampliar a política habitacional, com moradia digna, com acesso a bens e serviços e qualidade na infra-estrutura, com prioridade às famílias chefiadas por mulheres, com renda inferior a 02 salários mínimos.	a. Garantir moradias próximas a equipamentos e serviços públicos com titularidade em nome das mulheres. b. Realizar diagnóstico para conhecer a necessidade de moradias próprias às famílias chefiadas por mulheres. c. Destinar cotas para as mulheres nos programas habitacionais, a curto, médio e longo prazo, de acordo com o que aponta o diagnóstico.

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

No eixo de enfrentamento das desigualdades geracionais, o GT 1 produziu as seguintes ações, no quadro abaixo, em relação às prioridades que também não seguiram aquelas elencadas no II PNPM.

Quadro 14 – GT 1 – I Seminário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (c)

Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas	
Prioridades	Ações
1. Sensibilizar os gestores e trabalhadores dos órgãos públicos e privados e sociedade no que se refere a discriminação, visando a igualdade de direitos das mulheres.	a. Campanhas e capacitações visando a igualdade de direitos das mulheres. b. Formar multiplicadores para a promoção de políticas e ações de enfrentamento das desigualdades.
2. Promover maior participação da sociedade nas ações de cuidado e proteção das mulheres.	a. Ampliar espaços democráticos e participativos nos serviços e espaços públicos, com orientações e capacitações.
3. Propor ações que contemplem o atendimento as mulheres em sua intergeracionalidade.	a. Oferecer programas de atendimento específicos de acordo com as necessidades de cada fase da vida e promover a articulação entre os setores.
4. Implementar campanhas educativas de gênero no ensino público e privado.	a. Oferecer capacitação aos educadores quanto a equidade de gêneros e questões geracionais. b. Divulgar os direitos contemplados em legislação vigente referente ao âmbito da criança e adolescente, idoso e/ou outros junto aos espaços de maior demanda de violação de direitos. c. Articular os grupos e movimentos feministas para fortalecer as ações de enfrentamento as desigualdades geracionais.
5. Conscientizar os homens para participarem dos espaços de discussões referentes às políticas públicas que envolvem as mulheres.	a. Promover a participação dos homens nos espaços de discussões referentes às políticas públicas que envolvem as mulheres.
6. Divulgar os serviços existentes na rede de atendimento as mulheres, especialmente aqueles relacionados a violência.	a. Capacitar continuamente os profissionais que atuam na rede para um melhor atendimento das mulheres. b. Articular os vários segmentos e serviços envolvidos na política para as mulheres.

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

Após manter as prioridades 1, 3 e 6 (referente ao texto abaixo), manteve, das ações, apenas as 4.c, 5.a e 6.b (referente ao texto abaixo). As demais ações sofreram, todas, adaptação em seus textos, conforme o quadro apresentado em seguida.

Quadro 15 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 1 (c)

Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas	
Prioridades	Ações
1. Sensibilizar sociedade, gestores e trabalhadores dos órgãos públicos e privados no em relação a todas as formas de discriminação, visando a igualdade de direitos.	a. Realizar campanhas e capacitações visando a igualdade de direitos das mulheres. b. Formar multiplicadores para a promoção de políticas e ações de enfrentamento das desigualdades geracionais.
2. Propor ações que contemplem o atendimento as mulheres em sua intergeracionalidade.	a. Oferecer programas de atendimento específicos de acordo com as necessidades de cada fase da vida e promover a articulação entre a rede de serviços.
3. Implementar campanhas educativas sobre a temática de gênero no público, privado e demais áreas. (Temas transversais).	a. Oferecer capacitação sobre equidade de gênero e questões geracionais aos educadores da rede pública de ensino. b. Divulgar os direitos contemplados no Estatuto da Criança e do adolescente, Estatuto do Idoso e outras normas legais nos espaços de maior demanda de violação de direitos. c. Articular com os grupos e movimentos feministas o fortalecimento de ações de enfrentamento as desigualdades geracionais.
4. Sensibilizar a sociedade a participar dos espaços de discussões referentes às políticas públicas que envolvem as mulheres.	a. Promover a participação dos homens nos espaços de discussões referentes às políticas públicas que envolvem as mulheres.
5. Divulgar os serviços existentes na rede de atendimento às mulheres jovens e idosas, especialmente aqueles relacionados a violência.	a. Capacitar continuamente os profissionais que atuam na rede para qualificar o atendimento das mulheres. b. Articular os serviços e segmentos envolvidos na política para as mulheres.

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

O GT 2 reuniu as discussões a respeito dos eixos segundo e nono do II PNPM: ‘Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica’ e ‘Enfrentamento do Racismo, sexismo e lesbofobia’.

À convite da CMPPMulher, fomos chamados a participar deste GT na qualidade de coordenador. Ao lado de duas representantes da Câmara Técnica, este pesquisador colaborou com as atividades deste Grupo de Trabalho.

Nossas impressões a respeito dos trabalhos desenvolvidos foram de que todos os participantes do GT 2 tiveram abertura completa para participar e colaborar com as ações elencadas nos dois eixos de nossa responsabilidade.

Em relação ao primeiro eixo de suas discussões, o resultado segue no quadro abaixo.

Quadro 16 – GT 2 – I Seminário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (a)

Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não lesbofóbica	
Prioridades	Ações
1. Promover a formação inicial e continuada de gestores/as e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades.	a. Formação de um comitê permanente na Secretaria Municipal de Educação que tenha como objetivo organizar e fomentar equipes de profissionais da educação, responsáveis pelas ações voltadas para a educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica. b. Parceria com instituições, núcleos de estudos, universidades e organizações não-governamentais que discutam estes temas. c. Promover a formação continuada de equipe de profissionais da educação no âmbito de temas relacionados à diversidade e à inclusão (por exemplo, por meio de Seminários, Congressos, Grupos de discussão, Debates periódicos), que contemple além do aspecto técnico e de informação, os aspectos de desenvolvimento pessoal dos professores, ou seja, que abranja questões relacionadas às crenças, mitos, preconceitos, valores e experiências sociais e pessoais. d. Promover ações de formação que envolvam todos e todas profissionais que atuem na escola.

(continua)

(continuação)

<p>2. Promover a formação de estudantes da educação básica para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades.</p>	<p>a. Promover a Semana da Educação Inclusiva e da Diversidade nas escolas, incluindo esta ação como parte do plano anual de atividades.</p> <p>b. Incluir no Programa Escola Aberta atividades que envolvam os temas da diversidade, da inclusão e relações de gênero, envolvendo alunos(as), pais(mães) e professores(as).</p> <p>c. Desenvolver atividades de período integral escolar para os alunos, com utilização de filmes, notícias veiculadas na mídia, debates, entre outros.</p> <p>d. Investir/incentivar que as questões sobre gênero, inclusão e diversidade sejam trabalhadas como temas transversais.</p>
<p>3. Promover a formação das mulheres (jovens e adultas) para o trabalho, visando reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões.</p>	<p>a. Parceria com empresas (como SESC, SENAC), universidades e centros de formação para criação de campanha “Invista em uma mulher”, que ofereça gratuitamente vagas para cursos de formação e cursos profissionalizantes.</p> <p>b. Poder público municipal ofereça e divulgue cursos profissionalizantes que abranja formações diversas, como cursos de técnico administrativo, curso de oficina mecânica, curso de panificação, rompendo o <i>status</i> de cursos masculinos e cursos femininos, inclusive nos Centros de Referência de Atendimento a mulheres vítimas de violência.</p>
<p>4. Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual e raça/etnia em todos os níveis de ensino.</p>	<p>a. Projeto de lei que institua nos currículos escolares os temas relacionados às questões de gênero e diversidade.</p> <p>b. Promover campanha e divulgação na mídia que conscientize e estimule a participação dos pais nas ações relacionadas ao tema da diversidade e da inclusão (por exemplo, semelhante à campanha que está sendo veiculada na mídia sobre a participação dos pais na educação formal dos filhos).</p>

(continua)

(continuação)

5. Promover medidas educacionais para o enfrentamento da violência contra as mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais e de orientação sexual.	<ul style="list-style-type: none"> a. Criar material de divulgação informativo e de formação sobre as diversas formas de violência. b. Incluir na formação continuada das equipes de profissionais da educação o tema da violência e formas de enfrentamento.
6. Ampliar o acesso e a permanência na educação de grupos de específicos de mulheres com baixa escolaridade.	<ul style="list-style-type: none"> a. Criar Equipes de Educação (Programa de Educação na Comunidade) responsáveis pelo levantamento das necessidades específicas da comunidade e das mulheres que desejem dar continuidade aos estudos e formação profissional. b. Ocupar espaços e equipamentos sociais das comunidades para promover a educação continuada e formação profissional.

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

As prioridades deste eixo foram mantidas de acordo com o que encontramos no II PNPM. As ações produzidas no GT 2 foram mantidas na sua quase totalidade, sendo que as demais foram adaptadas, com um pequeno número de supressões. O texto revisado pela Câmara Técnica, a respeito da educação inclusiva e não discriminatória, segue no próximo quadro.

Quadro 17 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 2 (a)

Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não lesbofóbica	
Prioridades	Ações
1. Promover formação continuada de gestores/as e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades.	<ul style="list-style-type: none"> a. Formar comitê permanente na Secretaria Municipal de Educação. b. Fomentar Parcerias com instituições, núcleos de estudos, universidades e organizações não-governamentais que discutam estes temas. c. Promover formação continuada de profissionais da educação referente aos seguintes temas: Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não lesbofóbica.

(continua)

(continuação)

<p>2. Promover a formação de estudantes da educação básica para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades.</p>	<p>a. Promover a Semana da Educação Inclusiva e da Diversidade nas escolas, incluindo-a no plano anual de atividades.</p> <p>b. Incluir no Programa Escola Aberta atividades que envolvam os temas da diversidade, da inclusão e relações de gênero, envolvendo alunos(as), pais(mães) e professores(as).</p> <p>c. Promover atividades de período integral escolar para os alunos, com utilização de filmes, notícias veiculadas na mídia, debates, entre outros.</p> <p>d. Incentivar o debate sobre as questões de gênero, inclusão e diversidade como temas transversais.</p>
<p>3. Promover a formação das mulheres (jovens e adultas) para o trabalho, visando reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões.</p>	<p>a. Desenvolver Parcerias com empresas privadas, universidades e centros de formação para criação de campanha que ofereça vagas (gratuitas) para cursos de formação e profissionalizantes.</p> <p>b. Poder público municipal ofereça e divulgue cursos profissionalizantes que abranja formações diversas, rompendo o <i>status</i> de cursos masculinos e femininos.</p>
<p>4. Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual e raça/etnia em todos os níveis de ensino.</p>	<p>a. Pleitear junto ao Poder Legislativo um Projeto de lei que institua nos currículos escolares os temas relacionados às questões de gênero e diversidade.</p> <p>b. Promover campanha e divulgação na mídia que conscientize e estimule a participação dos pais nas ações relacionadas ao tema da diversidade e da inclusão.</p>
<p>5. Promover medidas educacionais para identificação e enfrentamento da violência contra as mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais e de orientação sexual.</p>	<p>a. Criar material de divulgação informativo e de formação sobre as diversas formas de violência.</p> <p>b. Incluir na formação continuada das equipes de profissionais da educação o tema da violência e formas de enfrentamento.</p>
<p>6. Ampliar o acesso e a permanência para educação de grupos específicos de mulheres com baixa escolaridade.</p>	<p>a. Ocupar espaços e equipamentos sociais das comunidades para promover a educação continuada e formação profissional.</p>

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

O eixo de enfrentamento às discriminações também foi tratado pelo GT 2, que manteve, como na temática anterior, as prioridades do II PNPM. Segue no quadro abaixo a tabulação dos seus resultados.

Quadro 18 – GT 2 – I Seminário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (b)

Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia	
Prioridades	Ações
1. Formular e implementar programas, projetos e ações afirmativas e de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia nas instituições públicas governamentais.	a. Criar Centros de Referência para orientação e atendimento de gays, lésbicas, travestis, transgêneros, vítimas de violência. b. Criar Conselho da Diversidade para a formulação de políticas públicas municipais e ações de controle social, além da capacitação de instituições públicas e privadas para o atendimento a essa população, incluindo diretrizes do Programa Brasil Sem Homofobia.
2. Fortalecer as políticas de enfrentamento da discriminação contra as mulheres atingidas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, deficiência, fatores geracionais e outras formas de intolerância e discriminação.	a. Divulgar os dispositivos legais e a rede de atendimento já existente no município. b. Criar material educativo (cartilhas) sobre o tema da diversidade sexual, relações de gênero, homofobia, violências para divulgação em secretarias do município, escolas, comunidade, entre outros.
3. Apoiar a capacitação de lideranças do movimento de mulheres e feministas na promoção de políticas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e ações afirmativas.	a. Divulgar os dispositivos legais e a rede de atendimento já existente no município. b. Criar material educativo (cartilhas) sobre o tema da diversidade sexual, relações de gênero, homofobia, violências para divulgação em secretarias do município, escolas, comunidade, entre outros

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

A Câmara Técnica manteve as prioridades 1 e 2, mas com as ações seguiu integralmente apenas com as 1.a, 2.a e 2.b. A prioridade 3 foi englobada pela número 2, tendo seu texto adaptado. As outras ações foram excluídas e/ou alteradas, como é o caso, abaixo, da 1b. Segue o quadro com as alterações realizadas.

Quadro 19 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 2 (b)

Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia	
Prioridades	Ações
1. Formular e implementar programas, projetos e ações afirmativas de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia nas instituições públicas governamentais.	a. Criar Centros de Referência Municipal para orientação e atendimento de gays, lésbicas, travestis e transgêneros. b. Capacitar instituições públicas e privadas para o atendimento a essa população, incluindo diretrizes do Programa Brasil Sem Homofobia.
2. Fortalecer as políticas de enfrentamento da discriminação contra as mulheres incluídas nos grupos de racismo, sexismo, lesbofobia, deficiência, fatores geracionais e outras formas de intolerância e discriminação.	a. Divulgar os dispositivos legais e a rede de atendimento já existente no município. b. Criar material educativo (cartilhas) sobre o tema da diversidade sexual, relações de gênero, homofobia, violências para divulgação em secretarias do município, escolas, comunidade, entre outros. c. Capacitar lideranças de movimento de mulheres e feministas na promoção de políticas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo, lesbofobia e ações afirmativas.

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

Aos inscritos no GT 3 coube a discussão do eixo ‘Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos’, referente ao terceiro grande tema do II PNPM. Este grupo ficou com apenas um eixo, dada sua magnitude, que ao lado do eixo da violência, formam os maiores de todo o Plano Nacional.

O grupo utilizou as mesmas prioridades elencadas nacionalmente, acrescentando uma que não encontrava-se explícita no II PNPM. O quadro abaixo mostra a tabulação de seus resultados.

Quadro 20 – GT 3 – I Seminário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres

Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	
Prioridades	Ações
1. Promover a atenção à saúde das mulheres no climatério.	a. Aprimorar o rastreamento das inúmeras patologias associadas ao início do climatério e garantir o acesso ao exame desintometria óssea.

(continua)

(continuação)

	<ul style="list-style-type: none"> b. Ampliar as parcerias institucionais com as universidades e demais segmentos educacionais para informação, sensibilização e ações que contemplem a saúde da mulher no climatério. c. Disponibilizar o atendimento psicológico e em terapias complementares. d. Educação continuada para os profissionais da saúde com ênfase no climatério.
2. Estimular a organização da atenção às mulheres, jovens e adolescentes com queixas ginecológicas.	<ul style="list-style-type: none"> a. Facilitar o acesso e o atendimento das adolescentes ao Centro de Saúde. b. Intensificar e fomentar o PSE (Programa Saúde do Escolar) como estratégia de acesso a informação e assistência aos adolescentes.
3. Estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos, jovens e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde, respeitando os princípios dos direitos sexuais e reprodutivos.	<ul style="list-style-type: none"> a. Garantir a vasectomia e laqueadura em âmbito municipal. b. Ampliar a promoção e assistência integral a saúde sexual e reprodutiva com divulgação de materiais educativos voltados para os adolescentes sobre os direitos reprodutivos. c. Garantir a parceria e assistência integral ao PSE (Programa de Saúde do Escolar).
4. Promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada, especialmente entre as mulheres negras e indígenas, incluindo a atenção ao abortamento inseguro, de forma a reduzir a morbimortalidade materna.	<ul style="list-style-type: none"> a. Garantir pré natal humanizado com referência as Maternidades. b. Construir estratégias para implantar o comitê de prevenção ao óbito materno. c. Garantir a ampliação para todas as maternidade da grande Florianópolis ao abortamento seguro.
5. Promover a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/Aids na população feminina.	<ul style="list-style-type: none"> a. Promover, implementar e divulgar o Plano de Enfrentamento da Feminização das DST/AIDS. b. Promover ações que garantam a formação continuada dos profissionais de saúde. c. Garantir os preservativos femininos e masculinos para a distribuição no município.

(continua)

(continuação)

<p>6. Reduzir a morbimortalidade por câncer cérvico-uterino e a mortalidade por câncer de mama na população feminina.</p>	<p>a. Definir e executar ações estratégicas de promoção e prevenção dos cânceres de colo do útero e de mama, incluindo a qualificação dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos para seu controle.</p> <p>b. Ampliar a equipe operacional para atuar no módulo-seguimento do SISCOLO como instrumento gerencial.</p> <p>c. Disponibilizar mecanismos diferenciados que facilitem o acesso a realização dos exames de mamografia e coleta de citopatológico.</p> <p>d. Instrumentalizar e conscientizar as mulheres para a realização da mamografia e preventivo de câncer de colo de útero.</p>
<p>7. Promover a implantação de um modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero, considerando as especificidades étnico-raciais.</p>	<p>a. Melhorar a qualidade da informação, garantir os serviços e a divulgação prestados as mulheres com sofrimento psíquico “transtornos mentais” no Sistema Único de Saúde.</p> <p>b. Implementar e ampliar terapias complementares nos Centros de Saúde.</p> <p>c. Ampliar a rede de atendimento do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), e reestruturar o NASF (Núcleo de Atenção a Saúde da Família).</p> <p>d. Elaborar e Implementar as Diretrizes Estratégicas sobre Saúde Mental e Gênero resgatando os relatórios das Conferências Municipais de Saúde Mental.</p>
<p>8. Estimular a implantação da Atenção Integral à Saúde das Mulheres, por meio do enfrentamento das discriminações e do atendimento às especificidades étnico-raciais, geracionais, regionais, de orientação sexual, e das mulheres com deficiência, do campo e da floresta e em situação de rua.</p>	<p>a. Elaborar e implementar as Diretrizes Estratégicas sobre Saúde de mulheres com deficiência, negras, encarceradas, lésbicas, bissexuais, transexuais, indígenas, ciganas, população feminina do campo, de rua e profissionais do sexo.</p> <p>b. Realizar campanha de valorização e revitalização dos saberes das mulheres respeitando as suas diversidades étnicas, geracionais, regionais, culturais e de orientação sexual, referente as áreas promoção, prevenção e recuperação da saúde.</p>

(continua)

(continuação)

	<p>c. Prover, técnica e financeiramente a capacitação dos profissionais de saúde que atuam nos serviços da rede SUS, para atuarem na atenção integral à saúde da mulher contemplando as especificidades de cada população na perspectiva dos direitos sexuais e direitos reprodutivos.</p>
9. Fortalecer a participação e mobilização social em defesa da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.	<p>a. Promover eventos de mobilização das entidades do movimento de mulheres, feministas e lideranças das comunidades para ampliar a consciência sanitária e dos direitos à saúde, sexuais e reprodutivos.</p> <p>b. Realizar bianual o Seminário Municipal de Políticas para as Mulheres tendo como um dos temas Gênero e Saúde.</p> <p>c. Apoiar técnica e financeiramente a capacitação de lideranças das comunidades, do movimento de mulheres e feminista na promoção da educação popular em saúde e no exercício do controle social.</p>
10. Propor alterações de legislação com a finalidade de ampliar a garantia do direito à saúde, contemplando os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.	<p>a. Articular com o poder legislativo e o movimento social a elaboração/revisão de leis e/ou projetos de lei com a finalidade de ampliar a garantia do direito à saúde, contemplando os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres, e fortalecer o Sistema Único de Saúde.</p> <p>b. Articular com o poder legislativo para adequação da Lei do transporte Fora do Domicílio (TFD) para contemplar também o transporte dos (a) usuários (a) aos hospitais localizados na 18ª Regional.</p> <p>c. Assegurar a gratuidade do registro no cartório civil para a realização da anticoncepção cirúrgica conforme a lei 9.263/96.</p> <p>d. Articular com o poder legislativo a implementação da lei federal que garante 180 dias à licença maternidade para mães adotivas e todas as mulheres independente do aleitamento materno exclusivo, sem considerar o período de férias.</p>

(continua)

(continuação)

11. Promover a atenção integral das mulheres encarceradas.	a. Reivindicar de forma incisiva junto ao poder municipal e estadual a implantação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. b. Implantar e implementar uma equipe multidisciplinar para o atendimento integral à saúde e o matriciamento pelo NASF (Núcleo de Atenção à Saúde de Família).
--	---

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

Foi mantida a totalidade das prioridades elencadas pelo GT 3, tendo parcialmente algumas suprimidas ou com o texto adaptado. Como o eixo é demasiadamente grande, apontaremos no quadro a seguir apenas as ações alteradas, bem como as prioridades em que estão alocadas.

Quadro 21 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 3

Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	
Prioridades	Ações
3. Estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos, jovens e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde, respeitando os princípios dos direitos sexuais e reprodutivos.	a. Garantir a vasectomia e laqueadura em âmbito municipal. b. Garantir procedimentos de fertilização e inseminação às mulheres que apresentam dificuldades no processo de reprodução da vida. c. Ampliar a promoção e assistência integral a saúde sexual e reprodutiva com divulgação de materiais educativos voltados para os adolescentes sobre os direitos reprodutivos. d. Garantir a parceria e assistência integral ao PSE (Programa de Saúde do Escolar).
7. Promover a implantação de um modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero, considerando as especificidades étnico-raciais.	a. Qualificar a informação, divulgar e garantir serviços de atendimento às mulheres com sofrimento psíquico (“transtornos mentais”) no Sistema Único de Saúde. b. Implementar e ampliar terapias complementares nas unidades de saúde.

(continua)

(continuação)

	c. Ampliar a rede de atendimento do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS2, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPSad e reestruturar o Núcleo de Atenção a Saúde da Família – NASF. d. Estimular a implantação do CAPS 3. e. Elaborar e implementar as diretrizes estratégicas sobre saúde mental e gênero resgatando os relatórios das Conferências Municipais de Saúde Mental.
--	--

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

O último GT debateu as questões pertinentes aos eixos quinto e oitavo do II PNPM, respectivamente: ‘Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão’ e ‘Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não-discriminatórias’. O quadro abaixo contém os resultados do GT 4.

Quadro 22 – GT 4 – I Seminário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (a)

Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	
Prioridades	Ações
1. Políticas para participação e inclusão da mulher nas diferentes esferas do poder.	a. Desenvolver ações e campanhas sobre a importância e necessidade da ampliação da participação política das mulheres, estimulando a filiação partidária e candidaturas e o voto em mulheres em todos os níveis, considerando as diversidades de raça e etnia.
2. Capacitação política.	a. Realizar eventos de sensibilização para estimular a participação das mulheres nos cargos de direção dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. b. Criação de mecanismos de apoio à participação político-partidária das mulheres.
3. Formação continuada nas comunidades de Florianópolis.	a. Promover/estimular estudos, debates e outras medidas para ampliar a participação das mulheres nos cargos de direção das organizações.

(continua)

(continuação)

4. Combate a qualquer forma de discriminação.	a. Capacitar as mulheres candidatas para participação nas eleições, considerando suas especificidades étnico-raciais.
5. Garantia na representação das mulheres candidatas na composição da câmara, em nível paritário.	a. Instituição de Fórum permanente de mulheres: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ênfase “Intercambio e participação das mulheres sobre questões político-partidárias”. ▪ Ênfase “Fórum de Discussão on-line da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres”. b. Desenvolver ações de sensibilização nos partidos políticos sobre a participação das mulheres nos espaços de poder.
6. Compromisso das gestoras para incorporação das diretrizes do PNPM nos seus mandatos e/ou manutenção.	a. Sensibilizar prefeitas, governadoras, vereadoras, senadoras, deputadas estaduais/distritais e federais eleitas para incorporação das diretrizes do PNPM nos seus mandatos; b. Fortalecimento da participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação baseadas na raça/etnia, geração, orientação sexual, entre outras relacionadas à diversidade humana e cultural; c. Assegurar o funcionamento efetivo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; d. Realizar a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, precedida das etapas municipal e estadual, em 2011.

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

Os participantes do GT 4 modificaram em sua totalidade as prioridades elencadas no II PNPM, criando outras prioridades. A Câmara Técnica, por sua vez, manteve apenas uma delas, elencadas nos resultados do grupo: a prioridade 1, substituindo todas as outras por apenas a prioridade 2. Em relação às ações, apenas a 1.a permaneceu na íntegra. As outras todas foram adaptadas e/ou suprimidas, sendo dispostas pelo conjunto das prioridades. O quadro abaixo contém a relação de prioridades e ações, conforme alterações realizadas pela Câmara Técnica.

Quadro 23 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 4 (a)

Eixo: Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão	
Prioridades	Ações
1. Promover políticas de participação e inclusão da mulher nas diferentes esferas do poder.	<ul style="list-style-type: none"> a. Desenvolver ações e campanhas sobre a importância e necessidade da ampliação da participação política das mulheres, estimulando a filiação partidária, candidaturas e o voto em mulheres em todos os níveis, considerando as diversidades de raça e etnia. b. Garantir a representação das mulheres candidatas na composição da câmara, em nível paritário. c. Instituir Fórum permanente de mulheres com os seguintes focos: Intercambio e participação das mulheres nas questões político-partidárias e Fórum de discussão <i>on-line</i> da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. d. Desenvolver ações de sensibilização nos partidos políticos sobre a participação das mulheres nos espaços de poder. e. Produzir material para incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais de homens e mulheres.
2. Criar e promover mecanismos de apoio à participação político-partidária das mulheres.	<ul style="list-style-type: none"> a. Realizar eventos de sensibilização para estimular a participação das mulheres nos cargos de direção dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. b. Promover/estimular estudos, debates e outras medidas para ampliar a participação das mulheres nos cargos de direção das organizações. c. Capacitar as mulheres candidatas para participação nas eleições, considerando suas especificidades étnico-raciais. d. Garantir formação continuada nas comunidades de Florianópolis com vistas a qualificação do processo eleitoral.

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

Também de responsabilidade do GT 4, o eixo que trata a respeito de cultura e mídia teve mantido integralmente apenas uma das prioridades elencadas no II PNPM (prioridade 3). Foram, assim, construídas as seguintes ações para este eixo, conforme o quadro abaixo.

Quadro 24 – GT 4 – I Seminário Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (b)

Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não-discriminatórias	
Prioridades	Ações
1. Programas de fomento à produção e difusão cultural que valorizem a expressão das mulheres e a sua contribuição social, política, econômica e cultural.	a. Elaborar diagnósticos (estatísticas) sobre a percepção das mulheres de Florianópolis em relação à exposição da mulher na mídia; b. Garantir que os programas de fomento à produção e difusão cultural valorizem a expressão das mulheres e sua contribuição social, política, econômica e cultural; c. Estimular a elaboração produção, difusão e distribuição de material audiovisual, livros e outras produções culturais que abordem a presença das mulheres na história e na cultura, considerando suas especificidades étnicas raciais.
2. Produção e difusão de matéria não-discriminatória e não estereotipada sobre a mulher.	a. Produzir material para incorporação da temática da igualdade de gênero nas plataformas eleitorais de homens e mulheres. b. Representar a atuação dos diversos conselhos de direitos municipais (idoso, mulher, criança e adolescente e demais segmentos da sociedade) para operacionalizar e fiscalizar a exposição da mulher na mídia; c. Capacitação cultural da mulher como produtoras de conteúdo para a TV Pública.
3. Construção de mecanismos de monitoramento e controle social dos conteúdos veiculados nos espaços de mídia e comunicação, assegurando participação ativa constante da sociedade.	a. Incorporar o quesito sexo e raça/cor nos formulários do Edital de Intercâmbio e Passagens, do Fundo Nacional de Cultura; b. Produzir diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre os proponentes no âmbito do Edital de Intercâmbio e Passagens, do Fundo Nacional de Cultura.

(continua)

(continuação)

	<ul style="list-style-type: none"> c. Articular parcerias para apoio, fortalecimento, preservação e revitalização da cultura tradicional e valorização das línguas tradicionais e da sabedoria, não discriminando os povos que falam a língua portuguesa; d. Promover a difusão de informações e publicações sobre gênero nas bibliotecas públicas do município.
--	--

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

Quase todas as ações foram alteradas, excetuando as que pertencem à prioridade 3. Em relação às outras, todas tiveram seu texto adaptado, mas mantiveram sua essência. Abaixo, segue o quadro que completa as alterações realizadas pela Câmara Técnica e que vão compor o PMPM.

Quadro 25 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca dos trabalhos do GT 4 (b)

Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não-discriminatórias	
Prioridades	Ações
1. Criar programas de fomento à produção e difusão cultural que valorizem a expressão das mulheres e a sua contribuição social, política, econômica e cultural.	<ul style="list-style-type: none"> a. Elaborar material audiovisual, livros e outras produções culturais que abordem a presença das mulheres na história e na cultura, considerando suas especificidades étnicas raciais. b. Implantar “Pontões de Cultura” especificamente voltados para a questão de gênero, considerando as particularidades ético-raciais, de geração e de orientação sexual. c. Ampliar a perspectiva e a temática de gênero nos pontos de cultura existentes.
2. Garantir produção e difusão de matéria não-discriminatória e não estereotipada sobre a mulher.	<ul style="list-style-type: none"> a. Representar a atuação dos diversos conselhos de direitos municipais (idoso, mulher, criança e adolescente e demais segmentos da sociedade) para operacionalizar e fiscalizar a exposição da mulher na mídia. b. Promover a capacitação cultural da mulher como produtoras de conteúdo para a TV Pública.

(continua)

(continuação)

3. Construir mecanismos de monitoramento e controle social dos conteúdos veiculados nos espaços de mídia e comunicação, assegurando participação ativa constante da sociedade.	a. Incorporar o quesito sexo e raça/cor nos formulários do Edital de Intercâmbio e Passagens, do Fundo Nacional de Cultura. b. Produzir diagnóstico quantitativo e qualitativo sobre os proponentes no âmbito do Edital de Intercâmbio e Passagens, do Fundo Nacional de Cultura. c. Articular parcerias para apoio, fortalecimento, preservação e revitalização da cultura tradicional e valorização das línguas tradicionais e da sabedoria, não discriminando os povos que falam a língua portuguesa; d. Promover a difusão de informações e publicações sobre gênero nas bibliotecas públicas do município.
--	--

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

Os dados constituem a protoforma do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis. Serão completados na medida em que a Câmara Técnica concluir os seus trabalhos, designando as vinculações institucionais para cada prioridade e ação, bem como a natureza dos recursos e custeios.

A Câmara Técnica realizou, também internamente, o debate sobre a Gestão e Monitoramento do PMPM. Em relação ao tema, ele é encontrado equivalente no final do II PNPM. Para o Plano Municipal de Florianópolis, foram alterados os dispositivos elencados como prioridades, e foram construídas novas ações para a sua execução, dadas as particularidades do município e das demandas que aqui se configuram.

Quadro 26 – Resultados dos debates da Câmara Técnica acerca da Monitoração e Avaliação do PMPM

Eixo Monitoramento e Avaliação do Plano	
Prioridades	Ações
1. Garantir a incorporação e manutenção das diretrizes dos Planos (Nacional, Estadual e Municipal).	a. Sensibilizar prefeitas, governadoras, vereadoras, senadoras, deputadas estaduais/distritais e federais eleitas para incorporação das diretrizes do PNPM nos seus mandatos.

(continua)

(continuação)

	b. Fortalecer participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação baseadas na raça/etnia, geração, orientação sexual, entre outras relacionadas à diversidade humana e cultural. c. Assegurar o funcionamento efetivo do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. d. Realizar a III Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres em 2011.
--	--

FONTE: Dados tabulados e cedidos pela CMPPMulher.

Podemos, preliminarmente, afirmar que a forma escolhida para articular as atividades dentro dos GT's propiciou acesso à participação dos movimentos sociais e da população em geral que estivesse interessada nos debates.

Convém ressaltar que a divulgação da mídia em geral foi bastante tímida, o que nos fornece uma reflexão contraditória: a PMF propiciou todo o debate e o incentivou, porém, não o divulgou tão amplamente.

A questão da ampla participação, assim, reveste-se de um aspecto de suprema importância, pois os objetivos do PMPM estão vinculados às demandas populares. Assim, outras propostas de atuação junto à população florianopolitana poderiam surgir como substitutas ao Seminário organizado. Levar para o interior das comunidades a mesma metodologia dos GT's e descobrir as necessidades de cada bairro, tendo como resultado tanto as ações e prioridades para o posterior trabalho da Câmara Técnica, bem como um mapeamento dado já no momento da tabulação dos dados preliminares, indicando perfis de necessidades e das próprias mulheres, regionalizando o conteúdo do PMPM. Será que as necessidades das mulheres do Morro da Penitenciária são as mesmas das mulheres dos bolsões de pobreza, marcados pela extrema favelização, às margens da BR-282?

Outra questão, também relativa à participação, está dada dentro da própria Câmara Técnica de Elaboração, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. Em 25 de março deste ano, participamos da reunião da mesma Câmara, na sala de reuniões do CREMV. A pauta seria a avaliação do I Seminário de Políticas para as Mulheres, a avaliação dos resultados do mesmo Seminário, e a metodologia adotada para executar os trabalhos sobre os dados resultantes dos GT's.

Não nos importa agora analisar exatamente os resultados desta reunião específica. Queremos lançar um olhar acerca das relações dadas entre os seus participantes. Primeiramente, dos trinta titulares apenas quatorze compareceram à reunião. Em segundo, um embate travou-se entre as membros de qual periodicidade a realizar-se as reuniões para o término da avaliação dos resultados do I Seminário.

As questões que surgiram neste momento eram de que sempre tornava-se difícil a participação nas reuniões quando tinham um curto espaço entre si, por causa dos seus trabalhos realizados. Chegou-se a sugerir que a Câmara Técnica pudesse reunir-se alguns sábados para agilizar as discussões. A representante da Secretaria Municipal do Continente afirmou que, por força da Portaria Municipal que as libera do trabalho para poder freqüentar as reuniões, se as mesmas realizarem-se aos sábados, precisaria ocupar seu tempo pessoal, particular, com as atividades da Câmara Técnica.

Em análise um pouco mais aproximada, surge-nos flagrante descomprometimento com as atividades ali realizadas. Quer dizer, interessa enquanto ‘liberada do trabalho para freqüentar as reuniões’, mas não como cidadã interessada, profundamente, na temática da própria atividade desenvolvida no interior da Câmara Técnica, o que nos preocupa, por eventualmente, prejudicar a própria substância dos resultados que comporão o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

Revela, também, a dificuldade que é reunir as diversas componentes sempre que necessário. Cabe-nos questionar, portanto, se o interesse do Poder Público Municipal em elaborar políticas setoriais de gênero não passaria pela busca constante da qualificação dos profissionais envolvidos, e da garantia de que estes mesmos profissionais estejam, de fato, comprometidos com os mesmos pressupostos.

Desta forma, podemos perceber que existem medidas diferentes de comprometimento com a participação política no processo de construção do PMPM, e que isto resultou nos níveis de dificuldades e nas grandes diferenciações dos resultados advindos dos GT’s realizados no I Seminário de Políticas para as Mulheres (alguns eixos pouco foram alterados, outros necessitaram de várias modificações e adaptações para conseguirem estabelecer-se no mesmo padrão requerido e assemelhado ao II PNPM).

Tendo caracterizado brevemente o município de Florianópolis e percorrido a respeito do processo de construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, continuaremos nossa pesquisa percorrendo os caminhos conceituais que orientam as políticas de gênero.

Na próxima seção elencaremos algumas categorias que servem de aporte para o trabalho profissional através das políticas sociais, com mulheres.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO MULHER

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar
diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é
indispensável para continuar a olhar ou a refletir
Michel Foucault

O objetivo desta seção é considerar aspectos teóricos imanentes do processo de compreensão da mulher como sujeito histórico – da sua constituição – com o objetivo de subsidiar a análise dos pressupostos elencados no Plano Municipal de Políticas para as Mulheres no município de Florianópolis, objeto deste trabalho. Os tópicos correspondem a categorias intelectuais elencadas no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres do Governo Federal, base da reflexão no território nacional e ponto de partida para as ações na Capital de Santa Catarina. A ordem aqui não se apresenta uma lógica de sucessão como os eixos do referido plano nacional, mas uma seqüência de elementos constituintes sobre a mulher.

Desta forma, buscamos compreender como a mulher é formada enquanto sujeito social, bem como a insere-se no mercado de trabalho a partir da ótica da divisão sexual do trabalho, e suas superposições com a questão de raça/etnia. Queremos verificar também como estes conceitos são fixados socialmente.

2.1 GÊNERO, MASCULINIDADES E FEMINILIDADES

Seria possível pensar uma sociedade tão complexa como a nossa sem as definições de categorias? A resposta deve ser não, caso seja desejoso encontrar respostas plausíveis para o deleitar-se filosófico a que nos tencionamos. Como parte desta viagem ao centro das elucubrações propostas a nós mesmos, para entender este universo que, no jargão popular é ‘feminino’, ‘cor de rosa’, ‘sensível’ e ‘fraco’, precisamos desvendar o gênero. Não o ‘gênero humano’, mas os papéis socialmente assumidos, e mais que assumidos, historicamente construídos.

O viver em sociedade é notadamente marcado pela execução de papéis. Desta forma estamos sempre ‘encenando’: a estudante, a filha, o pai, a mãe. Somos levados a cumprir esses papéis segundo uma ‘norma’ que parece nos ditar o que é certo e o que é errado.

Esses papéis seguem modelos aprendidos já na infância. Exemplos são facilmente demonstrados quando percebemos o que se ensina a uma criança: se ela nasce menino terá apresentado diante de si diversos **modelos masculinos**, ganhará ‘brinquedos masculinos’, ‘roupas masculinas’, tudo do universo que pertence aos homens para aprender a **ser homem**. Caso seja uma menina será ensinada desde já a **ser mulher** recebendo roupas e brinquedos ‘femininos’, e seu proposto instinto materno desde cedo deverá ser desperto através de brincadeiras de casinha, de boneca, de como lavar uma boa louça e até fazer uma boa comida, mesmo que seja de barro e água em inocentes brincadeiras de infância (FARIA; NOBRE, 1997). E o que dizer da necessidade de alguns pais em definir o sexo do bebê tantos meses antes de sua chegada ao mundo externo?

Esta ordem social imposta dá-se em aspectos de natureza biológica, como se a determinação fisiológica, genética, reprodutiva, aspectos puramente baseados no corpo físico fossem capazes, por sua vez, de determinar uma legitimidade da submissão das mulheres, tornando-as seres frágeis em detrimento de uma força, capacidade e inteligência superiores dos homens. Desde nosso nascimento que os atributos masculinos são valorizados em face da inferioridade de atributos femininos.

Estas relações sociais de desigualdade entre homens e mulheres condicionam os sujeitos a justificar papéis masculinos e femininos. Entenda-se por papéis regras ou padrões pré-estabelecidos que através do aprendizado condicionam os sujeitos a responder a determinadas situações de maneira restrita, estabelecida (LOURO, 1997). São definições de comportamento. Mostraremos a seguir que esta idéia de papéis sociais é, em certa medida, origem e reforço de muitos preconceitos associados às mulheres.

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar (LOURO, 1997, p. 24).

Levam também a pensar através de uma matriz heterossexual (mesmo que se pense a partir da mulher heterossexual). Neste caso temos o reforço de um comportamento sexista baseado grande parte em discursos científicos e religioso-populares que têm no padrão

familiar monogâmico e nuclear a base constitutiva da sociedade, estabelecendo padrões reprodutivos tradicionais (LOURO, 1997).

Assim, essas relações geram em seu interior uma tensão entre homens e mulheres (concebidas como uma relação de poder), onde ambos se estabelecem em pontos antagônicos: à mulher tradicionalmente se estabelece o papel da maternidade, e ao homem, o papel de provedor da família (LOURO, 1997).

Como frutos desta forma de pensar a relação entre homens e mulheres que nos leva a um “reducionismo biológico” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 12 *et. seq*), podemos citar:

- A divisão sexual do trabalho (doméstico para elas e público para eles);
- Desigualdade e pobreza (o ganho das mulheres é suplementar, portanto, ganham menos que os homens em mesmos cargos e atividades desenvolvidos);
- Sexualidade feminina segundo um padrão do que é certo e errado, porém libertária para os homens;
- Heterossexualidade obrigatória para homens e mulheres;
- Violência e demonstrações de força e poder que transformam as mulheres em objetos de posse;
- Família onde se constrói e reforça as idéias de divisão de bem-estar e conforto desigualmente entre homens e mulheres, e a própria construção das identidades masculinas e femininas;
- Educação como transmissora de valores sociais, de atitudes e de preconceitos que reforçam a desigualdade entre homens e mulheres.

Contra essas opressões, em um determinado momento histórico no século XIX, surge o movimento feminista organizado. A chamada primeira onda do feminismo (LOURO, 1997) teve como frente principal o sufrágio. Já no século XX, a partir da década de 1960 (no Brasil a partir da década de 1970), o movimento feminista toma tónus com construções teóricas próprias. A preocupação era a segregação social e política construída historicamente e que havia levado as mulheres à invisibilidade como sujeitos. “Tornar visível aquela que fora ocultada, foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos” (LOURO, 1997, p. 17).

Com a construção de teorias e de conhecimentos novos o movimento feminista observa que a saída para a alteração da ideologia patriarcal dominante não seria o feminismo radical, quase separatista: seria necessário incluir os homens nas reflexões do movimento. E, pensar o homem nesta nova perspectiva feminista seria negar novamente as análises que partem do físico e genético, do sexual-biológico. Seria necessário compreender como estas

características e seus portadores, homens e mulheres, constroem seus papéis historicamente em relações sociais e econômicas. Surge, portanto, um novo conceito fundamental para a interpretação destas relações. A categoria gênero⁴³ (LOURO, 1997).

Toda a reflexão do gênero parte da premissa fundamental que se reorienta de uma visão particular e biologistica das relações e dos indivíduos, remetendo-os a um caráter histórico, cultural, político, transformando-os em sujeitos sociais. Eis uma diferença aplicada a partir da utilização da categoria gênero: várias facetas de uma mesma questão (o econômico, o social, o público e o privado, o homem e a mulher, etc.) podem ser levantadas e trabalhadas ao mesmo tempo.

[...] compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem até mesmo ser contraditórias e, enfim, que a identidade de gênero é parte desta identificação dos sujeitos. (LOURO, 1997, p. 24)

Na contribuição do gênero os indivíduos têm a oportunidade de figurarem-se múltiplos. Ora, se esta característica torna-se marcante nesta concepção, pode-se dizer que não mais o corpo sexuado será a matriz, o ponto de largada e chegada para uma última análise e sim que este foco será orientado para as práticas e discursos sociais.

Gênero, desta forma,

[...] exige uma nova postura diante da concepção de mundo, aos valores e ao modo de vida, ou seja, põe em crise a legitimidade do mundo patriarcal. Esta perspectiva permite compreender que as relações de desigualdade e iniquidade entre os gêneros são produtos da ordem social dominante e que as múltiplas opressões de classe, etnia, geração que se exercem [...] configuram uma superposição de domínio. (LISBOA, 2003, p.19)

É neste sentido que a forma política é assumida na discussão a partir do gênero, já que a perspectiva lança-se às formas de representação dos indivíduos no campo social. O sentido relacional a que é aplicado está intrinsecamente ligado à construção dos gêneros no âmbito das relações sociais.

⁴³ A Origem do termo ‘gênero’ deve-se da distinção entre ‘gênero’ e ‘sexo’, a partir da concepção de “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1990 *apud* LOURO, 1997, p. 21). Ressalta não a diferença física dos corpos, mas a significação de ser mulher e homem em momentos históricos distintos e realidades sociais também distintas. Incluem-se aí também questões de ordem cultural, religiosa e de classe.

Cabe, portanto, aos estudos de gênero, compreender e facilitar a leitura da vida social através de uma perspectiva não-reducionista, onde as possibilidades de uma nova ordem social passam pelo processo de desconstrução dos conceitos binários que separam mulheres e homens, hierarquizando-os.

Deve-se, entretanto, acerca dos estudos de gênero, salientar que este foco nas relações sociais não significa negar que as características dos gêneros se constituem em corpos sexuados. Trata-se não de negar a biologia, mas de enfatizar “deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 1997, p. 22). E, ainda, que “no gênero, a prática social se dirige aos corpos” (CONNELL, 1995, *apud* LOURO, 1997, p. 22).

Estudos feministas conseguiram acumular conhecimento suficiente (e continuam a oxigenar constantemente suas idéias a partir de uma rede densa de pesquisadoras/es) para contribuir de forma benéfica com a sociedade e ciência brasileiras. Assim “têm chamado atenção para a heterogeneidade da categoria ‘mulher’, bem como têm destacado a importância das metodologias qualitativas [...] e a realidade das mulheres” (LISBOA, 2003, p. 15). Não existe uma mulher, única e padrão, mas “várias e diferentes mulheres” (LOURO, 1997, p. 32).

Neste sentido, o que significa ser homem ou mulher, masculino ou feminina?

Segundo tradição popular brasileira, garfo e colher representam homem e mulher, respectivamente. Quem nunca presenciou ou mesmo participou da brincadeira para descobrir se o bebê nascerá de um ou outro sexo? E **a** cerveja? Bebida masculina? E **o** Martini, bebida **fraca**, para mulher, não é verdade? Quem nunca ouviu a cantiga “**o** cravo, brigou com **a** rosa”?

Vamos adiante, sol e lua, nas mais variadas culturas, ainda hoje, assumem o **masculino** e o **feminino**. Perfumistas produzem não apenas fragrâncias mais suaves para as mulheres, bem como rótulos e embalagens **delicadas**. Assim como o rosa é uma cor **feminina**, e o **azul** uma cor **masculina**. E, não muito distante de nós, apenas há pouco tempo mulheres começaram a ocupar o cargo de motoristas de ônibus coletivo na cidade de Florianópolis. Espanto, o que elas estariam fazendo ali, **no lugar dos homens**?

Muito além de apenas diferenças estabelecemos também classificação para essas e tantas outras coisas. ‘Naturalmente’ surgem pares, que, substancialmente vão criar condições de análise entre melhores e piores, mais e menos, fortes e fracos, antagonismos capazes de sustentar toda uma cultura pró-masculinidade (MOTTA, 2004). São conceitos inseridos e que

passam a identificar cores, objetos e pessoas a partir de uma série de significações associadas por uma cultura⁴⁴.

Em um exercício simples tentando associar a palavra ‘frio’ e ‘quente’ às cores ‘rosa’ e ‘azul’ não é surpresa que o resultado sejam pares frio-azul e quente-rosa. E, se quisermos acrescentar ‘doce’ e ‘salgado’? É possível que sejam associados, respectivamente, à rosa e azul. Da mesma forma o ‘feminino’ e o ‘masculino’ seriam dispostos nessa análise.

O problema não reside em considerar que a cor rosa seja ‘doce’ ou ‘quente’. O problema é que esta rede de associações leva do ‘rosa’ ao feminino, e destes ao ‘fraco’, ‘sensível’, ‘dominado’. Na contrapartida, o simples ‘azul’ aporta no ‘forte’, ‘rude’, ‘dominante’, em masculino.

O problema é que quando estabelecemos essas oposições, e associamos a esses “pares de opostos” os significados vinculados ao masculino e ao feminino na nossa sociedade, acabamos projetando nossos “preconceitos” – que nossa cultura nos ensinou sobre essas categorias. Se prestarmos atenção nos “pares de opostos” [...] daquelas cores, veremos que não são tão somente “opostos”, mas que alguns deles supõem, não só diferença, oposição ou complementaridade, mas **hierarquias**. (MOTTA, 2004, p. 6). Grifos da autora.

As características de superioridade e inferioridade vão também resultar em dominação e submissão. Os atributos masculinos costumam simbolizar poder nas relações sociais em que mulheres são constantemente espoliadas de seus direitos. A compreensão da diferença, construída socialmente carrega no seu bojo significados projetados sobre o que consideramos masculino e feminino. Já que surgem “na experiência social, naquilo que nossa sociedade nos ensinou sobre masculino e feminino” (MOTTA, 2004, p. 7), cabe nos perguntar: as relações entre homens e mulheres são constituídas de igualdades?

Relações hierárquicas como esta entre gêneros masculinos e femininos, dispostas na dicotomia superioridade e inferioridade resultam em violência de gênero, impetram diferenças substanciais na vida cotidiana de mulheres que precisam, a um custo alto provar que são capazes, tanto quanto seus ‘opostos’, os homens.

Mas de onde vem e como se perpetua essa diferenciação e dicotomia entre os gêneros? Através de um aprendizado de masculinidades e feminilidades. A partir da socialização em grupos sociais pertencentes a determinadas culturas. Desta forma, na socialização uma

⁴⁴ “Cultura é um conjunto de regras, uma rede de significados, um código compartilhado por um grupo social. E, lembre-se a cultura é aprendida socialmente, isto é, não é ‘natural’, nem ‘biológica’ – não ‘nascemos’ com ela”. (MOTTA, 2004, p. 5).

“criança vai aprendendo sua cultura – inclusive aquilo que diz respeito a gênero: o que é masculino e o que é feminino e como ser, **adequadamente**, masculino ou feminina” (MOTTA, 2004, p. 8. Grifo da autora).

Assim a escola surge como um agente de fundamental sociabilidade e disciplina de corpos e ações. Lá são formadas as grandes distinções, seja através dos currículos educacionais ou mesmo da prática pedagógica dos professores. Além da homogeneização dos sujeitos e grupos sociais, há estigmatização do que é diferente, ou seja, negativa-se qualquer diferença que venha a surgir no interior do grande grupo social escolar (MOTTA, 2004).

Neste sentido, a sociedade reproduz modelos de masculinidades e modelos de feminilidades, esperando que seus sujeitos sigam estes padrões. Estes modelos são reforçados e replicados no interior das escolas, agente socializador em potencial.

Bem, se a escola reproduz as desigualdades sociais e as cristaliza em seu ambiente, se ela pode ser o *locus* do aprendizado da inferioridade e da submissão, evidentemente, o mesmo acontece com relação às diferenças que a sociedade faz entre homens e mulheres, meninas e meninos, masculino e feminino [...] O que acontece quando pensamos em meninos e meninas? O que acontece quando a escola e seus (agentes, professores, funcionários) deparam-se com “meninos e meninas”? Também em relação a “meninos e meninas” está associada uma série de idéias, significados e... **preconceitos**. (MOTTA, 2004, p. 9). Grifo da autora.

E para que esta estrutura de replicação dos modelos comportamentais aconteça a escola não existe apenas como espaço disciplinador dos corpos. Ela se utiliza também de sua estrutura educacional (como segunda família) dizendo: “isso não é coisa de menina ou está parecendo uma menina, comporte-se como um menino” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 21), bem como educacional formal (livros didáticos e paradidáticos, atividades formais em salas de aula).

Os livros didáticos reproduzem e reforçam a desigualdade, apresentando estereótipos sobre o que é uma família, como são as mulheres, como vivem as mulheres negras. Nos livros didáticos as famílias são sempre brancas, o pai tem um emprego fora de casa e a mãe aparece sempre de avental, servindo a mesa ou costurando. O menino está sempre brincando de caminhãozinho ou bola e a menina está sempre com uma boneca, olhando o irmãozinho brincar de coisas mais interessantes [...]. A professora na maioria das vezes é tratada como a segunda mãe ou tia. (FARIA; NOBRE, 1997, p. 21-22)

Para tanto, parece-nos que urge a necessidade de desconstruir as idéias de masculinidades e feminilidades fixas, irrevogáveis, estruturais, normais, biológicas. “Desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino” (LOURO, 1997, p. 31). Romper com o paradigma instaurado na dominação-submissão de ambos.

Assim, reconhecendo que seja necessária a desconstrução da normatividade das relações sociais e da oposição masculino-feminino, sugere-se “que se busquem os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita” (LOURO, 1997, p. 32).

Uma das conseqüências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente. (LOURO, 1997, p. 34)

Isto, efetivamente, seria romper com um processo de construção de preconceitos e violências que subtraem cidadania e oportunidades de grupos e sujeitos ‘diferentes’ dos padrões sexistas.

Seria necessário, assim, lembrar que masculinidades e feminilidades não conformam os sujeitos esquematicamente como os substantivos associados às cores rosa e azul. Por estarmos tratando de características compreendidas de formas diferentes em culturas e períodos históricos distintos, masculino e feminino mudam o tempo todo (MOTTA, 2004).

[...] não existe, na vida real, ninguém que seja “absolutamente” feminino ou masculino. Na vida em sociedade, nas relações entre as pessoas, masculinidade e feminilidade circulam, aumentam e diminuem [...] fluem de um sujeito para o outro dependendo da relação. (MOTTA, 2004, p. 12)

De posse desta reflexão introdutória acerca da construção de masculinidades e feminilidades, e da importância da desconstrução da oposição binária estabelecida socialmente entre ambas, podemos caminhar na reflexão acerca da construção da mulher como sujeito histórico no mundo do trabalho, pois lá também replicam-se estes conceitos e preconceitos referentes às qualidades do feminino e do masculino.

2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Estudos da Organização das Nações Unidas apontam que no mundo existam mais de 1,3 bilhão de miseráveis. Destes, 70% são mulheres. Segundo os mesmos estudos, as mulheres executam 2/3 do trabalho mundial, porém percebem apenas 1/3 dos salários e representam 1% da propriedade de bens imóveis (FARIA; NOBRE, 1997, p. 15).

Historicamente a mulher foi inserida no trabalho e o teve classificado como inferior e menos útil que o masculino. A própria idéia de propriedade e núcleo familiar parece sedimentar-se na dominação patriarcal.

[...] na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição e, com efeito, a distribuição desigual, tanto quantitativa como qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade. (ENGELS; MARX, 1977 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 4)

Assim, o espaço da mulher no mundo do trabalho era a vida doméstica, a responsabilidade da subsistência, da alimentação, da higiene.

Podemos entender que quando a família monogâmica espelha fielmente as suas raízes históricas, manifestando claramente o seu conflito entre o homem e a mulher em consequência da opressão masculina, temos uma amostra do antagonismo e das contradições da própria sociedade de classe, já que no espaço doméstico há um claro domínio patriarcal. (NOGUEIRA, 2004, p. 5)

Buscando entender de que forma esta divisão do trabalho baseada no sexo caminha na história, podemos ressaltar algumas características que seguiram no decorrer do desenvolvimento dos modos de produção até o estágio avançado do capitalismo deste século, observando o lugar da mulher no trabalho a partir da Idade Média.

Entre os séculos V ao XV, mulheres solteiras, mães e mulheres de meia-idade possuíam designações distintas em relação ao trabalho: lavavam e teciam, cuidavam das crianças pequenas, preocupavam-se com os/as adolescentes e com a cozinha, respectivamente.

Essa divisão tendia a majorar o trabalho das servas e camponesas que dividiam as atividades agrícolas com seus maridos (NOGUEIRA, 2004).

A situação da mulher em relação ao mundo do trabalho e, neste caso, com o trabalho fora dos limites domésticos, a partir do advento da modernidade (século XVI) sofreu alterações significativas em relação ao período anterior, a Idade Média. As mulheres casadas já exercem atividades fora de suas casas, vendendo produtos nos mercados locais ou mesmo como ambulantes. Detinham, até mesmo, pequenos comércios. Existiam também mulheres nos ramos de produção de seda, vestuário, ferragens etc. (NOGUEIRA, 2004).

Este período foi especial para a configuração futura da mulher na divisão do mundo do trabalho.

Nesse período que antecede à Revolução Industrial, viveu-se um momento muito turbulento, de grandes mudanças políticas, econômicas, religiosas e culturais, modificando profundamente as relações entre o homem e a mulher e também acentuando as profundas desigualdades entre as classes. (FARGE & DAVIS, 1994 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 7)

A Revolução Industrial foi um marco histórico pela intensificação da migração campo-cidade, entre outros fatores. Este processo além de consolidar uma burguesia resultou “no surgimento do proletariado feminino” (NOGUEIRA, 2004).

O capitalismo estava em franca fase de expansão e fortalecimento. As relações econômicas pautavam-se na base da produção industrial intensiva. Neste momento, a inserção de mulheres (e também crianças) no processo produtivo acaba por ampliar a exploração, precarizando a nova classe trabalhadora. O capital beneficiou-se amplamente da inserção destes dois grupos por dois motivos principais: a entrada da mulher e da criança no processo produtivo diminuiu o valor da força de trabalho e, ao substituir a grande massa de trabalhos domésticos de costura, cortes, de fiação, pelos fabris, elevava-se o custo dos mesmos, resultando em maior circulação de mercadorias já confeccionadas. Como podemos verificar nestas duas passagens selecionadas:

[...] na verdade, essa era uma das razões por que se contratavam, de preferência, mulheres e crianças, mais dóceis: em 1838 apenas 23% dos trabalhadores das fábricas em tecidos eram homens adultos. (HOBSBAWN, 1979 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 10)

[...] as relações de produção, que durante tantos séculos mantiveram a mulher trancada em casa e submetida ao marido, que a sustentava, são as mesmas que, ao arrancar as correntes enferrujadas que a aprisionavam, impelem a mulher frágil e inadaptada à luta do cotidiano e a submetem à dependência econômica do capital. (KOLONTAI, 2000 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 11)

Assim, podemos afirmar primeiramente que o amplo e forçado acesso das mulheres neste período ao interior das fábricas configura-se como conquista, mas por outro lado,

[...] permitiu que o capitalismo ampliasse a exploração da força de trabalho, intensificando-a através do universo do trabalho feminino. São também exemplos claros de como a dimensão de classe se articula com a dimensão de gênero, quando se pensa na questão da exploração do trabalho pelo capital”. (NOGUEIRA, 2004, p. 13)

Apenas no século XIX que as mulheres puderam conquistar ocupações distintas daquelas que historicamente assumiram no processo da Revolução Industrial. Outrossim, podemos auferir que ao falar da força de trabalho da mulher, historicamente não existe apenas a associação com precarização (baixos salários, por exemplo). É necessário destacar a setorização criada, por parte do capital, a partir do que considera-se compatível às capacidades físicas femininas e também sobre aquilo que poderiam produzir. “Trabalhos de mulher” (SCOTT, 1994 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 18).

Como vimos, o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e por atividades adaptadas a suas capacidades inatas. (NOGUEIRA, 2004, p. 18)

Deste modo, a divisão sexual do trabalho está diretamente marcada pelas relações de gênero tanto ao que se refere a produção quanto a reprodução.

A grande maioria dos homens, centrando sua visão sobre a mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho, deixa de perceber a situação feminina, e a sua própria, como determinadas pela totalidade histórica na qual ambos estão inseridos. Deixando-se mistificar pelo prestígio que lhe é conferido se obtiver pelo seu trabalho remuneração suficiente para permitir-lhe manter a esposa afastada das funções produtivas, não percebe que a mulher não ativa economicamente pode

significar uma ameaça ao seu emprego enquanto trabalhadora potencial e que o trabalho não pago que ela desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho tanto masculina quanto feminina, “diminuindo, para as empresas capitalistas, o ônus do salário mínimo de subsistência cujo capital de pagar pelo emprego da força de trabalho”. Em outros termos, sendo incapaz de analisar a situação da mulher como determinada pela configuração histórico-social capitalista, não percorrendo a atuação das estruturas parciais mediadoras na totalidade, abstrai não apenas a mulher, mas também a si próprio da conjuntura alienante que o envolve. Para a visão globalizadora, “libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches”. (SAFIOTTI, 1976 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 21-22)

Caso fosse possível sentar-se comodamente em uma poltrona e ligar o televisor para assistir a uma história do modo de produção capitalista, a uma revisão material da forma de organização da produção, presenciar-se-iam alterações profundas de épocas em épocas. Esses rearranjos produtivos são imprescindíveis para que as crises do capital sejam superadas e o sistema capitalista preservado, fortalecido.

Da mesma forma podemos dizer que a situação da força de trabalho absorve, em grande medida sendo a única privilegiada pelos atentados capitalistas, às alterações em termos de direitos, de participação, ou em outro viés, é centro das espoliações diversas e perversas do capitalismo. Com a mulher trabalhadora não seria diferente.

Como resposta a uma de suas crises orgânicas a partir do final do século XIX e início do século XX, o capitalismo moderno adquiriu novas feições. As indústrias viram nascer “novos princípios de organização do processo de trabalho que se generalizarão no conjunto da indústria capitalista” (BIHR, 1998 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 27).

Fordismo e taylorismo inseriram novas etapas (e também agruras, para o trabalhador) no desenvolvimento da produção. Podemos dizer que o fordismo constitui-se inicialmente como uma forma de produzir e gerenciar objetivando a produção em maior escala, podendo atender a consumidores em número mais elevado (NOGUEIRA, 2004).

Para alcançar os seus objetivos, Ford, criador deste sistema produtivo, implantou o taylorismo, também chamado de “organização científica do trabalho” (NOGUEIRA, 2004, p. 28). Portanto, o fordismo

[...] apresentava, entre outras características, a organização do trabalho em uma cadeia de produção hierarquizada. As indústrias fordistas tinham e têm seus organogramas assemelhando-se a uma pirâmide, de modo que a estrutura de base é

composta pela equipe de gerentes profissionais e o topo sendo ocupado pela presidência. (NOGUEIRA, 2004, p. 29)

O Taylorismo baseava-se “na estrita separação entre as tarefas de concepção e de execução, acompanhada de uma parcelização das ultimas, devendo cada operário, em última análise, executar apenas alguns gestos elementares” (BIHR, 1998 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 27).

[...] com base os princípios tayloristas, a mecanização do processo de trabalho, um verdadeiro sistema de máquinas que garante a unidade (a recomposição) do processo de trabalho parcelado, ditando a cada operário seus gestos e sua cadência (sendo sempre a cadeia de montagem a forma extrema desse princípio). É o que posteriormente, somado a outras condições, será denominado “fordismo”. (BIHR, 1998 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 28)

Este cenário produtivo reinava em grande parte do mundo. O fordismo é expressão máxima do capitalismo no período que vai de 1940 a 1950. Mas problemas estavam na base da própria relação produção/consumo: “o que se pode fazer para elevar a produtividade quando as quantidades não se elevam?” (NOGUEIRA, 2004, p. 31). Para uma nova crise sistêmica do capitalismo industrial surgiu um novo padrão de reestruturação produtiva no Japão, nas fábricas da Toyota. O modelo de acumulação flexível caracteriza-se pelo

[...] confronto direto com a rigidez do fordismo [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo [...] surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”. (HARVEY, 1992 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 32)

O movimento de reorganização do capital, a chamada reestruturação produtiva, não causou apenas alterações significativas no sistema produtivo mas também na forma política da organização econômica. A crise do Estado de Bem-Estar Social e a conseguinte desestruturação de direitos sociais configuram estruturas elementares do neoliberalismo. Este,

[...] tem que ser discutido não só como uma forma de organização da economia política, mas também como um tipo de cultura pelo qual se amplia a sujeição dos trabalhadores e das trabalhadoras, inclusive minando vontades, auto-estima e dignidade. (CASTRO, 2001 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 35)

Estas características demarcam o capitalismo contemporâneo, espaço econômico-social com sérias conseqüências para as mulheres. Se a grande premissa do neoliberalismo seja a destituição de direitos sociais e a flexibilização do mundo do trabalho, demarca uma precarização das relações de trabalho e o crescente número de trabalhos flexíveis, podemos sinalizar que o mundo do trabalho para as mulheres também sofreu significativas alterações e, ao pensar na divisão sexual do trabalho dada de forma desigual, discriminatória e exploradora, pensamos de que forma a mulher encontra-se inserida no mercado atual.

À luz das considerações teóricas realizadas cabe-nos desvendar quem são as mulheres que estão no mercado de trabalho de hoje, buscando identificar traços que demonstrem a existência da divisão sexual do trabalho.

Entre 1970 e 1990, o número de trabalhadoras quase dobrou no acesso ao mercado de trabalho assalariado. No final da década de 1990 elas representavam em torno de 33 milhões de postos de trabalho, o que significa 41% da População Economicamente Ativa naquele período (IBGE/PNAD, 1999 *apud* YANNOULAS, 2002). Segundo os dados abaixo, nos dois primeiros meses de 2010 as mulheres tiveram uma taxa de crescimento de postos de trabalho muito abaixo, nas regiões metropolitanas pesquisadas, do que os homens. Significa dizer que elas obtiveram 0,17% e eles 0,64% de crescimento. Comparativamente com as taxas de desemprego tal tendência parece-nos coadunar com aquela indicada já em 1999, quando as mulheres representavam 8%, e os homens 6,5% de desempregados (YANNOULAS, 2002).

Tabela 3 – Pesquisa Mensal de Emprego – Brasil, jan./fev. 2010

Meses da Pesquisa	Homens e Mulheres de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativos na semana de referência*		
	Total	Homens	Mulheres
Estimativas (Em 1000 pessoas)			
2010			
Janeiro	23.292	12.532	10.760
Fevereiro	23.390	12.612	10.778

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

* Os dados são referentes às regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Preferimos não destacar as regiões, pois nossa finalidade é estabelecer um paralelo da divisão sexual com gênero, neste momento, de forma geral, no Brasil.

Segundo o Censo de 2000 as mulheres representavam 24,9% das chefias de famílias. Isto significa um aumento de 38% em apenas uma década, já que em 1991 representavam 18,1% (NOGUEIRA, 2004). Neste sentido, a idéia de “domesticidade” (YANNOULAS, 2002, p. 25) aliada ao aumento de lares chefiados por mulheres no Brasil indica-nos que elas vem assumindo as conseqüências negativas das medidas neoliberais e de reestruturação produtiva. Na medida em que o Estado parte para a privatização das suas responsabilidades sociais na saúde, na assistência e também na educação, um grande fluxo de mulheres passam a deslocar-se ao mercado de trabalho e/ou ampliam suas jornadas semanais, na maior parte das vezes por salários não compatíveis, com o objetivo de garantia de acesso a serviços sociais para crianças, idosos e deficientes de sua família.

Indicando-nos ainda verdadeira horizontalização da divisão sexual do trabalho, ou seja, a concentração de mulheres em determinados postos de trabalho, em 2001, 17% do trabalho feminino realizado no Brasil eram sujeitos a empregos domésticos. “Para efeitos de comparação, entre os homens, apenas 1% tem esta ocupação [...] Apenas 9% das mulheres ocupadas estão alocadas na indústria. Dos homens, 27% encontram-se neste setor” (DIEESE, 2001 *apud* YANNOULAS, 2002, p. 20).

Repetindo esta segregação no mundo do trabalho, criando e reforçando “verdadeiros guetos femininos” (YANNOULAS, 2002, p. 20), dados recentes indicam a tendência no ano de 2009, conforme mostram dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED do Dieese e Seade, divulgadas em março de 2010.

Chama-nos especial atenção que os setores de serviços em que as mulheres são maioria não apenas em números absolutos, mas também “entre os trabalhadores não remunerados (faixa na qual elas representam 62%) e que seu rendimento salarial médio é de 51% menor que o dos homens” (YANNOULAS, 2002, p. 20), em se tratando do conjunto brasileiro. Este número reflete-se também na distribuição das ocupações no espaço do trabalho. Em 1999, enquanto 44% das mulheres brasileiras eram assalariadas, 66% dos donos das empresas eram homens (IBGE/PNAD, 1999 *apud* YANNOULAS, 2002). Seguimos demonstrando que a diferença salarial, compatível com uma verticalidade da divisão sexual do trabalho é explícita ainda em números como: em 1999 os brasileiros percebiam uma média de 3,2 salários mínimos. Em contrapartida, as brasileiras não conseguiam equiparem-se a 1,5 salários mínimos (YANNOULAS, 2002).

Tabela 4 – Pesquisa de Emprego e Desemprego – Brasil, 2009 (a)

Distribuição das ocupadas por setor de atividade Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009							
(Dados em %)							
Sector de Atividade	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo	Fortaleza
Indústria	9,1	3,3	12,0	4,9	4,6	13,5	18,5
Construção Civil	1,1	-	-	-	-	0,6	-
Comércio	13,9	14,3	17,0	19,8	17,1	15,0	19,7
Serviços*	60,5	63,4	57,5	54,4	60,9	53,4	42,6
Serviços Domésticos	15,2	17,0	13,0	18,3	15,8	17,1	18,3
Outros**	-	1,4	-	2,3	-	-	-

FONTE: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS; FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2009.

* Incluem serviços como costura, recepção, enfermagem, magistério de 1º grau, telefonia, secretariado, etc.

** Incluem agricultura, pecuária, extração vegetal, embaixadas, consulados, representações oficiais e outras atividades não classificadas.

Estes números que representam a sujeição da mulher às condições de trabalho ditadas pelo mundo masculino parecem acentuar-se ainda mais no espaço do campo.

Em 1997, 20% da população feminina economicamente ativa concentrava-se em atividades agrícolas: 39% dentre elas eram trabalhadoras sem remuneração alguma e 42% dentre elas eram trabalhadoras na produção para o próprio consumo (ou seja, 81% das mulheres envolvidas em atividades agrícolas não percebiam nenhum tipo de compensação financeira, sendo que o percentual de homens na mesma situação não atingia sequer 27%) (YANNOULAS, 2002, p. 21).

A questão do assalariamento também é de imprescindível verificação. Para os trabalhos ditos femininos cabe, muitas das vezes, a qualificação de “informais”. Na intenção da flexibilização e da destituição dos direitos sociais isso significa um mínimo ou nada de proteção social como o que ocorre, por exemplo, com as trabalhadoras domésticas sem carteira assinada. O reconhecimento do vínculo empregatício agrega não somente pagamentos regulares garantidos, mas também contribuição previdenciária que, por sua vez, permite acesso ao sistema de proteção social.

Com base nos dados abaixo, retirados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, podemos verificar que o respeito a totalidade do emprego com registro em carteira de trabalho não é, de longe, concretizado.

Tabela 5 – Pesquisa de Emprego e Desemprego – Brasil, 2009 (b)

Distribuição das trabalhadoras domésticas segundo posição na ocupação Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009							
(Dados em %)							
Posição na ocupação	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo	Fortaleza
Mensalista com carteira assinada	42,6	43,6	45,1	29,6	31,1	36,5	14,0
Mensalista sem carteira assinada	25,0	29,8	25,8	37,4	48,4	32,7	63,6
Diarista	32,4	26,5	29,0	33,0	20,4	30,8	22,4

FONTE: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS; FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2009.

Como aponta o estudo do DIEESE e SEADE, as diaristas possuem uma situação mais instável e precária, efeito da sua remuneração pelo dia de trabalho. Ao entrarem em férias ou em caso de doenças não recebem seus salários, e ainda padecem de terem um ritmo de trabalho mais intenso, uma vez que precisam concluir todo o serviço na sua jornada diária.

Estes breves números visam apontar na direcionalidade da divisão sexual do trabalho como um fenômeno histórico e social, reestruturada de período em período, segundo lógica do modo de produção vigente.

Assim, na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico fica sob a responsabilidade das mulheres, independente de elas terem ou não um emprego no mercado de trabalho. Vale acrescentar que a atividade doméstica não assalariada, realizada na esfera reprodutiva, é também uma forma evidente de trabalho, apesar de bastante distinta da forma assumida pelo trabalho assalariado no mundo da produção [...] Desse modo, podemos afirmar que a divisão sexual do trabalho não apresenta nenhuma neutralidade: trabalho feminino e trabalho masculino são categorias importantes não em função da natureza técnica das suas atividades, mas em função das relações de poder e dos interesses que os encobrem. (NOGUEIRA, 2006, p. 28)

Assim, os trabalhos executados pelas mulheres continuam tornando-se invisíveis “até o momento em que deixam de ser feitos” (FONSECA, 2000, p. 96). São desvalorizados até o limite segundo uma lógica de subordinação feminina que se origina na construção de conceitos masculinos e femininos sobre o mundo, e estende-se até a materialidade das mulheres. Trata-se, amiúde, da lógica da transformação da mulher em trabalhadora (e de seu reconhecimento) não em uma lógica técnica, simplesmente pelo “fato de serem trabalhos de mulheres” (FONSECA, 2000, p. 96).

Neste sentido, o trabalho feminino ganha uma nova dimensão quando inserimos o corte de raça/etnia.

E será exatamente sobre este ponto que iremos tratar a seguir.

2.3 GÊNERO E RAÇA/ETNIA

Para desenvolvermos esta subseção, iniciaremos demonstrando o esquema racial de Goubineau. O Conde Gobineau serviu no Rio de Janeiro como diplomata do governo francês. Chegou ao Brasil enviado por Napoleão III em 1869, e aqui permaneceu apenas um ano. O quadro esquemático abaixo foi extraído de seu livro chamado “A Diversidade Moral e Intelectual das Raças”, publicado em 1856 (DAMATTA, 1987, p. 72).

Quadro 27 – Raças Humanas e suas características

RAÇAS HUMANAS			
	Negra	Amarela	Branca
Intelecto	Débil	Medíocre	Vigoroso
Propensões animais	Muito fortes	Moderadas	Fortes
Manifestações morais	Parcialmente latentes	Comparativamente desenvolvidas	Altamente cultivadas

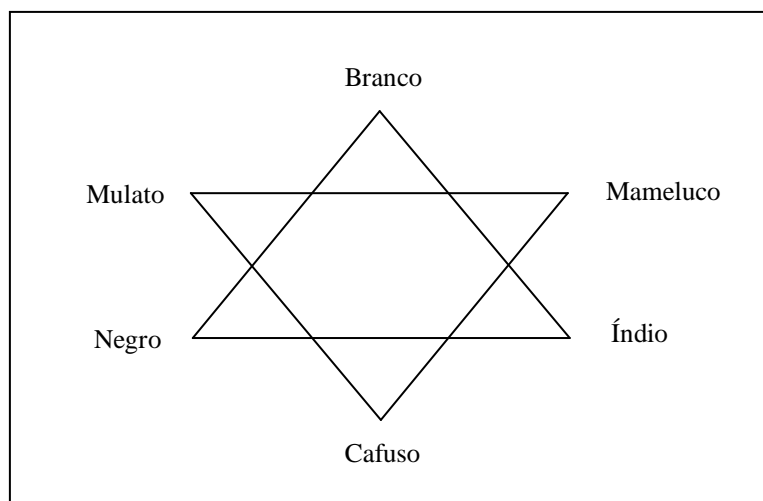
FONTE: GOUBINEAU, 1856 *apud* DAMATTA, 1987, p. 72.

O esquema ilustrado acima representa a idéia da qual Gobineau era expoente: uma concepção da superioridade da raça branca ou, simplesmente, o arianismo (DAMATTA, 1987). Para esta digressão ao tema da raça no Brasil e posterior imbricação com a concepção

de gênero partiremos da análise de como o racismo implantou-se no Brasil como fato social e histórico e também como recurso ideológico na construção de uma identidade social (DAMATTA, 1987).

Segundo a fábula das três raças, o esquema que figura abaixo representa o sistema racial brasileiro.

Figura 1 – Sistema racial brasileiro



FONTE: DAMATTA, 1987, p. 82.

Segundo o antropólogo Roberto DaMatta seria impossível demarcar precisamente as origens do racismo brasileiro, mas seria possível “assinalar seu caráter profundamente hierarquizado, como uma ideologia destinada a substituir a rigidez hierárquica que aqui se mantinha desde o descobrimento (1987, p. 68).

As três raças, o branco, o negro e o índio formariam uma triangulação que permitira cruzamentos entre as raças, criando novos grupos sociais. No esquema de análise proposto verifica-se que negros e índios localizam-se num patamar inferior, enquanto os brancos permanecem acima de uma linha que deixava os anteriores e todos os resultados de seus cruzamentos, para baixo (DAMATTA, 1987).

No Brasil “essa triangulação étnica, pela qual se arma geometricamente a fábula das três raças, tornou-se uma ideologia dominante” (DAMATTA, 1987, p. 63). Aqui, diferentemente de outros países como os Estados Unidos que assumiram verdadeiros separatismos sociais entre brancos e negros e sequer permitiram a idéia de um cruzamento entre os mesmos, a possibilidade das três raças estarem ligadas só foi possível pela junção entre “um sistema hierarquizado real, concreto e historicamente dado e a sua legitimação ideológica num plano muito profundo” (DAMATTA, 1987, p. 63).

Mas, quais seriam então as condições que legitimam uma dominação racial em um sistema que permite mesclar as raças em detrimento da instauração de um separatismo social? As origens do racismo brasileiro como se instaurou até hoje encontram-se anteriores à Proclamação da República e a Abolição da Escravatura no Brasil Colônia. “[...] a ideologia católica e o formalismo jurídico que veio com Portugal não eram mais suficientes para sustentar o sistema hierárquico, era preciso uma nova ideologia” (DAMATTA, 1987, p. 69). Essa nova ideologia seria o racismo.

Destarte, Roberto DaMatta (1987) identificou dois impulsos contraditórios que foram a base do racismo brasileiro: a necessidade de manutenção do *status quo* (libertação jurídica mas não social, política e econômica do escravo) e, utilização da ideologia racista para investigar a própria realidade brasileira (DAMATTA, 1987).

Mas ainda não estava efetivamente formatada a idéia de um racismo brasileiro. Ele foi concretizar-se apenas no século XIX “como um instrumento do imperialismo e como uma justificativa ‘natural’ para a supremacia dos povos da Europa Ocidental” (DAMATTA, 1987, p. 70).

As idéias científicas que começaram a compor este racismo brasileiro são originárias da Revolução Francesa e aportaram-se seguidamente nos ideais evolucionistas. Os pressupostos que legitimaram as idéias racistas foram dois: (a) existe um certo lugar reservado, na história da humanidade, para cada raça, o que exemplifica “que as diferenças entre as sociedades e nações expressavam as posições biológicas diferenciadas de cada uma numa escala evolutiva”; (b) a existência de um determinismo, expresso na idéia que “diferenciações biológicas são vistas como tipos acabados e que cada tipo está determinado em seu comportamento e mentalidade pelos fatores intrínsecos ao seu componente biológico” (DAMATTA, 1987, p. 71).

O Brasil aceitou desde sua divulgação estas idéias que passaram a relacionar Biologia e História com Moralidade. São características do racismo implantado no Brasil a opção de fatores biológicos como determinantes em detrimento de determinismos geográficos para a discussão sobre as questões sociais, políticas e culturais do país. Este tipo de racismo baseado nas idéias do Conde Gobineau inaugurou uma nova forma de análise acerca da dinâmica das raças: “deixar de louvar os tipos puros (sobretudo o ‘branco ariano’), passando para a especulação dos resultados dos ‘cruzamentos’ entre as ‘raças’. Isto correspondia à situação histórica e social do Brasil” (DAMATTA, 1987, p. 74).

Esta é a base da origem da segmentação socialmente determinada na teoria racista arianista aqui aplicada. A sociedade está concretamente dividida em segmentações “cujo poder

e prestígio diferencial e hierarquizado correspondia, grosso modo, a diferenças entre tipos físicos e origens sociais” (DAMATTA, 1987, p. 74). Desta forma o regime escravocrata aqui instaurado e mantido mesmo após o ‘sucesso’ do Movimento Abolicionista fora aceito como *status* de normalidade pela elite brasileira.

Em outras palavras, a escravidão brasileira não foi um fenômeno social regional, altamente localizado, como ocorreu com os Estados Unidos, mas – pelo contrário – tornou-se uma forma dominante de exploração do trabalho. (DAMATTA, 1987, p. 74)

Neste sentido, podemos observar que a idéia do racismo brasileiro como forma de dominação de grupos sobre outros está na base das relações sociais de produção que se estabeleceram aqui. Para um país que estava (e ainda está) francamente em expansão, uma política racista baseada na fábula das três raças configura-se extremamente útil para o estabelecimento de relações sociais cordiais. **Uma dominação dócil.**

Assim, a lógica do sistema de relações sociais no Brasil é a de que pode haver intimidade entre senhores e escravos, superiores e inferiores, porque o mundo está realmente hierarquizado, tal e qual o céu da Igreja Católica, também repartido e totalizado em esferas, círculos, planos, todos povoados por anjos, arcanjos, querubins, santos de vários méritos etc., sendo tudo consolidado na Santíssima Trindade, todo e parte ao mesmo tempo; igualdade e hierarquia dados simultaneamente. O ponto crítico de todo o nosso sistema é a sua profunda desigualdade. Ninguém é igual entre si ou perante a lei; nem senhores [...] nem os escravos, criados ou subalternos, igualmente diferenciados entre si por meio de vários critérios. Esse é [...] um ponto-chave em sistemas hierarquizantes, pois, quando se estabelecem distinções para baixo, admite-se, pela mesma lógica, uma diferenciação para cima. Todo o universo social, então, acaba pagando o preço da sua extremada desigualdade, colocando tudo em gradações. (DAMATTA, 1987, p. 75).

Esta patronagem⁴⁵, esta aproximação muito legalizada entre as classes e sujeitos que por ela circulam justificaria, segundo o antropólogo DaMatta (1987), a falta de uma política de segregação aberta e oficial por parte do Estado Brasileiro. Assim, a legitimidade de um

⁴⁵ Este termo faz referência a relação entre senhores e escravos estabelecida no Brasil Colônia, no sentido em que poderia existir uma pessoalidade entre ambos, mas de forma hierárquica.

‘mestiço’ passou a impedir o confronto social entre brancos e negros e de índios com brancos, etc.

Desta forma, a fábula das três raças admite que o racismo não seja apenas uma doutrina que racionaliza a supremacia do branco colonizador, política e economicamente mas serve como justificativa para o reforço e legitimidade da hierarquização da sociedade brasileira, criando categorias intermediárias, “intersticiais [que levam a] sistemas onde existem gradações e se está sempre buscando um ‘lugar para cada coisa’, de modo que ‘cada coisa fique em seu lugar’” (DAMATTA, 1987, p. 84).

Assim, o racismo vai reproduzindo-se socialmente como um tipo de conhecimento mantido por repetição, ignorância e preconceito, baseando-se supostamente na natureza das coisas. O que o racismo realiza é utilizar diferenças biológicas e fenotípicas para naturalizar desigualdades sociais historicamente construídas (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2009).

Gênero e raça/etnia configuram uma superposição de dominação na sociedade brasileira. As noções de diferenças costumam limitar a efetividade da garantia de direitos sociais, políticos, econômicos e humanos. Gênero e raça/etnia destacam-se, ao lado das diferenças de classe, entre as categorias que apresentam mais indicadores de desigualdade social. Estas categorias interagem reproduzindo opressão sobre grupos sociais determinados. “[...] a naturalização das desigualdades sociais atua como forma de conciliar igualdade de oportunidades com a desigualdade existente na sociedade, pois transfere para a natureza a explicação de tais desigualdades” (STOLCKE, 1990 *apud* SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2009, p. 225).

Segundo Grusky (200– *apud* SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2009, p. 225) “sexo e raça são variáveis que influenciam a posição social dos indivíduos uma vez que o sistema de estratificação repousa em processos adscritos que, em geral, são indesejáveis e discriminatórios na sociedade moderna”. Desta forma, sexo e cor da pele, ou origem étnica acabam delimitando uma sociedade meritocrática baseada em distinções físicas e preconceitos infundados.

Dados fornecidos pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2001, ilustram o verdadeiro vazio originado pela distância social e econômica entre brancos e negros no Brasil. Segundo os dados, uma amostra de 10% dos mais pobres brasileiros compõe-se de 59,5% de pardos/as, 7,8% de negros e 32,7% de brancos/as. Quando avalia-se o 1% mais rico da população brasileira apenas 11% são pardos/as, menos ainda são os 1,8% negros/as, enquanto os brancos/as representam 87,2%.

Tal desigualdade refere-se também entre mulheres negras, indígenas e pardas. No âmbito do trabalho, a questão da raça costuma realçar a discriminação de gênero. Como pudemos avaliar anteriormente, as mulheres sofrem desde o período anterior a Idade Média com a divisão sexual do trabalho. Tal preconceito fundado nas características biológicas de homens e mulheres compõe com as questões de discriminação racial um cenário de dificuldades acuidadas vividas por mulheres negras.

Concentrando-se em setores que proporcionam menores rendimentos e muito menores possibilidades de ascensão, as mulheres negras representavam em 1998, 56% da população feminina trabalhadora doméstica (que em 1998 correspondia a 19% da população feminina economicamente ativa), lembrando que a área doméstica é a que mais concentra o trabalho sem registro profissional (YANNOULAS, 2002).

Em meio à imensa pobreza brasileira, as famílias chefiadas por mulheres negras são as mais pobres. Elas chegam a receber rendimentos 55% menores que os das mulheres brancas. A sobrecarga de trabalho no cotidiano lhes pesa mais agudamente sobre o corpo e a mente [...]. (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2001 *apud* YANNOULAS, 2002, p. 23)

A proporção de mulheres negras foi predominante no trabalho doméstico em praticamente todas as regiões, em 2009, segundo Pesquisa de Emprego e Desemprego, do DIEESE/SEADE.

Tabela 6 – Pesquisa de Emprego e Desemprego – Brasil, 2009 (c)

Distribuição das ocupadas negras* e não-negras por setor de atividade econômica						
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2009						
Setor de Atividade	São Paulo		Salvador		Distrito Federal	
	Negras	Não-Negras	Negras	Não-Negras	Negras	Não-Negras
Indústria	12,2	14,3	4,6	0	3,4	2,9
Comércio	14,1	15,5	17,2	16,7	14,3	14,6
Serviços	47,9	56,4	58,9	72,1	58,8	71,9
Serviços Domésticos	25,3	12,9	17,8	0	21,3	9,1

FONTE: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS; FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2009.

* Cor negra = pretos + pardos; Cor não-negra = brancos + amarelos; Optou-se por elencar as duas regiões metropolitanas com maior número de habitantes, segundo estimativa 2009 do IBGE, mais o Distrito Federal.

Segundo a mesma pesquisa os rendimentos das trabalhadoras domésticas foram os menores entre todos os setores de atividade correspondendo à metade do pago, em média, no setor Serviços. No caso das trabalhadoras negras essa tendência repete-se e agrava-se.

Tabela 7 – Pesquisa de Emprego e Desemprego – Brasil, 2009 (d)

Rendimento médio real por hora* das ocupadas por raça/cor**, segundo setor de atividade Regiões Metropolitanas*** e Distrito Federal – 2009 (em R\$ de novembro de 2009)						
Setor de Atividade	São Paulo		Salvador		Distrito Federal	
	Negras	Não-Negras	Negras	Não-Negras	Negras	Não-Negras
Indústria	4,34	7,01	-	-	-	-
Comércio	3,45	5,23	3,43	-	4,43	5,60
Serviços	7,59	4,82	5,31	10,55	10,39	15,80
Serviços Domésticos	3,52	3,52	2,08	-	3,08	3,07

FONTE: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS; FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2009.

* Excluindo as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês.

** Cor negra = pretos + pardo, e cor não-negra = brancos + amarelos.

*** Optou-se por elencar as duas regiões metropolitanas com maior número de habitantes, segundo estimativa 2009 do IBGE, mais o Distrito Federal.

Desta forma, a interlocução destas categorias permite-nos não apenas alocar quantitativamente a mulher negra em sua situação sócio-econômica, mas permite vislumbrar todo um esquema de dominação baseado nas distinções físicas de sexo e raça/etnia. A mulher negra e a mulher indígena padecem não apenas por pertencerem ao sexo feminino (representarem a ‘fraqueza’ e a ‘docilidade’, mas sobrepujam toda a carga histórica que as tornam depositárias de toda sorte de preconceitos e exclusões sociais.

Até aqui buscamos tornar calaras as evidências históricas que remetem as mulheres ao espaço da inferioridade. Tal absurdo, tomado isoladamente, já poderia ser configurado como um ato de diminuição do outro. E quando as atitudes se espalham e passam a configurar violências?

É nosso tema nesta próxima subseção.

2.4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Religiosa, mãe de duas filhas e dedicada ao trabalho, a manicure Sirlei Aparecida Duarte, 41 anos, estava cansada das ameaças do ex-marido [...]. Ele não aceitava o fim do casamento de nove anos. Sirlei procurou a polícia, conseguiu determinação judicial para que ele se mantivesse distante a 800 metros, mas não adiantou.

Enquanto trabalhava, no sábado à tarde [08/11/2008], em um salão de beleza no Shopping Iguatemi, em Florianópolis, Cristiano a abordou mais uma vez. Queria conversar e insistia em reatar o relacionamento. Cansada de sofrer, ser agredida e traída pelo marido, Sirlei não cedeu ao apelo de Cristiano. Só que desta vez, ele estava armado, disparou contra a cabeça da ex-mulher e se suicidou em seguida também com um tiro na cabeça⁴⁶.

Familiares de Vanessa Pereira Ferreira, de 22 anos, encontrada morta no domingo [24/05/2009], em Florianópolis, fizeram um protesto na frente da Central de Polícia da Capital. Os parentes das vítimas ficaram revoltados ao saber que Adilson Antunes, de 22 anos, que confessou o crime, irá responder ao processo por homicídio em liberdade.

Adilson foi preso nesta segunda-feira e confessou o assassinato, ocorrido no Morro do Quilombo, no bairro Itacorubi. Ele responderá em liberdade porque não houve a prisão em flagrante e por ter se apresentado espontaneamente. Ele era vizinho da vítima.⁴⁷

Casos evidenciados pela mídia surgem quase corriqueiramente enchendo os noticiários, alternando entre a mínima atenção e a agitação geral, gerando comoção popular e até revolta. Os dois casos que abrem esta seção figuram como exemplos da manifestação violenta da cotidianidade.

Apenas em Florianópolis, neste ano, foram dois casos de grande repercussão em menos de um mês. Entre os dias 8 e 25 de abril duas mulheres (uma de 31 anos e outra de 18)

⁴⁶ ORTIGA, Mariana; VARGAS, Diogo. Morte e pânico no shopping: manicure é assassinada dentro de um salão de beleza no Iguatemi pelo ex-marido inconformado com separação. **A Notícia**, Joinville, 10 de novembro de 2008, edição online. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2288061.xml&template=4187.dwt&edition=11070§ion=885>>. Acesso em: 18 de março de 2010.

⁴⁷ O GLOBO. Familiares de mulher assassinada por vizinho em Florianópolis protestam em frente de delegacia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de maio de 2009, edição online. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2009/05/25/familiares-de-mulher-assassinada-por-vizinho-em-florianopolis-protestam-em-frente-de-delegacia-756018269.asp>>. Acesso em: 18 de março de 2010.

foram brutalmente assassinadas com facadas por seus ex-companheiros. Em ambos os casos a história se repete: maridos e namorados justificando suas atitudes extremas por não conseguirem superar o final do relacionamento e uma determinação judicial que os obrigava a afastarem-se de suas companheiras.⁴⁸

Casos de publicidade representam apenas a ponta de um imenso *iceberg* que absorve as relações sociais, marcando-as por preconceito e intolerância de diversos tipos. Representam também sofrimentos e injunções, onde cada mulher morta, violentada, estigmatizada, excluída, significa uma mãe, uma irmã, uma filha.

Em 2009⁴⁹ a 6ª Delegacia de Polícia da Capital – Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher – registrou um número de 3.745 boletins de ocorrência. Destes, 1.821 resultaram em instauração de inquérito policial. Foram 35 prisões em flagrante e 608 mulheres colocadas em medida preventiva por estarem em situação de risco grave. O Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência registrou no mesmo período 1.422 atendimentos (que incluem atendimento psicossocial, jurídico, abordagem domiciliar e institucional). Destas, 136 mulheres encontravam-se em situação de violência doméstica e 82 permanecem em atendimento. Das estatísticas do ano passado 11% das mulheres estavam sob ameaça de morte.

E a violência contra a mulher não se manifesta somente sobre as mães e esposas de idades jovens e médias. Em 2009 registrou-se 790 mulheres acima de 60 anos em atendimento no Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa. Dados atualizados de fevereiro de 2010 do Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (antigo Programa Sentinela) já apontam 185 meninas e 115 adolescentes em atendimento. Podemos observar assim, que “as vivências sociais históricas e culturais comprovam o quanto a mulher tem sido vítima da violência do homem” (AMARAL, 2005, p. 65).

Em termos legais a violência sexual subdivide-se em assédio sexual, sedução, atentado violento ao pudor, prostituição infantil, incesto e estupro, “[...] todo ato ou jogo sexual cujo

⁴⁸ VARGAS, Diogo. Mulher é morta a facadas pelo ex-marido em Florianópolis. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25 de abril de 2010, edição online. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2883939.htm§ion=Gera>>. Acesso em: 06 de maio de 2010.

⁴⁹ Suspeito de matar jovem em Florianópolis teria ameaçado a vítima algumas horas antes do crime. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20 de abril de 2010, edição online. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&newsID=a2879308.htm§ion=Geral>>. Acesso em: 06 de maio de 2010.

⁴⁹ Os dados de atendimento da DEAM, do CREMV, do CIAPREVI e do Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, foram cedidos pela Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Mulher.

agressor tenha algum poder de dominação, físico, social ou intelectual, sobre a vítima, conseguindo seus fins por meio da pressão” (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p. 257).

Eva Alterman Blay, em estudo⁵⁰ acerca do homicídio de mulheres, aponta graves números⁵¹:

- Em 1991 os jornais indicavam que 22% dos crimes contra mulheres eram motivados pela tentativa das mesmas em separar-se, por ciúmes ou suspeita de adultério.
- O filicídio (7% em 2000) cometido por homens aparece associado à vingança por serem abandonados pelas esposas.
- Em 1998, das 669 mulheres que figuravam em boletins de ocorrência analisados, 285 eram vítimas de homicídio, enquanto as outras 384 tinham sofrido ameaça de morte. Destes números, 90% dos agressores identificados eram homens.
- Os dados demonstram que 05 a cada 10 homicídios são cometidos por esposo, namorado, noivo, companheiro ou amante (*sic*). Incluindo ex-parceiros o número sobe para 07 a cada 10.
- Também, a cada 10 crimes contra mulheres, 02 são cometidos por homens com os quais tiveram relacionamento afetivo.
- Dos casos, 2% das vítimas de homicídio ou tentativa, estavam grávidas.
- Representam 12% dos homicídios ou de tentativas a autoria de homens familiares, como marido, pai, filho, padrasto.

Estudos e dados sugerem que a família é um dos maiores *locus* da violência sexual. A atitude de preservação do núcleo familiar reprime a denúncia, revelando a complacência de familiares alertados sobre os acontecimentos. O silêncio que impera neste ambiente parece estar atrelado a dois fatores decisivos: a dependência econômica do núcleo familiar em relação ao agressor; e, a dependência afetiva da mãe em relação ao marido ou parente agressor. Atrelado a estes fatores, surge também a questão da vergonha e auto-culpabilização da vítima.

Na grande maioria dos casos de violência dentro de casa contra crianças e adolescentes, o agressor é o pai, seguido do padrasto, irmão e vizinhos. Raramente a mãe aparece como agressora e sim como conivente com a violência [...]. O Ministério da Justiça registra cerca de 50 mil casos por ano de violência sexual

⁵⁰ O estudo não se encontra publicado. Dados apresentados na Revista Estudos Avançados (2003) e na página do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero <<http://www.usp.br/nemge>>.

⁵¹ Os dados dizem respeito ao município de São Paulo (SP).

contra crianças e adolescentes. É possível que esse número represente apenas 10% dos casos. (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2001, p. 168 *apud* ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p. 272)

A violência contra a mulher é histórica, demonstrando que não tem apenas um significado e devendo ser “historicamente situada e compreendida” (FALEIROS, 1998, p. 1). No Brasil pré-republicano o adultério cometido pela mulher poderia ser punido com seu homicídio. O Código Criminal de 1830 passou a atenuar a legitimidade dos assassinatos, mas diferenciava as relações extraconjugais de homens e mulheres: concubinato e adultério, respectivamente. Entretanto, mesmo sob a égide da República (e suas liberdades) estampadas no Código Civil de 1916⁵², ao equiparar a situação de ambos os gêneros como motivos justos para desquite em decorrência de adultério, o antigo costume de matar a esposa por motivo de honra não deixou de ser registrado cotidianamente (BLAY, 2003).

Os primeiros movimentos contra a violência de gênero no Brasil surgiram a partir de 1920, com as mulheres de classes média e alta que “[...] passaram a protestar contra a ‘tirania dos homens’ no casamento, sua infidelidade, brutalidade, abandono [...]” (BLAY, 2003, p. 88).

Fundou-se, em época, o “Conselho Brasileiro de Hygiene Social” (*sic*) (BLAY, 2003, p. 88), por promotores públicos e feministas, com o objetivo de coibir a massa de ataques passionais. Ainda assim, deve-se reiterar que o objetivo maior desta instituição era a preservação familiar e, não, das vidas das mulheres (BLAY, 2003).

Por décadas nenhum outro movimento significativo surgira na cena política e legal brasileiras até 1976 quando o movimento ‘Quem ama não mata’ tomou a frente da luta pela defesa da vida das mulheres e também pela efetiva punição de seus agressores. Em dezembro de 1976 o assassinato da *socialite* brasileira Ângela Diniz por seu marido Raul Fernando do Amaral Street (conhecido por ‘Doca Street’), que apesar de réu confesso obteve sua libertação, levou a uma visibilidade e expressão jamais vistas em relação ao tema no país. ‘Quem ama não mata’ era gritado veementemente pelas ruas, repudiando “publicamente que o amor justificasse o crime” (BLAY, 2003, p. 89).

O delegado responsável pela investigação do homicídio de Ângela Diniz, Sérgio Paranhos Fleury afirmou em entrevista na época que “[...] o único crime respeitável, que não

⁵² O mesmo Código Civil de 1916 declarava que para fins de proteção da família, a mulher só deveria executar um trabalho exterior à casa com autorização prévia do seu marido (BLAY, 2003).

condenaria com rigor, era o passional. Crime passional qualquer um comete, até eu” (BLAY, 2003, p. 89).

Este evento tornou-se um marco, talvez um dos mais importantes por oportunizar o debate público e a inserção política de novos sujeitos em seu interior. Feministas, militantes políticas, intelectuais, sindicalistas e trabalhadoras oriundas de diferentes setores produtivos passaram a partilhar publicamente de uma noção de “direitos da mulher que suplantava diferenças partidárias e ideológicas” (BLAY, 2003, p. 91). A partir de então assistiu-se a um florescimento de instituições e grupos que comungavam os mesmos ideais, como a luta pela anistia política, militância contra o regime militar, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, além de espaços próprios para o abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica. A família, transformada constantemente pelos valores da Modernidade e pela abertura cada vez maior aos costumes exteriores, assistiu a uma efervescência para a concretização dos direitos humanos da mulher. O espaço privado tornava-se cada vez mais público (BLAY, 2003).

Destacam-se neste período histórico marcado pelas intensas lutas de resistência ao governo ditatorial, o I Congresso da Mulher Brasileira e os I e II Congressos da Mulher Paulista; a criação da Delegacia Policial em Defesa da Mulher Brasileira; a Associação de Donas de Casa; o Movimento Feminino pela Anistia; e, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (ZUCCO, 2008). A CF-88 absorveu diversas reivindicações das mulheres e movimentos feministas, com destaque para o § 5º e § 8º do art. 226, onde lê-se:

Art. 226 – A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

...

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

...

§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

(BRASIL, 1988, p. 354-355)

Em 1983 surgiu o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo. Em seguida, 1985 foi o palco histórico da criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (BLAY, 2003). Estas duas instituições públicas marcam a atitude definitiva do Estado em tutelar as relações entre homens e mulheres.

Mais de duas décadas passadas, na contramão do viés jurídico e da rede de atendimento que tem se atualizado e expandido buscamos entender a manutenção de tal cruel realidade impetrada no cotidiano das mulheres brasileiras. Por que a imagem do homem aparece simbolicamente associada à violência? (AMARAL, 2005)

A violência contra a mulher nos demonstra a manifestação de um poder adquirido, mantido e exercido pelos homens, e também a idéia de que as mulheres são objetos de posse destes homens poderosos (FARIA; NOBRE, 1997).

Homicídios de mulheres fazem parte da realidade e do imaginário brasileiro há séculos, como mostra variada literatura de caráter jurídico, histórico, sociológico, revistas, notícias de jornal, além da dramaturgia, literatura de cordel, novelas de rádio de televisão, música popular [...]. Depois de trinta anos de feminismo, que impôs à sociedade o “quem ama não mata” como repulsa ao assassinato justificado pelo “matar por amor” e de consistentes mudanças na posição socioeconômica e nos valores relativos à relação homem x mulher, como explicar que crimes de gênero continuem a ocorrer? (BLAY, 2003, p. 96)

A violência contra a mulher não se configura unicamente pelo homicídio e o espancamento. Estas são demonstrações máximas que encobrem uma profusão de relações sociais marcadas pela dominação de gênero. “[...] insultos, ameaças, estupros, assédio [...] mas também as formas sutis de desqualificação das mulheres, como quando alguém diz que uma mulher é boa profissional, ‘apesar de ser mulher’ ” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 18).

A violência simbólica, forma não-visível de violência contra a mulher e que atinge seu subjetivo, mesmo sendo mais sutil acompanha as circunstâncias de discriminação e opressão e é geralmente inconscientemente consentida. Esta forma de violência subsidia-se principalmente de fatores como a subserviência e obediência femininas encontrarem-se fortemente referenciadas no imaginário social, constituindo uma sociedade androcêntrica e “falonarcisista” (AMARAL, 2005, p. 103). O reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos torna-se difícil pois precisariam romper com a ordem, tornarem-se transgressoras dos comportamentos femininos aceitáveis e pré-determinados. “O foco gerador das violências não se extinguirá enquanto permanecer no inconsciente coletivo a mulher coisificada, cujas piadas e provérbios populares de mau gosto a transformam em objeto de puro deleite” (AMARAL, 2005, p. 66).

Assim, a violência de homens contra mulheres tem uma dimensão maior que a física. “É uma forma de reproduzir e manter o machismo e de dizer o tempo todo que a mulher é

inferior” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 18). Destarte, os atos violentos não se configuram apenas pela contrariação de uma vontade particular. É também a submissão e impedimento da vontade do outro. “Violento é [...] o ato que aniquila ou elimina uma vida, um corpo, um interesse, uma vontade específica, quando esse mesmo ato poderia não ter sido praticado” (FELIPE, 1997, p. 112). O homicídio e o estupro são formas brutais e extremamente violentas e representam claramente o desejo de dominação do homem sobre a mulher.

Numa cultura onde o fato de pertencer ao sexo masculino significa ter liberdade para construir sua identidade com base na diminuição ou na exclusão das mulheres do espaço de poder, o estupro passa a ser um ato de confirmação e de afirmação do poder máximo do homem sobre a mulher. Ele expressa a mentalidade do macho primitivo que experimenta, através do seu corpo e no corpo da mulher, por um momento, o poder de ser homem, de estabelecer impérios, de penetrar pela força, de empregá-la sem restrições. (FELIPE, 1997, p. 120)

Outro fenômeno que insurge das formas de violência cometidas contra a mulher é a sua culpabilização. A mulher é tornada ré da própria violência sofrida. É sempre a culpada, quem provoca quem “fez por onde” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 19). Aponta-se a necessidade sempre constante de conscientizar e treinar os agentes que lidam com mulheres vítimas de violência, mesmo as também mulheres, para o aspecto da identificação da violência e do violentador. Mulheres que foram socializadas em culturas machistas podem agir também de forma a reproduzir o machismo. É um movimento por cima da dominação ao mostrar que as mulheres têm direito ao “não” e de denunciar as violências cometidas por seus companheiros, pais, familiares. Resgatando a teoria de gênero visitada no início desta seção, propõe-se revolucionar os papéis de gênero (BLAY, 2003).

A dependência, os sentimentos de desvalorização e de culpa acabam fazendo com que a mulher acredite que não há saída ou que a culpa é dela mesma. Em uma relação afetiva esses sentimentos se misturam com a esperança de que o homem vai mudar, ou com a idéia, bastante comum nas mulheres, de que ela é responsável e poderá salvá-lo. (FARIA; NOBRE, 1997, p. 19)

A solidarização com o agressor e a culpabilização da vítima são típicas da cultura machista e se justificam na clara falta de percepção da diferença entre interesse sexual manifestado e interesse explícito pelo sexo. Esta falta de discernimento leva à inversão de papéis na relação de violência, e a mulher estuprada passa a ser a ‘sedutora’ em vez de

‘mulher violentada’. “Uma penetração forçada é sempre um estupro” (FELIPE, 1997, p. 114). Aqui deparamo-nos com a naturalização da violência como “querelas domésticas” (AMARAL, 2005, p. 101).

A violência (mesmo no seu aspecto geral) caracteriza-se pela sua finalidade: **eliminar o outro da relação**. Esta eliminação pode ser a morte do corpo físico bem como a morte psíquica, subjetiva do outro. “No ato da violência, aquele que está sujeito desaparece como sujeito autônomo e livre. A violência é o ato que impõe o ser sujeito de um no lugar do ser sujeito do outro” (FELIPE, 1997, p. 111).

A violência de gênero não é apenas dirigida às mulheres heterossexuais, mas também a todo comportamento que se distancia, mesmo por pouco, daquele conveniente e demarcado como ‘certo’ ou ‘errado’ em termos de masculino e feminino. O caso da homofobia agrava-se, pois, ao contrário do sexismo, racismo ou outros tipos de preconceitos, valoriza-se com a maior depreciação dos estereótipos.

A homofobia, o medo voltado contra os(as) homossexuais, pode-se expressar ainda numa espécie de ‘terror em relação à perda do gênero’, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher ‘reais’ ou ‘autênticos(as)’. (LOURO, 1997, p. 28)

A matriz heterossexual em que gênero é socialmente construída acerca da padronização do comportamento sexual, da naturalização de um tipo e da negação da dignidade do outro justifica a padronização de comportamentos de desrespeito e revoltas com outras formas de exercício da sexualidade (ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004).

Bater em homossexuais, segundo a Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas na Escola (UNESCO, 2001 *apud* ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004), é considerado como a menos violenta para o conjunto de jovens masculinos de quatorze capitais brasileiras, em um *ranking* de seis ações violentas.

Apresentamos dados da pesquisa citada como forma de ilustrar a forma com que homossexuais vem sendo discriminados no interior das instituições de ensino. Um aprofundamento maior a respeito da temática, consultando a fonte referenciada, nota-se que o preconceito começa sua construção no corpo docente, espalhando-se por toda a estrutura educacional, afetando homens e mulheres que diferem do comportamento sexual padrão, sofrendo investidas da violência e da intolerância.

Tabela 8 – Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas na Escola – Brasil, 2000

Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo e por ordem de indicação, segundo as ações consideradas mais violentas – conjunto de 14 cidades

Ações consideradas mais violentas*	Masculino	
	Posição	(%)
Atirar em alguém	1º	82,6
Estuprar	2º	68,5
Usar drogas	3º	48,1
Roubar	4º	45,3
Andar armado	5º	44,0
Bater em homossexuais	6º	36,1

FONTE: UNESCO, 2001 *apud* ABRAMOVAY; CASTRO; SILVA, 2004, p. 279

* Solicitou-se aos informantes responder entre as questões propostas, marcar as cinco que considerar mais violentas.

Mas é preciso que se identifique para além do ato violento as formas de legitimidade do machismo. A força não é assoberbada em si mesma. Honra, respeito e vitória são sentimentos reforçados pela cultura machista e alimentam um esquema de violências de gênero. A construção da identidade masculina nos padrões de gênero reduzidos ao biológico passam pela afirmação de uma superioridade do homem e da inferioridade das mulheres. A violência contra a mulher vai constituindo-se, assim, em instrumento de auto-afirmação e demarcação do território do que é posse e objeto (FELIPE, 1997).

Toda cultura de relações interpessoais, na qual alguns garantem sua integridade, segurança e auto-afirmação, enfim, poder, às custas da possibilidade de outros de também o fazerem, oferece as condições necessárias para o desenvolvimento do imaginário violento. Tem-se nesses costumes um sinal claro de que há espaço para a prática da violência. Todo processo de construção de identidade, cujo princípio máximo seja o engrandecimento de algo com o qual nem todos são agraciados pela natureza ou berço, e o esforço de diferenciar para cima aqueles que o foram, é, ele mesmo, estimulador da violência. Riqueza, raça, religião, sexo, habilidades, talentos e dotes físicos especiais, podem ser símbolos de diferenciação, oferecidos pela natureza, a partir dos quais cada criatura constrói sua unidade psíquica e desenvolve sua autoconfiança e sua auto-estima, recursos simbólicos, porém, pois só existem como partes imaginadas do próprio eu em construção, dos quais fazemos uso para congregar forças, as forças que resultam da associação de todos os que se associam no projeto de preservação da mesma imagem. Fazer uso desses mesmos recursos,

ferindo criaturas que não se filiam ao projeto de preservação da imagem possibilitada por essas diferenciações, seja porque tais criaturas não são por natureza dotadas das mesmas diferenças, seja porque elas não têm a mesma necessidade, é praticar violência. (FELIPE, 1997, p. 120-121)

Assim, o enfrentamento da violência de gênero em suas variadas tipologias deve recorrer a ações que visem a destituição da legitimidade patriarcal. Caminhar para o fim da cultura de subordinação da mulher, reiterando que não são objetos nem propriedades inalienáveis de seus companheiros. Combater a partir de um processo educacional a visão dramatizada e romântica do amor passionai que cria uma realidade no imaginário de meninas e mulheres submissas que calam diante do poder de usufruto de seus afetos (BLAY, 2003).

Políticas públicas transversais que modifiquem a estrutura de discriminação de gênero e de raça/etnia são um caminho para incrustar os direitos das mulheres como Direitos Humanos. Estas políticas devem caminhar no sentido da equidade entre homens e mulheres para, então, alterar o cenário de justificativa do exercício da violência no geral e contra as mulheres (BLAY, 2003).

Estas políticas devem, ainda, por seu caráter transversal, convergir ações e planejamentos não apenas das pastas do Executivo, mas devem envolver também Legislativo e Judiciário no intuito de ‘abraçar a questão’ por todos os seus lados, partindo da base para aniquilar os mecanismos de diferenciação baseados no gênero e as violências por eles justificados. “[...] a falta de confiança na justiça provoca, por sua vez, um reforço à prática da impunidade e da injustiça” (FALEIROS, 1998, p. 4).

Interpretando a violência por um recorte de gênero, essas políticas levam em conta as relações dos homens e das mulheres e da dominação histórica destas por aqueles, considerando assimetrias que vão somando-se à prática da violência, como raça/etnia, gerações, grupos sociais, classes sociais, orientação sexual, entre outras.

O conteúdo desta seção permite-nos, associado às reflexões paralelas realizadas, partir para um viés conclusivo de que as múltiplas questões que afetam as mulheres recaem em atitudes de violências e discriminações. Desta forma, as políticas sociais públicas que encerram programas e ações com base na equidade de gênero surgiram no cenário internacional e nacional como instrumentos para auxiliar os Estados na construção de uma sociedade mais horizontalizada.

Na próxima seção elencamos diversos dispositivos legais que se constituíram marcos referenciais na construção da Política Municipal para as Mulheres, de Florianópolis.

3 MARCO REGULATÓRIO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

Esta dificuldade – nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas – não virá de que ainda ignoramos o que é o poder?

Michel Foucault

Os documentos que por ora vamos referenciar são balizares para a construção de políticas acerca dos direitos das mulheres. Este conjunto busca estabelecer orientações aos Estados signatários, no caso de documentos internacionais, sobre formas de cessar as discriminações e violências sofridas pelas mulheres, bem como definem conceitos e tipos de violências. Atuam também sobre novos direitos como os sexuais e reprodutivos, oferecendo orientações para a construção de sociedades mais igualitárias entre homens e mulheres e também nas questões de sobreposição das violências/discriminações, como raça/etnia, orientação sexual, deficiência, geração, etc.

Nesta seção pretendemos pontuar algumas legislações e eventos nacionais e internacionais, dando particular atenção à Política Nacional para as Mulheres, expressa no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, documento base para que Estados e Municípios constituam também suas ações e planejamentos na área.

3.1 CONVENÇÕES E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS RATIFICADAS PELO BRASIL

Internacionalmente a presença de Conferências garante documentos que legislam a favor de direitos humanos e, nestes, direitos das mulheres. O Brasil é signatário e tem feito-se presente em diversos destes documentos, espelhando na construção da Política Nacional para Mulheres pressupostos construídos por diversos países em conjunto.

Os trinta artigos da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**⁵³, de 10 de dezembro de 1948, pleiteiam direitos iguais para todas as pessoas, bem como para grupos sociais distintos. A Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou a igualdade de direitos

⁵³ Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em 31 de maio de 2010.

entre homens e mulheres e os definiu como direitos humanos fundamentais. Em seu artigo II, a Declaração reitera que os direitos nela expressos devem ser considerados sem qualquer discriminação em razão de raça ou sexo.

A **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**⁵⁴ – CEDAW – elaborada pela ONU em 1979, representa o documento mais importante para os Estados Signatários em termos de proteção social da mulher. Define as discriminações e, paralelamente, traça uma agenda de ações de combate às violências. Destacada a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a CEDAW constitui-se a primeira legislação internacional específica para as mulheres. Suas recomendações são norteadas pelas preocupações em promover os direitos humanos e a importância da repressão a qualquer espécie de discriminação contra as mulheres. A Política Nacional para as Mulheres, do Brasil, cita em vários momentos as recomendações desta Convenção.

Considera-se ainda que a Convenção da Mulher, como ficou conhecida, seja tomada como parâmetro mínimo de ações dos Estados na promoção dos direitos das mulheres.

A Conferência Mundial de Direitos Humanos da ONU, de 1993, conhecida como **Conferência de Viena**⁵⁵, reforçou a idéia de indivisibilidade dos direitos humanos. Como esforço dos movimentos de mulheres a Assembléia instituída nesta Conferência redefiniu os espaços das esferas pública e privada. Desta forma, as violências domésticas passaram à consideração de crimes contra os direitos humanos. Reiterou, também, o combate às formas de racismo, xenofobia e outras discriminações associadas ao gênero, além da igualdade imprescindível das condições sociais, políticas e econômicas e de direitos entre homens e mulheres.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, conhecida por **Conferência do Cairo**⁵⁶, realizada em setembro de 1994, constituiu-se em um marco no que tange ao desenvolvimento do debate a respeito dos direitos reprodutivos das mulheres. Seu Relatório não disponibiliza uma Declaração, mas um Programa de Ação, tomado como referência para políticas populacionais em diversos países do mundo.

⁵⁴

Disponível

em:

<http://www.agenciapatriagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru_inter_cedaw.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.agenciapatriagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/conf_viena.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

⁵⁶ Disponível em:

<http://www.agenciapatriagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru_inter_cairo.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

A Organização dos Estados Americanos – OEA – em Assembléia Geral em 1994, instituiu a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ou como ficou conhecida, **Convenção de Belém do Pará**⁵⁷, reforçou que a violência contra as mulheres é uma violação de direitos humanos e constitui-se como o Acordo sobre violência mais importante internacionalmente. Sobre ele muitas ações foram constituídas na Política Nacional para as Mulheres no Brasil.

Esta Convenção definiu ações para a prevenção, medidas punitivas aos agressores e de apoio às vítimas de violência. A violência contra a mulher é considerada como toda expressão, ações e condutas de qualquer espécie, baseadas no gênero e que possam causar morte, danos ou sofrimentos às mulheres, sem distinção de espaço público ou privado. Definiu também, os aspectos das violências físicas, sexuais e psicológicas, além de fazer um chamado especial em relação à condição das mulheres que sofrem discriminação de raça/etnia.

No ano de 1995 foi realizada a Conferência Mundial sobre a Mulher, chamada de **Conferência de Pequim**⁵⁸ e intitulada de Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz. Seus aspectos principais foram o debate a respeito da feminização da pobreza mundial, as formas de exclusão das esferas de poder e a violência contra as mulheres. A Plataforma de Ação resultou em uma série de recomendações que orientam a adoção de políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres.

Esta Conferência indicou doze áreas prioritárias sobre a questão dos direitos das mulheres: a) feminização da pobreza; b) a desigualdade no acesso à educação; c) acesso desigual aos serviços de saúde; d) a violência; e) os conflitos armados e sua incidência sobre as mulheres; f) a relação desigual das mulheres no mundo do trabalho e no acesso a recursos; g) a desigualdade na política e instâncias de decisão; h) a falta de mecanismos estatais que promovam os direitos das mulheres; i) mídia e estereótipos nos meios de comunicação, bem como desigual acesso a estes; j) as questões decisórias a respeito de recursos naturais e meio ambiente; e, k) a necessidade de proteção dos direitos das crianças.

A Conferência de Pequim registrou a importância dos conceitos de gênero, de empoderamento e de transversalidade nas políticas e ações de Estado na defesa dos direitos das mulheres e do combate à violência.

⁵⁷ Disponível em:

<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru_inter_belem_para.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

⁵⁸ Disponível em:

<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru_inter_pequim.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

A **Declaração do Milênio**⁵⁹, de setembro de 2000, é fruto da reunião de 147 chefes de Estado na Cúpula do Milênio, promovida pela ONU. Definiu oito metas para que os Estados-partes atinjam até o ano de 2015. São elas: a) Valores e Princípios; b) Paz, Segurança e Desarmamento; c) O Desenvolvimento e a Erradicação da Pobreza; d) Proteção do nosso Ambiente Comum; e) Direitos Humanos, Democracia e Boa Governança; f) Proteção dos Grupos Vulneráveis; g) Responder às necessidades especiais da África; e, h) Reforçar as Nações Unidas.

Recomenda entre as ações propostas, a promoção da igualdade dos sexos e a autonomia das mulheres. Além disto, recomenda a criação e garantia de meios para combater a pobreza, a fome e as doenças que afetam especialmente as mulheres. A Declaração do Milênio ressalta e se compromete com o combate à violência contra as mulheres proposta pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Marco regulatório importante para as questões dos direitos das mulheres também é encontrado na Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, a **Conferência de Durban**⁶⁰, realizada na África do Sul em setembro de 2001. Afirma que o racismo, a xenofobia e a intolerância correlata atingem as mulheres de forma diferenciada, tornando-as mais vulneráveis nas situações de pobreza e violência. São formas ainda mais graves de violação dos direitos humanos das mulheres.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT – também se apresenta no debate da defesa dos direitos das mulheres. Notadamente suas Convenções representam recomendações que expressam a preocupação internacional pela igualdade de condições de trabalho entre homens e mulheres. Destacam-se as **Convenções 100 e 111**, que tratam, respectivamente, da igualdade de salários entre os gêneros, e do combate à discriminação racial no ambiente de trabalho somada às questões de gênero. Ambas as Convenções foram ratificadas pelo Brasil e fazem parte da **Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento**⁶¹.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/declar_milenio.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/conf_durban.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

⁶¹ Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/crise/con_oit_100_111.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

A OIT apresentou também a **Convenção 156**⁶², em que trata da igualdade de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras que apresentam responsabilidades familiares. Esta Convenção ainda não foi ratificada pelo Brasil.

3.2 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

São alguns destaques na legislação brasileira de proteção à mulher Políticas da esfera Federal, Leis e Decretos Presidenciais.

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher⁶³ pelo Ministério da Saúde. Define ações que garantem os direitos humanos das mulheres com o intuito da redução das taxas de mortalidade, incorporando a promoção à saúde a partir de um enfoque especializado, e com um recorte de gênero.

A Lei nº 11.340 de 2006, mais conhecida como **Lei Maria da Penha**⁶⁴ criou mecanismos particulares para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, a partir das considerações da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, além da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. A lei prevê a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de alterar dispositivos dos Códigos Penal, de Processo Penal e de Execução Penal com previsões de medidas punitivas mais duras com os agressores de mulheres.

Em 2006 o Ministério da Justiça aprovou a **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**⁶⁵. É importante marco legal no que tange ao definitivo reconhecimento desta atividade criminosa, indo para além da perspectiva do tráfico para prostituição.

A **Política Nacional de Saúde da População Negra**⁶⁶ foi elaborada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR – em 2007. É também uma referência pois contribui de forma expressiva com a Política Nacional para Mulheres.

⁶² Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/crise/conv_oit_156.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

⁶³ Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/paism%20-%202004.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2010.

⁶⁴ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 31 de maio de 2010.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/documentos/cartilha_trafico_pessoas.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

Em 2010 foi apresentado o **Anteprojeto de Lei**⁶⁷ que prevê a revisão: do Código Eleitoral instituído pela Lei nº 4.737 de 1965; da Lei dos Partidos Políticos nº 9.069 de 1995; e, da Lei das Eleições nº 9.054 de 1997. Esta revisão objetiva a garantia de ampliação da participação das mulheres em espaços de poder e decisão.

Em 2008 foi aprovado o **II Plano Nacional de Políticas para Mulheres**, o qual detalharemos a seguir, partindo da **Política Nacional para as Mulheres**.

Na área de direitos sociais citamos o **Decreto nº 4.377**⁶⁸ de 13 de setembro de 2002 que promulgou no Brasil, tornando oficial seu compromisso internacional, as orientações da CEDAW.

Outras Leis, Decretos e Instruções Normativas referentes à diversas alterações na Constituição estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres⁶⁹.

3.2.1 A Política Nacional para as Mulheres

3.2.1.1 Pressupostos

A Política Nacional para as Mulheres teve seus pressupostos afirmados na I Conferência Nacional, de 2004, e reafirmados posteriormente, em 2007, na II Conferência. Estão expressos como linhas gerais para a construção de Planos de Políticas para as Mulheres e fundamentam o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

São pressupostos da Política Nacional:

Igualdade e respeito à diversidade, considerando que

⁶⁶ Disponível em:

<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/pol_saude_popnegra.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

⁶⁷ Disponível em: <<http://200.130.7.5/spmu/docs/Anteprojeto%20de%20Lei%20-%20Reforma%20Eleitoral.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2010.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm>. Acesso em 18 de junho de 2010.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/legislacao/nacional/>. Acesso em 31 de maio de 2010.

mulheres e homens são iguais em seus direitos. Sobre este princípio se apóiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda o combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e considerando as experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 27)

Equidade como expressão de

acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais buscando-se a justiça social requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres. (BRASIL, 2008, p. 27)

Autonomia das mulheres como forma de assegurar

às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, de exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social. (BRASIL, 2008, p. 27)

Laicidade do Estado de acordo com os Princípios Constitucionais, onde

as políticas públicas de Estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e em diversos instrumentos internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas. (BRASIL, 2008, p. 28)

Universalidade das políticas, que devem

ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas

governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersetorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia. (BRASIL, 2008, p. 28)

Justiça Social que implica

no reconhecimento da necessidade de redistribuição dos recursos e riquezas produzidos pela sociedade e na busca da superação da desigualdade social que atinge as mulheres de maneira significativa. (BRASIL, 2008, p. 28)

Transparência dos atos públicos garantindo-se

o respeito aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com transparência nos atos públicos e controle social. (BRASIL, 2008, p. 28)

Participação e Controle Social com a finalidade de garantir

o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 28)

3.2.1.2 Diretrizes

As diretrizes são as linhas reguladoras que devem ser cumpridas pelo Estado Brasileiro e suas esferas de Governo para alcançar com plenitude a implementação da Política Nacional para as Mulheres. Estão expressas também no II Plano Nacional de Políticas para Mulher (BRASIL, 200, p. 28-29).

Buscam garantir a implementação das políticas públicas que integrem as dimensões de gênero e raça/etnia em sua formatação, seja através do cumprimento de Tratados, Acordos e Convenções Internacionais ratificados pelo Brasil, bem como pelo fomento e implementação de políticas afirmativas para o pleno exercício de todos os direitos das mulheres.

As diretrizes podem ser verificadas integralmente no documento ao final deste trabalho, junto ao ‘Anexo E’⁷⁰.

3.2.2 O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

O II PNPM é a matriz para a construção dos Planos Municipais. Baseado nos pressupostos e princípios da Política Nacional de Políticas para as Mulheres, delimita caminhos para que as diversas instâncias do poder público interajam e levem ao exercício efetivo as orientações nacionais, mas com especial atenção às características regionais.

Fruto do debate realizado com de mais de 200 mil mulheres brasileiras (BRASIL, 2008), o II PNPM nasceu do cerne das Conferências Municipais e Estaduais das Mulheres. O esforço que juntou sociedade civil e Estado sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM – reuniu nos mesmos debates representantes governamentais da esfera Federal⁷¹, dos órgãos governamentais responsáveis pela implantação da Política da Mulher nos Estados e Municípios, além de representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O II Plano Nacional de Políticas para Mulheres foi aprovado em 2007 durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Sua aprovação representa a efetivação de um diálogo entre Estado e Sociedade Civil além da aprovação dos pressupostos finais da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada em 2004 e que tinha dado origem ao I PNPM. A segunda versão do Plano Nacional apresenta-se, agora, renovado com novos eixos estratégicos além de um detalhamento maior do que sua versão anterior.

A revisão do I PNPM só foi possível através de um processo de avaliação e atualização das propostas e ações que já estavam em implementação. O que permitiu o avanço da Política para a Mulher foi a avaliação da própria gestão do I Plano e sua relação com o planejamento do governo em suas instâncias. Passou-se a articular de forma concisa a gestão do Plano Nacional de Políticas para Mulheres ao Plano Plurianual – PPA. O fundamento

⁷⁰ Ver p. 181 deste TCC.

⁷¹ Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Cultura, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Racial, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Casa Civil, Secretaria Geral, Secretaria de Comunicação Social, Fundação Nacional do Índio e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

sólido para a construção do II PNPM foi dado pela articulação das parcerias entre setores governamentais e movimentos sociais, construído entre os anos de 2004 e 2007.

São 94 metas e 56 prioridades, que juntas somam 388 ações, distribuindo-se em 11 grandes áreas, assim nomeadas: Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho; Educação Inclusiva, Não-Sexista, Não-Racista, Não-Homofóbica e Não-Lesbofóbica; Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres; Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão; Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural, na Cidade e na Floresta, com Garantia de Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar; Direito à Terra, Moradia Digna e Infra-Estrutura Social nos Meios Rural e Urbano, considerando as Comunidades Tradicionais; Cultura, Comunicação e Mídia Igualitárias, Democráticas e Não-Discriminatórias; Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia; Enfrentamento das Desigualdades Geracionais que atingem as Mulheres com Especial atenção às Jovens e Idosas.

Apresentaremos os eixos com seus objetivos gerais, elencando suas linhas norteadoras de ações e suas prioridades, com o intuito de proporcionar uma aproximação com o II PNPM. A versão disponibilizada na seção de Anexos deste TCC permitirá o contato mais detalhado, bem como informações adicionais a respeito dos eixos.

3.2.2.1 Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social

- I. Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência.
 - II. Promover a igualdade de gênero, considerando a dimensão étnico-racial nas relações de trabalho.
 - III. Elaborar, com base na Agenda Nacional, o Plano Nacional de Trabalho Decente, incorporando os aspectos de gênero e considerando a dimensão étnico-racial.
- (BRASIL, 2008, p. 39)

O II PNPM considera que é no espaço de trabalho onde as discriminações de gênero, somadas às étnico-raciais, tomam ainda mais visibilidade ao incluírem de forma desigual as mulheres. A discrepância entre as condições de trabalho e renda de homens brancos contra as de mulheres brancas e, ainda pior, mulheres negras e indígenas, justifica a ação do Estado na medida em que a interseccionalidade entre gênero e raça/etnia passam a formar um

ordenamento social baseado na diferenciação e não na igualdade entre homens e mulheres, brancas e negras.

Em 1996, das mulheres de 16 anos ou mais 52,2% encontravam-se em situação ativa. Dez anos passados este percentual alcançava 59%. Mesmo assim pode-se perceber que no mesmo movimento chamado de feminização do mundo do trabalho, as taxas de desemprego continuam a delimitar homens e mulheres em lados diferentes. Se em 2006 a taxa de emprego feminina era de 59%, a dos homens era de 82,2%, e relativo ao desemprego, enquanto estes apresentaram 6,4% de desempregados, aquelas foram mais de 1,2 milhão de excluídas do mercado de trabalho, ou seja, 11% (BRASIL, 2008).

Também foi levado em conta pelo II Plano Nacional de Políticas para Mulheres neste eixo, a assimetria em relação a raça/etnia. Homens brancos foram 5,7% de desempregados em 2006, enquanto mulheres negras registraram um índice de 12,5% (BRASIL, 2008). Clara superposição que força o movimento de um contingente de mulheres e em maior número de mulheres negras ao mercado informal.

Outra questão principal para a construção dos objetivos e prioridades deste eixo foi considerar que existe uma divisão sexual do trabalho que direciona mulheres a determinados postos de trabalho e determinadas remunerações. Isto implica em pensar padrões de proteção social que respondam às necessidades das trabalhadoras. Assim, tendem a promover a valorização do trabalho doméstico e contribuir para superar a atual divisão sexual presente no trabalho, quando afirmou a necessidade de estender serviços de proteção social a este grupo econômico.

O incentivo a autonomia econômica é também um traço importante deste eixo. O ‘Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres’, em parceria com o Ministério do Turismo tem dupla frente: inserir mulheres no mercado de trabalho formal e de iniciativa própria, além incentivar o turismo local.

Ainda, outros programas foram incentivados na área de agricultura, como o ‘Pronaf Mulher’ e o ‘Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural’. ‘Projetos de Apoio a Grupos Produtivos de Mulheres Rurais’ são exemplos de ações que levam em sua essência as diretrizes da Política Nacional e os objetivos centrais do eixo econômico. Visam a promoção de políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos, com consideração especial às questões de raça/etnia e regionais.

Este eixo promove especial atenção para a questão da organização produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social, em especial nas periferias urbanas.

São prioridades deste eixo: a) ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho; b) promoção da autonomia econômica das mulheres através da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo; c) aumentar a oferta de equipamentos sociais próximo às mulheres; d) ofertar proteção social para mulheres em situação de vulnerabilidade; e) garantia e o cumprimento da legislação do trabalho doméstico remunerado e não-remunerado; f) promover relações de trabalho não discriminatórias e garantir a equidade salarial e acesso a cargos de direção; g) promoção de políticas na área de previdência social inclusiva para mulheres; e, h) promover o acesso das mulheres à documentação civil.

3.2.2.2 Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica

- I. Contribuir para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e identidade de gênero, por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino.
- II. Consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária.
- III. Garantir o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, de comunidades tradicionais, do campo e em situação de prisão).

(BRASIL, 2008, p. 61)

O II Plano Nacional de Políticas para Mulheres reconhece que as diferenciações baseadas no gênero segmentam-se em outras e agravam-se ainda mais quando sobrepostas. A proposta por uma educação com linhas inclusivas, não-sexistas, não-racistas, não-homofóbicas e não-lesbofóbicas demonstra a opção por processos educacionais formais comprometidos com o tratamento igualitário dispensado a homens e mulheres.

Comprometer-se com este molde educacional implica em saber tratar as diferenças geracionais, étnico-raciais, de orientações sexuais, de deficiências e tantas outras que surgem

no ambiente escolar de forma a solidificar uma política educacional em que temas transversais sejam tratados para a construção de uma sociedade igualitária. Investe particularmente na idéia de mudança de padrões comportamentais de crianças e jovens a partir das primeiras séries de ensino.

O II PNPM constitui-se neste eixo como baliza para programas educacionais e por isto sugere a aproximação do Ministério da Cultura e também das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais como forma principal de alcançar seus objetivos.

Outros Planos e Programas são citados neste eixo como coadjuvantes do processo de construção das políticas educacionais. São eles: a) Plano de Desenvolvimento da Educação (2007); b) Programa Brasil Sem Homofobia (2004); c) Política Nacional da Igualdade e Racial (2003); e, d) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos⁷² (2003).

Escolarização e analfabetismo são dados importantes quando se traçam políticas educacionais nos termos da inclusão, do não-sexismo, do não-racismo, da não-homofobia e não-lesbofobia. Quando se analisam os números do analfabetismo no Brasil imbricados com os fatores citados, os números são ainda mais alarmantes.

Tabela 9 – Taxa de Analfabetismo – Brasil, 2006

(Dados em %)			
Cor/Raça	Total	Feminino	Masculino
Branca	06,50	06,65	06,32
Negra (Preta + Parda)	14,58	14,10	15,07
Preta	14,15	14,58	13,70
Parda	14,65	14,01	15,32
Outros*	07,12	07,02	07,24
Total	10,38	10,14	10,65

FONTE: BRASIL, 2008, p. 55.

* Considera as populações autodeclaradas amarelas, indígenas e as de cor/raça não declaradas.

A taxa de analfabetismo tem caído entre as mulheres, principalmente as nordestinas, segundo informa o II PNPM (BRASIL, 2008). Mas, ainda preocupa é que as mulheres são em menor número na educação especial, educação infantil, educação fundamental e no ensino de jovens e adultos.

⁷² Em 2006 foi disponibilizada sua segunda versão.

Tabela 10 – Matrículas segundo sexo – Brasil, 2006

Modalidade de Ensino	Total	Sexo	
		Feminino (em %)	Masculino (em %)
Educação Infantil	7.016.095	48,59	51,41
Ensino Fundamental	33.22.663	48,66	51,34
Ensino Médio	8.906.820	54,06	45,94
Educação Profissional	744.690	50,87	49,13
Educação Especial	375.48	42,39	57,61
Educação de Jovens e Adultos – Presencial	4.861.390	50,30	49,70
Educação de Jovens e Adultos – Semipresencial	754.901	49,38	50,62
Total	55.942.047	49,65	50,35

FONTE: BRASIL, 2008, p. 54.

O desafio deste eixo do II PNPM vai além e adentra o ensino superior no Brasil. A majoritária presença de mulheres em determinadas áreas do conhecimento e profissionais reflete a divisão sexual do trabalho, historicamente atribuindo às mulheres o papel social do cuidado, da educação, ao mundo privado. Com dados bastante antagônicos entre si, os cursos que mais matricularam mulheres e homens no ensino superior, em 2005 foram, respectivamente, Pedagogia (91,3%) e Engenharia (79,7%). Ainda assim, as mulheres foram responsáveis por 55,9% das matrículas no ensino superior daquele ano (BRASIL, 2008).

Romper com a lógica da divisão sexual do trabalho significa oferecer novos rumos para a formação profissional e isto é ofertado por este segundo grande tema do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres a partir de programas educacionais e da reformulação da política educacional nos moldes da inclusão e respeito à diversidade. Significa transformar as sensibilidades e representações sociais acerca das relações de gênero e orientações sexuais a partir de ações com os estudantes em todos os níveis educacionais. É romper a lógica em seu mecanismo de reprodução.

Assim, revisar os currículos escolares bem como os materiais didáticos e paradiáticos com vistas a eliminar as desigualdades e oferecer uma nova visão acerca das diferenças torna-se primordial para os Planos construídos a partir da matriz nacional.

Mais ações são também previstas como: redução do analfabetismo feminino entre negras, indígenas e mulheres acima de 50 anos; ampliar o acesso ao ensino profissional e

tecnológico com equidade de gênero e raça/etnia; formar em temas da equidade de gênero e valorização das diversidades os gestores/as e servidores/as de gestão direta, das sociedades de economia mista e autarquias, além de profissionais da educação e estudantes dos sistemas de ensino público de todos os níveis; contribuir para a redução da violência de gênero; estimular a participação das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas.

São prioridades deste eixo: a) promover a formação inicial e continuada de gestores/as e profissionais da educação e a formação de estudantes da educação básica para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades; b) promover a formação de jovens e adultas para o trabalho; c) estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual além de raça/etnia em todos os níveis de ensino; d) promover medidas educacionais para o enfrentamento da violência contra as mulheres; e) ampliar o acesso e a permanência na educação de grupos de mulheres com baixa escolaridade.

3.2.2.3 Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos

- I. Promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres, em todas as fases do seu ciclo vital, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e a ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde integral em todo o território brasileiro, sem discriminação de qualquer espécie, sendo resguardadas as identidades e especificidades de gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual.

(BRASIL, 2008, p. 80)

Este eixo pretende estimular o debate e criar medidas efetivas que resultem em uma política de saúde pública que possa garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em todas as fases do seu ciclo de vida, buscando compreender os ciclos geracionais e os grupos populacionais.

O Sistema Único de Saúde informa que são as mulheres as maiores usuárias da rede de atendimento (BRASIL, 2008). Desta forma, a política de saúde precisa, não apenas pelo significado numérico de mulheres atendidas mas porque historicamente o padrão de atendimento foi construído desigualmente entre os gêneros, ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no SUS.

A redução da morbidade e mortalidade de mulheres no Brasil e, principalmente por causas evitáveis, deve ser encarada como um desafio para as instâncias de gestão do sistema de saúde.

São as principais causas de mulheres (BRASIL, 2008): a) doenças cardiovasculares; b) acidente vascular cerebral; c) neoplasias (câncer de mama, pulmão e colo do útero); d) doenças do aparelho respiratório; e) doenças do sistema endócrino, nutricionais e metabólicas (como a diabetes); e, f) causas externas.

A saúde sexual e reprodutiva merece destaque por seus inúmeros desdobramentos. Se, por um lado a anatomia feminina comporta cuidados especiais com sua saúde, são mais suscetíveis a doenças sexualmente transmissíveis de transmissão vertical, como a sífilis e o HIV/AIDS. As mulheres negras têm maior incidência de diabetes tipo II, miomas, hipertensão e anemia (BRASIL, 2008).

Números de mortalidade materna ainda são alarmantes no país. Em 2005 foram 74,6 óbitos a cada grupo de 100 mil nascidos vivos. Em países considerados desenvolvidos este índice se encontra entre 6 e 20 mortes por grupos de 100 mil nascidos vivos (BRASIL, 2008). Necessita-se ainda de uma preocupação especial com a qualidade dos atendimentos obstétricos e de acesso à assistência pré-natal, principalmente em regiões do nordeste brasileiro e em áreas rurais.

O planejamento familiar é apontado por este eixo do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Questão de saúde pública que precisa de investimento, bem como a questão do parto, vertiginosamente crescendo no tipo cesariana. Outra questão de especial atenção é a necessidade de deslocamento para o interior, de unidades preparadas e capacitadas para partos mais seguros.

A questão do aborto tem se colocado de forma bastante freqüente nas discussões acerca dos direitos reprodutivos das mulheres, e absorvido pelas instituições públicas. O que chama atenção para o debate vai além da questão do direito reprodutivo e perpassa as consequências que um aborto domiciliar ou em clínicas irregulares pode causar: 50% deles apresentam graves complicações (BRASIL, 2008). É, portanto, uma questão de saúde pública que precisa desvencilhar-se dos preconceitos e das amarras sociais de gênero e aprofundar um debate com profissionais e usuários do SUS.

A organização de uma vigilância epidemiológica pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias Estaduais e Municipais aparece como importante, seja no atendimento materno ou no atendimento e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

A ‘Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher’, lançada em 2004, foi construída por segmentos da sociedade civil e movimentos feministas, tendo a participação importante da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Incorpora a partir de um recorte de gênero os preceitos do Sistema Único de Saúde como a integralidade e promoção da saúde, buscando atrelar os debates recentes sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Aumentar o acesso das mulheres à assistência em saúde e aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, com especial atenção ao combate da violência doméstica e sexual são elementos principais das linhas mestras deste eixo.

Além disto, a atenção em saúde das mulheres indígenas, em situação de prisão, lésbicas, bissexuais, mulheres que fazem sexo com outras mulheres, travestis e transgêneros tem estado no centro dos debates sobre a necessidade de implantação de políticas específicas para estes grupos, dadas suas condições particulares e o histórico preconceito a elas instaurado.

São prioridades: a) promoção à saúde das mulheres no climatério; b) estímulo para a organização da atenção às mulheres com queixas ginecológicas; c) estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar; d) promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada, especialmente entre as mulheres negras e indígenas, incluindo a atenção ao abortamento inseguro, de forma a reduzir a morbimortalidade materna; e) promover a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis; f) redução da morbimortalidade por câncer cérvico-uterino e a mortalidade por câncer de mama; g) promover a implantação de um modelo de atenção à saúde mental das mulheres, considerando as especificidades étnico-raciais; h) estimular a implantação da Atenção Integral à Saúde das Mulheres, por meio do enfrentamento das discriminações e do atendimento às especificidades étnico-raciais, geracionais, regionais, de orientação sexual, e das mulheres com deficiência, do campo e da floresta e em situação de rua; i) fortalecimento da participação e mobilização social em defesa da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher; j) propor alterações de legislação com a finalidade de ampliar a garantia do direito à saúde, contemplando os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

3.2.2.4 *Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres*

- I. Reduzir os índices de violência contra as mulheres por meio da:
 - a) Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com plena efetivação da Lei Maria da Penha.
 - b) Implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.
 - c) Implementação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no que di respeito às ações referentes ao tráfico de mulheres, jovens e meninas.
- (BRASIL, 2008, p. 103)

Existe um traço peculiar que diferencia a violência sofrida por homens e mulheres. Enquanto aqueles são alvos principais em espaços públicos, estas sofrem predominantemente no espaço privado, em suas casas, no interior de suas famílias. Este eixo do II Plano de Políticas para Mulheres baseia-se no conceito de violência contra a mulher extraído da Convenção de Belém do Pará, de 1994, para a qual seja “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (BRASIL, 2008, p. 95).

Pesquisas demonstram que cerca de 20% das mulheres já sofreram algum tipo de violência no lar e que 43% já sofreram agressão (BRASIL, 2008).

O tráfico de pessoas aparece apontado no eixo de combate a violência como questão de especial atenção, dada a escassez de recursos e organização atuais para seu combate. Uma política de combate a violência de gênero precisa pensar também como criar mecanismos de controle e precaução do tráfico de mulheres e meninas. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2005 apud BRASIL, 2008) o número de pessoas traficadas gira em torno de 2,4 milhões. Cálculos afirmam que 43% delas são exploradas sexualmente e destas vítimas, 85% são mulheres (BRASIL, 2008).

O II PNPM também chama atenção à violência chamada institucional, nas instituições públicas prisionais, em especial no sistema prisional feminino. Insalubridade, espaços não adequados, uso excessivo de drogas e medicamentos psicoativos e a falta de atendimento médico, ginecológico, de pré-natal e de vigilância sanitária são apenas alguns exemplos que atingem os 6% da população carcerária do país, representado por 26 mil mulheres encarceradas (BRASIL, 2008). As 8.890 que cumprem suas medidas judiciais em regime

fechado estão distribuídas em 55 unidades exclusivamente femininas de um universo de 1.097 unidades prisionais (BRASIL, 2008).

Um passo importante para o combate à violência contra a mulher é a sistematização de dados e a criação de serviços e programas como a ‘Central de Atendimento à Mulher’ – ‘Ligue 180’, em 2005. É também uma medida importante do eixo de combate à violência o incentivo aos Estados e Municípios criarem novos métodos de captação de dados e de serviços de informação às vítimas.

A ‘Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres’ é resultado das deliberações já da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. O II PNPM herda o conceito utilizado na primeira I Conferência e amplia o debate acerca do tema e, conseqüentemente, o conceito e os tipos de violência, buscando aumentar a rede de proteção e as medidas de identificação de agressores. Esta ampliação visa também garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional.

As ações propostas pelo II PNPM tem como idéia principal poder proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento ao mesmo tempo em que trabalha em outra frente de combate à violência, buscando desconstruir estereótipos e representações de gênero, além dos mitos e preconceitos socialmente aceitos em relação à violência contra a mulher. É um desafio, pois busca promover uma mudança de base cultural.

As políticas sociais multisetoriais propostas seguem, portanto, uma linha que propõe desconstruir desigualdades e combater as discriminações de gênero; que interfiram nos padrões sociais de machismo; e, garantam o acesso à Justiça e assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência, além do atendimento especializado.

O combate à violência, assim, é proposto em linhas que atuam paralelamente mas com os mesmos objetivos. A implantação da Lei Maria da Penha ainda é um desafio, tendo em vista resistência de organismos públicos e da constante tentativa de destituição de sua legitimidade.

Constituem a rede de atendimento à mulher em situação de violência uma série de aparelhos e equipamentos sociais especializados, como as Casas Abrigo, os Centros de Referência, os Centros de Reabilitação e Educação do Agressor, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher, além das Defensorias da Mulher. Esta rede precisa estar integrada e articulada em torno dos serviços, criando uma Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência.

Tabela 11 – Serviços da Rede de Atendimento à Mulher, por tipo – Brasil, 2008

Serviço Especializado	Existentes
Centros de Referência	112
Casas Abrigo	66
Delegacia Especializadas no Atendimento à Mulher	404
Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	21
Varas adaptadas	32
Defensorias da Mulher	15
Total	650

FONTE: BRASIL, 2008, p. 99

O Observatório de Monitoramento e Aplicação da Lei Maria da Penha, criado em 2007, busca monitorar a aplicação da referida Lei junto aos Poderes Executivo e Judiciário e também à Rede de Atendimento à Mulher.

Outros programas importantes na área são: Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2007), o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Doméstica contra as Mulheres (2007), além dos tratados e convenções internacionais citados na subseção 3.1 deste TCC.

O que o eixo promove, substancialmente, é o debate público e a importância da intervenção do Estado na questão da violência de gênero. Intervenção esta que deve estar para além do atendimento de agressões, mas para a prevenção e transformação da mentalidade machista ainda presente na sociedade brasileira.

São prioridades deste eixo: ampliação e aperfeiçoamento da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência; b) Garantia de implementação da Lei Maria da Penha; c) promoção de ações de prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres; d) promoção da atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado e/ou específico; e) garantir o enfrentamento da violência contra as mulheres, e do tráfico e exploração sexual; f) promover os direitos humanos das mulheres encarceradas.

3.2.2.5 Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

- II. Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão.
(BRASIL, 2008, p. 121)

No cenário internacional o Brasil é considerado com desempenho intermediário relativo à presença de mulheres em seu Parlamento. Em 2007 encontrava-se na 99ª posição do ranking da *Inter-Parliamentary Union*, organização que realiza acompanhamento das instituições públicas (BRASIL, 2008).

A participação política das mulheres é uma questão primordial, conforme demonstrado no II Plano de Políticas para as Mulheres. A II Conferência registrou neste eixo que apenas aumentando consideravelmente a participação de mulheres nos espaços de decisão e poder poderá realizar-se verdadeira transformação das instituições e das próprias estruturas de poder androcêntricas e machistas. Participação política é compreendida aqui, composta por diversas formas de atuação: organizações da sociedade civil, partidos políticos, atuação em cargos e mandatos eletivos na estrutura do Estado em suas diversas instâncias e Poderes.

A pouca participação das mulheres no poder é ainda agravada pela somatória de preconceitos que passam a impedir ainda mais o acesso à representação política, como as questões de raça/etnia, deficiências, orientação sexual e, classe social.

Recordamos que apenas em 1994 tivemos a primeira eleita a um Governo de Estado. Foram precisos sessenta e dois anos entre conquista do voto pelas mulheres no Brasil e a eleição da primeira Governadora⁷³.

⁷³ Em 1932 as mulheres passaram a ter direito ao voto direto. Em 1986 foram eleitas as primeiras Deputadas Federais, em 1990 a primeira Senadora e em 1994 a primeira Governadora de Estado.

Tabela 12 – Distribuição, por sexo, de cargos ocupados e instâncias de poder – Brasil, 2008.

Poderes	Cargo	Mulheres		Homens		Total
		nº	%	nº	%	nº
Legislativo	Deputado(a) Federal	46	8,90	467	91,1	513
	Senador(a)	10	12,30	71	87,7	81
	Deputado(a) Estadual/Distrital	123	11,60	936	88,4	1.059
	Vereador(a)	6.556	12,60	45.252	87,4	51.808
Executivo	Presidente da República	-	-	01	100,0	01
	Governador(a)	03	11,10	24	88,9	27
	Prefeito(a)	418	7,50	5.141	92,5	5.559
	Ministro(a) do STF	02	18,20	09	81,8	11
	Ministro(a) do STJ	05	12,12	25	87,88	33
Judiciário	Ministro(a) do TST	04	15,40	22	84,6	26
	Ministro(a) do TSE	-	-	07	100,0	07
	Ministro(a) do STM	01	6,70	14	93,3	15

FONTE: BRASIL, 2008, p. 116.

O II PNPM reconhece a importância de movimentos sociais que agregam força política e participação das mulheres. Exemplos são os movimentos de negras, lésbicas, indígenas, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, associações de mães, ambientalista, de direitos humanos, LGBT, de pessoas deficientes, idosas, crianças e adolescentes, etc. As alianças que vão sendo construídas por esses segmentos tendem a fortalecer o movimento em torno das questões das mulheres. A participação e o incentivo a estes movimentos tem surgido como forma de estimular a ampliação da participação das mulheres nos partidos políticos e nos Parlamentos federal, estadual e municipal e nas suas instâncias de poder e decisão, aproximando as demandas comuns entre si.

Mas o próprio II PNPM reconhece que ainda há muito a caminhar para ampliar a participação das mulheres em cargos de decisão nos três Poderes Constituídos, ainda mais quando se realiza um recorte de raça/etnia.

Uma das saídas propostas seria promover uma mudança cultural que tenha como vistas novos valores e atitudes com relação à autonomia das mulheres no meio político. A questão da participação política de indígenas e negras é um fator principal que deve ser revisto a cada formulação de políticas públicas.

A exemplo da atuação do CNDM, vinculado ao Ministério da Justiça, realiza-se um esforço em apoiar a criação de outros conselhos nos Estados e Municípios, já que o Conselho, por sua natureza pode realizar o acompanhamento e fiscalização das políticas públicas relativas às questões da mulher. A atuação de Conselhos e seus membros incentiva e estimula cidadãs a pleitear o usufruto do controle social das políticas públicas.

São prioridades deste eixo: a) sensibilizar a sociedade através da implementação de estratégias para ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; b) criar mecanismos de apoio à participação político-partidária das mulheres; c) fortalecer a participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação; d) criar, revisar e implementar instrumentos normativos com vistas à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

3.2.2.6 Desenvolvimento sustentável no meio rural, cidade e floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar

- I. Promover a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas ambientais e de segurança alimentar, favorecendo o desenvolvimento sustentável.
(BRASIL, 2008, p. 135)

O II Plano de Políticas para Mulheres afirma no conteúdo deste eixo que a ampliação da justiça social é fruto de um desenvolvimento sustentável atrelado a igualdade de gênero. As questões da universalização da terra e da água e da segurança alimentar somam-se às de gênero e raça/etnia.

As perspectivas expressas no texto do II PNPM acordam com as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil e que encontram no movimento feminista a possibilidade de implementação de suas diretrizes.

As referências principais que norteiam este eixo encontram-se nos resultados da Rio 92, como a Carta da Terra e a Agenda 21 Global. Trata-se de assegurar direitos das mulheres (brancas, negras, indígenas, lésbicas, deficientes, crianças, jovens, velhas, etc.) e promover a participação das mesmas nos espaços econômicos, políticos, civis, culturais.

Parte destas intenções, construídas pelos movimentos feminista e ambientalista, a Agenda 21 Brasileira tornou-se Programa do Plano Plurianual 2004-2007, com propostas resultantes dos debates regionais, estabelecendo caminhos para a construção de um sistema sustentável e com base nos princípios de equidade de gênero e respeito às diversidades. Trata-se de estimular a participação das mulheres em todas as instâncias de formulação e implementação de políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável, promovendo em todo o processo a capacitação de gestores/as e profissionais da área ambiental nas temáticas de gênero, raça/etnia.

O chamado protagonismo das mulheres da cidade, do campo e da floresta deve estimular o crescimento da participação das mulheres na produção para o autoconsumo e comercialização de alimentos saudáveis segundo os princípios da segurança alimentar.

O acesso à terra e água são direitos fundamentais de todas, portanto o desenvolvimento de políticas de autonomia e protagonismo na gestão de recursos naturais propicia o debate em relação a questões de gênero, raça/etnia e diversidades sócio-culturais, oportunizando visibilidades às ações desenvolvidas por mulheres.

São prioridades deste eixo: a) promover e valorizar a participação das mulheres em instâncias colegiadas de implementação de políticas ambientais com base territorial, bem como do SISNAMA e do SINGREH; b) promover a inclusão produtiva de mulheres representantes de populações e comunidades tradicionais; c) promover a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais das mulheres associados à biodiversidade; d) promover a participação de mulheres nos programas e ações que tratem dos temas de mudanças climáticas, assentamentos rurais e licenciamento; e) promover e fortalecer atividades econômicas desenvolvidas por mulheres vinculadas à segurança alimentar.

3.2.2.7 Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais.

- I. Promover o direito das mulheres à vida com qualidade na cidade, no meio rural e nas comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades e garantindo o acesso a bens, equipamentos e serviços públicos.
- II. Promover os direitos das mulheres no acesso à terra, à reforma agrária e ao desenvolvimento rural sustentável, com atenção especial aos territórios contemplados no programa “Territórios da Cidadania”.

(BRASIL, 2008, p. 148)

Historicamente a questão da terra no Brasil constitui-se um problema desde a colonização. Dos primeiros colonizadores, passando pelas medidas de povoação do interior às recentes lutas e violações de direitos humanos das disputas por terras, apenas há pouco tempo o país conseguiu exprimir uma intenção de regularização fundiária. A valorização dos latifúndios, por séculos, ainda hoje marginaliza o pequeno produtor e as propriedades familiares.

As mulheres rurais representavam em 2006 mais de 15 milhões de pessoas, cerca de 47,8% de toda a população rural no país (BRASIL, 2008). O processo de formação social e econômico brasileiro afeta diretamente estas mulheres no que diz respeito ao acesso a bens e equipamentos sociais, saúde, assistência social, educação, do pleno gozo de sua cidadania. A dependência feminina na área rural foi naturalizada por anos pela falta de atenção do Estado à sua situação. A falta de remuneração na agricultura familiar e a divisão sexual do trabalho são apenas um exemplo de sua situação.

Hodiernamente não basta apenas a regulação estatal sobre a questão fundiária, baseada muitas vezes apenas em termos de regularização e não de distribuição igualitária e acesso à terra. As novas políticas sociais na área precisam atentar para as questões que definem a situação da mulher no campo. O II Programa Nacional de Reforma Agrária já adota referenciais específicos desde 2003, mas é preciso que os Estados e Municípios alimentem os dados regionais e possam apoiar na correção de distorções históricas no meio rural.

As famílias de área rural chefiadas por mulheres passaram aos poucos a possuírem preferência na ‘Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária’. Assim, passou-se a pensar não apenas no acesso destas famílias à terra, mas na sua permanência.

Esta aproximação das políticas governamentais com a realidade das mulheres rurais tem por objetivo promover o acesso das mulheres à moradia digna, construída em local apropriado, saudável e seguro e o acesso igualitário das mulheres à terra, por meio da inscrição, cadastro e titulação de assentamentos da reforma agrária, bem como orientação jurídica e capacitação sobre os direitos das mulheres assentadas.

Mas o eixo não trata apenas da questão rural mas também do usufruto da propriedade nas cidades. O Estatuto das Cidades busca garantir o direito à moradia, já expresso na Constituição Federal de 1988. A função social da moradia passou a ser expresso a partir de programas habitacionais nas periferias dos grandes centros urbanos. As políticas urbanas que investem em respeito às diferenças de gênero e promovem a inclusão social resultam em diminuição das desigualdades entre homens e mulheres.

São prioridades deste eixo: a) ampliação do acesso à terra nas áreas urbanas e à moradia com infraestrutura social adequada; b) ampliação do conhecimento sobre as normas referentes ao direito de acesso à terra para as mulheres nos assentamentos de reforma agrária; c) ampliação e qualificação do acesso à assessoria técnica sócio-ambiental, ao crédito especial à agro-industrialização para assentadas da reforma agrária; d) promoção do acesso igualitário das mulheres ao Programa Crédito Fundiário.

3.2.2.8 Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias

- I. Contribuir para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, raça/etnia, orientação sexual e geração.
- II. Promover a visibilidade da contribuição cultural das mulheres na sociedade brasileira, por meio da divulgação de suas diferentes formas de expressão.
- III. Promover o acesso das mulheres aos meios de produção culturais e de conteúdo para todos os veículos de comunicação e mídia.
- IV. Contribuir para a elaboração de marco regulatório para o sistema de comunicação brasileiro que iniba a difusão de conteúdos discriminatórios relacionados a gênero, raça/etnia, orientação sexual, e para a implantação de órgão executor desta finalidade.
- V. Garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais na área e contribuir para a revisão da legislação brasileira sobre a matéria.

(BRASIL, 2008, p. 161)

Não é mister que a comunicação se apresenta como um dos principais aspectos da vida humana. Toda a atividade que ousar relacionar mais de um indivíduo compreenderá obrigatoriamente processos de relações interpessoais que por sua vez, compreenderão a comunicação, e mesmo quando executadas individualmente, certas atividades também explicitarão determinados níveis de comunicação, seja com materiais informativos ou ferramentas técnicas que dêem a base necessária para sua realização.

Valores e crenças a respeito da relação entre homens e mulheres são cotidianamente reforçados por todo um sistema midiático, na maioria das vezes assimilado inconscientemente. O contexto cultural em que os comportamentos preconceituosos são legitimados variam historicamente, porém tendem a manter aspectos da dominação de um grupo sobre outros, como é o caso do machismo e do racismo.

A cultura, como expresso neste grande tema do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres busca apreender a realidade em uma dimensão que inclua os valores sociais, as crenças de grupos de brasileiros, identidades, traços de organização social, etc.

A mídia na sociedade capitalista contemporânea assumiu papel fundamental na socialização dos saberes e na difusão da cultura. Por isto a importância de incentivar comportamentos e atitudes que não reproduzam conteúdos discriminatórios e que valorizem as mulheres em toda a sua diversidade, nos veículos de comunicação.

Surgiram novas formas de exclusão, como a digital e a de acesso à informação. A primeira, que diz respeito ao acesso a informática e Internet, afeta principalmente grupos sociais já marcados pela violência de raça/etnia.

Tabela 13 – Exclusão Digital – Brasil, 2006

Chefia dos domicílios	Sem acesso a microcomputador	Sem acesso a Internet	Sem acesso a telefone celular
(Dados em %)			
Branços	69%	76%	30%
Negros	88%	92%	44%

FONTE: BRASIL, 2008, p. 156.

O valor simbólico das informações emitidas pelos meios de comunicação deve ser compreendido como formador de culturas de exclusão ou respeito à dignidade das mulheres, além do respeito à diversidade. Valorizar as iniciativas e a produção cultural das mulheres e sobre as mulheres é uma forma de garantir que as mídias tornem-se cada vez mais igualitárias e comprometidas com a desconstrução de estereótipos e discriminações que perpassam processos de comunicação com a cultura e suas expressões na sociedade brasileira.

A Política Nacional de Cultura, de 2005, busca a igualdade de oportunidades e também a valorização da diversidade étnica, cultural, de gênero e sexual. Objetiva também ampliar o controle social sobre a veiculação de conteúdos discriminatórios na mídia em geral.

Uma das questões principais deste eixo do II PNPM está em torno do debate das representações e imagens das mulheres na mídia. Para além de seus significados, a preocupação está em fazer da comunicação um sistema de veiculação de conteúdos não discriminatórios, baseados nos pressupostos e princípios deste Plano.

Apenas com o intenso debate entre sociedade civil e Estado, a respeito da representação midiática da mulher na mídia, possibilitar-se-á construir uma sociedade mais

igualitária. Este debate deve caminhar para um marco que regule o Sistema de Comunicação Brasileiro, buscando combater veementemente as discriminações de gênero, raça/etnia e orientação sexual.

São prioridades deste eixo: a) o estímulo e garantia que os programas de fomento à produção e difusão cultural valorizem a expressão das mulheres; b) estímulo à produção e a difusão de conteúdos não-discriminatórios e não-estereotipados das mulheres; c) construção de mecanismos de monitoramento e controle social dos conteúdos veiculados nos espaços de mídia e comunicação.

3.2.2.9 Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia

- I. Instituir políticas, programas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia e assegurar a incorporação da perspectiva de raça/etnia e orientação sexual nas políticas públicas direcionadas às mulheres.

(BRASIL, 2008, p. 174)

A sociedade brasileira ainda é marcada por expressões concretas que mostram a dimensão ideológica do racismo, do sexismo e da lesbofobia. O II Plano de Políticas para Mulheres aponta que em 2006 a população brasileira era representada por mais de 92 milhões de negros(as), e 519 mil indígenas (BRASIL, 2008). A sobreposição da exclusão tende a tornar a questão de gênero ainda mais sofrida pela ótica da dupla discriminação: mulheres negras, mulheres indígenas e mulheres lésbicas são expostas a mecanismos de exclusão e que reforçam um ciclo de desigualdades, refletidos no aumento do índice de violência e nas condições de vida dessas mulheres.

Desta forma este eixo busca evidenciar a necessidade de constante crítica à forma como a sociedade compreende e se relaciona com fatores como raça/etnia, orientação sexual e o próprio gênero. Propõe, portanto, a partir da ampliação dos conhecimentos sobre racismo, sexismo e lesbofobia, superar as dimensões de desigualdade neles baseadas e, principalmente, garantir o acesso equitativo às diferentes políticas públicas.

As Secretarias Especiais criadas desde 2003, em âmbito federal, de Políticas para as Mulheres; de Promoção da Igualdade Racial; e, de Direitos Humanos, buscam atrelar as dimensões de raça/etnia, gênero e orientação sexual de forma transversal nas políticas

publicas. Estas orientações são expressas ao longo do II PNPM e compõem diversas estratégias com parcerias de diversos níveis do Estado e suas Instituições, além de movimentos organizados da sociedade civil.

Somam-se ainda à estas preocupações condições como a classe social, moradia, espaço urbano e áreas marginais, geração, deficiências. Portanto o conceito de interseccionalidade é oferecido neste eixo como fundamental para compreensão das questões e para, a partir de sua reflexão, a possível elaboração de estratégias e formas de ação de combate às discriminações e violências decorrentes da complexidade de relações que encerram.

O II PNPM expressa que a violação de direitos humanos dá-se nas ações concretas do racismo, da lesbofobia e do sexismo. Seus efeitos tornam possível que as desigualdades sejam acirradas e coexistam com a idéia de privilégios para grupos sociais que representem características consideradas superiores.

Abre, também, uma discussão imprescindível para erradicação do preconceito racial. O chamado racismo institucional sistêmico é um modelo teórico que permite analisar a apropriação do Estado por brancos. Opera não a partir de mecanismos de violência física mas de controle do funcionamento da cotidianidade das instituições e afetando diretamente a distribuição de serviços, benefícios e oportunidades de forma diferenciada a grupos raciais distintos. Sua operacionalidade afeta a implementação de políticas públicas, gerando e reforçando discriminações e exclusões.

A base dos privilégios oferecidos a uma sociedade sexista, racista e lesbofóbica começa a partir da identificação de traços considerados ideais: homens, brancos, heterossexuais, residentes de áreas nobres em cidades e partícipes do âmbito de poder econômico e, aliás, sem qualquer traço de deficiência. Apenas três linhas de descrição foram suficientes para excluir milhões de brasileiras.

O Estado é apontado neste eixo como o intermediador e, nele, o espaço onde os debates devem qualificar-se para o combate e redução do impacto de tais violências e discriminações. Este debate deve traduzir-se, entretanto, em políticas públicas voltadas para a inclusão de todos os grupos sociais e em especial àqueles que apresentam histórico de exclusões.

Sugere-se que as políticas públicas em todos os níveis do Estado apresentem particularidades que possam tratar de forma específica das interrelações de gênero com raça/etnia, sexismo e lesbofobia. São apontados no II PNPM aspectos importantes destas políticas a definição de prioridades dentro das políticas sociais; metas traçadas diferentemente

para estes grupos; o tamanho e dimensão das ações realizadas, bem como suas estratégias de realização; orçamentos específicos e que contemplem as reais necessidades dos grupos atendidos; e, participação na construção das políticas, bem como nas etapas de implantação, monitoramento e avaliação das propostas.

Desta forma, enfrentar a problemática do racismo, do sexismo e da lesbofobia indica atuar em frentes distintas, mas indissociáveis. Numa perspectiva ideológica isto implica impor ao racista, ao sexista e ao lesbofóbico que suas ações caracterizam-se como crimes contra direitos humanos. Torna-se necessário atuar junto ao Judiciário e ao Executivo mas, principalmente, com o Legislativo para pressionar a ampliação de direitos e a efetividade dos já enunciados, além de atuar na perspectiva de distribuição do poder político para os grupos excluídos em questão.

Em uma perspectiva operacional, significa considerar demandas e propor ações efetivas de combate ao racismo, sexismo e lesbofobia através de políticas públicas que visem a equidade de direitos. Torna-se necessária a avaliação das próprias instituições públicas em busca de alteração de padrões de comportamentos e mecanismos discriminatórios.

O II PNPM sugere, inclusive, a criação de indicadores e desenvolvimento de ações afirmativas para ampliação da participação de negras, lésbicas, indígenas e mulheres na gestão e execução de políticas públicas. Sugere também, capacitar gestores em todas as áreas públicas, além de reforçar as medidas punitivas para ações discriminatórias em razão de gênero, raça/etnia e orientação sexual.

São prioridades deste eixo: a) trabalhar na formulação e implementação de programas e ações afirmativas de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia nas instituições públicas governamentais ; b) fortalecer as políticas de enfrentamento da discriminação contra as mulheres negras, indígenas e lésbicas vítimas de discriminações, além de outras formas de intolerância e discriminação; c) apoiar a capacitação de lideranças do movimento de mulheres e na promoção de políticas e ações de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e ações afirmativas.

3.2.2.10 Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas

- I. Assegurar a incorporação da perspectiva geracional nas políticas públicas direcionadas às mulheres.
 - II. Garantir o protagonismo das mulheres e idosas na elaboração, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas e nos programas desenvolvidos no âmbito do PNPM.
 - III. Promover a autonomia das mulheres jovens e idosas, considerando as suas especificidades e diversidades.
- (BRASIL, 2008, p. 182)

Outra forma de violência contra a mulher é aquela impetrada pelas características geracionais. O processo de envelhecimento da população brasileira demanda do Estado uma nova percepção do que é necessário em políticas públicas. A população idosa, bem como a jovem ou infantil, apresenta características bastante particulares e, portanto, necessidades diferenciadas.

Questões como saúde, inclusão social e trabalho afetam distintamente cada grupo geracional de mulheres: as com mais de sessenta anos e que por décadas não foram inseridas no mercado de trabalho formal chegam à senescência descobertas de proteção social em situação de vulnerabilidade. Assim, torna-se necessário, neste exemplo, a proteção do Estado em garantir a igualdade de direitos e oportunidades no acesso, permanência e promoção das mulheres já em sua juventude, no mercado de trabalho. Aplica-se com mais rigor esta necessidade como apresentado no eixo anterior, em relação às mulheres negras e indígenas.

A questão geracional é transversal como as questões de raça/etnia e orientação sexual e, neste eixo do II Plano de Políticas para Mulheres busca também reduzir os índices de violência contra as mulheres em todas as etapas geracionais.

Políticas públicas que tornem a permanência no ensino formal em maior quantidade de tempo, profissionalização e decorrente diminuição do analfabetismo de mulheres incidem diretamente no futuro das mesmas mulheres em sua velhice. Ampliar a permanência das jovens na educação formal, evitando a evasão escolar, em especial para as negras, trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas, lésbicas, deficientes e jovens em conflito com a lei, aliado ao fortalecimento de ações de prevenção e assistência integral à saúde da mulher jovem e adolescente contribuem para uma velhice saudável e mais segura.

Outra perspectiva importante ressaltada pelo II PNPM neste grande tema é o incentivo e ações que visam fortalecer a crescente inclusão de mulheres na proteção previdenciária, buscando universalizar a cobertura do sistema. Das 19 milhões de pessoas com mais de sessenta anos no Brasil, 56% são mulheres (BRASIL, 2008). Considerando que cada vez mais domicílios são chefiados por mulheres, o fortalecimento de sua inclusão no sistema previdenciário apresenta-se como de grande importância.

Questões de discriminações também são chamadas à atenção, principalmente em relação a mulheres jovens negras: o tráfico de pessoas, o número crescente de infectadas pelo HIV/AIDS, e o mercado de trabalho que vai se caracterizando pela precariedade onde, na faixa de até 30 anos, cerca de 70% delas encontra-se em ocupações caracterizadas como informais (BRASIL, 2008).

Quanto às discriminações ainda são grandes em relação a questão da mulher idosa e suas capacidades, perpassadas por estereótipos que cerceiam sua cidadania, agravadas ainda mais pelas questões de raça/etnia. Assim, entender o trânsito da vida da mulher desde a infância à velhice merece destaque para criação de oportunidades em educação, qualificação profissional e ampliação da cidadania, além de acesso ao mercado de trabalho formal e aos equipamentos sociais de lazer e cultura. A garantia de direitos deve ser encabeçada pelo Estado a partir de políticas públicas e também a oferta de serviços sociais focados nas necessidades de cada etapa geracional.

São prioridades deste eixo: assegurar a implementação de ações de enfrentamento às desigualdades contra as jovens e idosas nas instituições públicas; b) apoiar a implementação dos Estatutos do Idoso e da Criança e Adolescente.

3.2.2.11 Gestão e monitoramento do Plano

- I. Implementar o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, de forma eficiente, eficaz e efetiva, com transparência das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, estaduais e municipais.
(BRASIL, 2008, p. 192)

O II Plano Nacional de Políticas para Mulheres é fruto dos debates realizados em torno de novas questões demandadas pela realidade brasileira, as novas configurações das relações

sociais e econômicas em constantes transformações. Mas é também fruto do trabalho de monitoramento realizado pelas instituições responsáveis e pela sociedade civil. A gestão e monitoramento atua diretamente na concretude das ações propostas pelo do II PNPM.

A implementação do II PNPM parte do pressuposto de uma gestão compartilhada e transversal das políticas sociais em todos os níveis da administração pública, em um processo cíclico de ampliação do conhecimento sobre a situação as mulheres na sociedade brasileira e da efetividade/demanda de políticas públicas de gênero e suas interrelações com raça/etnia, orientação sexual, deficiência, etc.

O trabalho da gestão transversal caracteriza-se não apenas por sua multidisciplinaridade, mas também por suas complementaridades: em cada órgão governamental, instituição pública, a partir das experiências de cada movimento social.

Desta forma o II PNPM apenas faz sentido se implementado junto a todos os setores do Estado. As demandas e potencialidades das mulheres expressos em todos os eixos estão contidas em todo o processo de elaboração do Plano e, por conseguinte, estarão contidas nas políticas públicas propostas.

O Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, criado já em 2005 com o lançamento do I PNPM tem papel fundamental de avaliar e acompanhar a implementação das ações e políticas propostas, além de garantir o cumprimento das prioridades e diretrizes expressas.

Este Comitê é composto por representantes de todos os órgãos governamentais envolvidos com a elaboração do Plano; agentes da sociedade civil por intermédio de representação no Conselho Nacional de Direitos da Mulher; e, representantes da área nos Estados e Municípios. A criação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PNPM, também datado de 2005, visa estimular o controle social da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como o processo contínuo de sua revisão e implementação.

Outro fator relevante na gestão e monitoramento do II Plano está a articulação entre suas ações e o Plano Plurianual. Desta forma garante-se obtenção de orçamento e recursos específicos, evitando os clássicos problemas de execução de políticas sociais devido restrição financeira.

São prioridades da gestão e monitoramento da II Plano Nacional de Políticas para Mulheres: a) capacitar e qualificar os agentes públicos nas questões de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geração e direitos humanos; b) sistematicamente produzir, organizar e disseminar os dados, estudos e pesquisas das temáticas de gênero, raça/etnia, violência contra

as mulheres, orientação sexual, geração e direitos humanos; c) garantir a ampliação da institucionalização das políticas de gênero nos poderes executivos federal, estaduais e municipais; d) monitorar e avaliar o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

4 À GUIA DE CONCLUSÃO

A vida só é possível reinventada.

Cecília Meireles

Ao chegarmos a este ponto, desejamos colher os frutos desta empreitada de questionamentos que com tanto desvelo devotamo-nos nestes quase cinco meses à observação, participação, investigação, às conversas com representantes da CMPPMuher, às visitas à SEMAS, e às inúmeras horas de leituras.

Em nosso processo de aproximação com o objeto da pesquisa fomos nos instrumentalizando com as ferramentas teóricas que encontrávamos para ajustar os focos de nossas lentes. “São caixinhas de ferramentas. Se as pessoas querem [...] servirem dessa frase, daquela idéia, de uma análise como de uma chave de fenda ou uma torquês, para provocar um curto-circuito, desacreditar os sistemas de poder [...] pois tanto melhor” (FOUCAULT *apud* SAMPAIO, 2006, p. 20). Era fundamental arquitetar um sólido plano para iniciar nosso percurso nesta pesquisa, e passamos a realizar este propósito a partir da identificação com a teoria de gênero e os discursos feministas.

Foi preciso, portanto, conhecer as mulheres como sujeito histórico. Entender de onde, como e por que falamos tanto em sua submissão. Para além disto, compreender em que termos foram construídos historicamente as relações que hoje justificam a presença de políticas sociais que atendam a demandas tão particulares e devidamente circunscritas.

Confirmadas as teses compartilhadas por feministas e por nós resgatadas como escudo teórico, o aprendizado das masculinidades e feminilidades já inicia no espaço primeiro da socialização, a família. Escola, igreja, trabalho e grupos sociais apenas tratam de reforçar os limites entre o ‘certo’ e o ‘errado’, entre homens e mulheres, constituindo um mundo dualizado, um mundo ‘masculino’ e um mundo ‘feminino’.

Estes papéis a que somos forçados ao costume estendem-se por todos os âmbitos da vida, e por todas as gerações. Desta forma, existem os padrões certos de ‘ser mulher’ criança, do ‘ser mulher’ adolescente, do ‘ser mulher’ adulta, e do ‘ser mulher’ velha (que diriam as doces vovozinhas que sustentam os contos infantis).

Em um mundo rotulado e hierarquizado em termos de gênero, as desigualdades passam a refletir-se na polarização entre os que são socialmente aceitos e os socialmente discriminados. As mulheres passaram séculos lutando por espaços que eram destinados aos

homens e continuam, ainda hoje, a dar-se conta de que a conquista do público não as libertou dos grilhões machistas, imperiosos de ‘poder’ e, quando inocentemente parecemos respirar aliviados, surge estampada na capa dos noticiários: mais uma mulher morta, mais um crime ‘por amor’.

A posse do corpo feminino, que já retirou a vida de inúmeras mulheres, é também a posse do poder de designar os trabalhos para as mulheres. A divisão sexual do trabalho reflete, como buscamos compreender em nossa pesquisa, toda uma rede de saberes constituídos acerca do sujeito mulher e de suas ‘utilidades’. Se, no despertar da Revolução Industrial elas eram boas opções para compor as esteiras da produção acelerada por serem ‘dóceis’, as reestruturações produtivas baniram apenas a forma de chamar as mulheres. Hoje, elas continuam, ou executando os ‘trabalhos de mulheres’ ou, esforçando-se extenuadamente para provarem suas capacidades técnicas para ocuparem os cargos dos homens.

Já não bastassem todas as conseqüências historicamente acumuladas por este sistema de gênero baseado na diferenciação e (des)qualificação em uns e outros, somaram-se outras, como o racismo, que no Brasil perdura travestido de relações sociais amigáveis com os que ‘passando de branco, preto é!”, conforme conhecido jargão popular.

Os preconceitos baseados em raça/etnia, quando somados às diferenciações de gênero exponenciam-se e debilitam ferozmente a cidadania das mulheres que constituem também o vasto e diversificado tecido social de Florianópolis.

As ferramentas que utilizamos para subsidiar a análise de nosso objeto foram constituindo-se, assim, primordiais para o próprio percurso dialético proposto em nossa pesquisa. Permitiram nossa intenção de caminhar no sentido da totalidade, buscando passar do ‘real-aparente’ ao ‘real-concreto’, apreendendo as mulheres como sujeitos principais nestas relações iníquas, ao mesmo tempo em que era possível identificar seus algozes. Assim, o edifício sócio-jurídico das relações sociais começou a desnudar sua própria face, ao passo em que avançávamos na análise destas relações, suas contradições, seu percurso histórico e transformações.

A partir destas lucubrações, permitimo-nos avançar também em um sentido histórico, nos avanços legais e políticos que passaram a tematizar a mulher no cenário internacional. As Convenções da Organização das Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho e da Organização dos Estados Americanos destacam-se no leque do nosso levantamento legal. Proporcionaram, aos poucos, que o debate sobre as mulheres passasse ao institucional (deixando de ser apenas querelas domésticas, das feministas chatas), tendo assumido um caráter oficial: os Estados devem assumir as particularidades que incidem sobre as mulheres a

partir de políticas sociais que atendam suas demandas e respondam aos atentados contra seus direitos de forma incisiva.

O Brasil passou de expectador e embarcou neste movimento, tendo inclusive, sediado um dos principais eventos internacionais da área, a Convenção de Belém do Pará. Mas, em terras tupiniquins, há muito em que se avançar. A existência de legislações que passaram a assegurar os direitos das mulheres como direitos humanos no país colocaram definitivamente na agenda social e política brasileiras as mulheres como atores principais deste contexto. O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é a perseguição de um sonho. Representa a constituição de uma sociedade livre das diferenciações baseadas no gênero, e das suas múltiplas apresentações e sobreposições.

Porém, são muitas as variáveis e demais os sujeitos que precisam estar envolvidos na construção desta sociedade mais justa. São sujeitos sociais, políticos e institucionais que precisam olhar os mesmos horizontes, partilhar os mesmos objetivos. Para tanto, os Planos Municipais de Políticas para as Mulheres são instrumentos especiais que proporcionam, em uma primeira análise, a aproximação dos debates às particularidades regionais e necessidades de cada grupo social encontrado nos milhares de municípios brasileiros.

Acerca das questões encontradas em Florianópolis, uma aproximação um pouco menos comprometida já indicaria alguns caminhos. A presença de bolsões de pobreza, o custo de vida elevado e a presença em grande escala de serviços públicos passam a demarcar alguns territórios que permanecem à vista, como a ponta de um *iceberg*. Mas queríamos mais. Precisávamos saber o que estava escondido abaixo do que é possível enxergar às claras. O contato com o número de mulheres atendidas na 6ª Delegacia da Capital, especializada no atendimento às mulheres, mostrou que aqui também encontramos violência doméstica. Os casos que foram à mídia pela tamanha violência que custaram a vida de mulheres jovens nos primeiros meses deste ano, em Florianópolis, indicavam que as relações aqui também se estabelecem com critérios de hierarquização e de posse.

Da violência à participação política, as mulheres catarinenses padecem da sabotagem política de sucessivos governos que tornaram o Estado o único a não ter assinado o Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e também um dos únicos a não ter iniciado o processo de construção de um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. Não entendemos esta situação como causa ou consequência, mas como um momento histórico que repercute padrões de sociabilidade em que as mulheres foram ora protagonistas, ora apenas sujeitos da submissão. A própria escassez de referencial a respeito dos movimentos feministas e de mulheres em Florianópolis, conforme indicamos em nossa primeira seção, parece indicar que

por aqui os movimentos não foram muito além, como os que encontramos no âmbito nacional.

Mesmo que tenham, aqui, se vinculado ao movimento partidário, como era o caso do movimento do PMDM-Mulher, a representação política de hoje, das mulheres, é a mesma em anos, ou seja, praticamente nula. O Sul conta com apenas 7,4% de participação de mulheres em Secretarias Municipais das capitais brasileiras. Florianópolis aparece no Relatório Anual 2009/2010 do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (BRASIL, 2010a) com nenhuma mulher na direção de Secretarias Municipais. A eleição de mulheres aos cargos decisórios aos mais variados níveis de governo precisa de especial atenção, e envolve questões para além do exercício do voto: “Entre as variáveis políticas podemos citar o acesso das mulheres a recursos [...], a percepção da sociedade sobre a participação das mulheres na política, assim como a permeabilidade dos partidos políticos e do próprio governo às mulheres e às suas demandas” (BRASIL, 2010a, p. 35).

Desta forma, uma política social de âmbito municipal pode ser o início de uma mudança particular e especial no agenciamento do poder político. Torna-se imprescindível a posse do poder político para as mulheres de todas as classes, raças/etnias e orientações sexuais para assumirem o leme de condução da própria história e alterarem o quadro político citado por nós. A transformação deste quadro proporcionaria, então, possibilidades reais de acesso à condução de políticas de emprego e renda, de saúde, de mobilidade, de saneamento básico, entre tantas outras, que pontuamos na revisão dos eixos elencados no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O Plano Municipal de Políticas para as Mulheres espelha, por sua vez, os pressupostos do âmbito nacional. E é em relação à sua análise (do PMPM) que queremos responder aos questionamentos que nos motivaram ao acompanhamento de seu processo de construção.

Uma das perguntas que fizemos no início do nosso TCC foi **como se dá o processo de construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres no município de Florianópolis**. Em relação a esta pergunta conseguimos observar e entender os processos e suas conduções no interior da estrutura administrativa da Prefeitura de Florianópolis. O trabalho iniciado em 2009 encontra-se adiante dos trabalhos Estaduais, e parece-nos romper com uma lógica inerte em que até então o que se tinha conquistado era o suficiente.

A articulação entre a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres e o Conselho Municipal da Mulher surge como um fator importante para que as ações realizadas no município suplantem a inatividade política encontrada até os meados da década de 1990 e a angústia pela derrocada dos movimentos feministas e de mulheres das décadas de 70 e 80.

Pontuamos que a possibilidade de que o eixo de ‘Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres’ tivesse suas discussões juntas dos outros eixos, por ocasião do I Seminário de Políticas para as Mulheres, promovido pela CMPPMulher, seria a possibilidade de alargar os debates democráticos a respeito da violência no município de Florianópolis.

Este tema que tornou-se, então, o Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher passou de forma relativamente despercebida da participação popular em seu debate e construção. Ponto positivo para o fato de Florianópolis ter largado à frente do Estado de Santa Catarina (mesmo já atrasados), mas poderia conter as sugestões das mulheres florianopolitanas, de forma mais profunda. Se, tratado nos parâmetros metodológicos do I Seminário de Políticas para as Mulheres, poderia ter contribuído de forma considerável com as demandas da população e dos movimentos sociais presentes, trabalhado separadamente, como um novo Grupo de Trabalho, ou ao lado do GT que trabalhou os eixos de ‘Educação Inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica’ e ‘Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia’, dadas as sobreposições que ambos os três eixos contém.

A ausência de prioridades e ações que versem sobre a violência contra as mulheres trabalhadoras sexuais (contidas no II PNPM, mas suprimidas no Plano Municipal) preocupam-nos por dois motivos: não tendo contemplado no interior de outros eixos ou prioridades ações específicas; e, por não existirem motivos explícitos para que fossem alheadas.

O debate realizado apenas no interior da Câmara Técnica da CMPPMulher exclui, definitivamente, a possibilidade da participação de sujeitos sociais como os movimentos de atuação específicas, citados por nós na primeira seção deste TCC, por exemplo.

Em relação à nossa segunda pergunta de pesquisa, **qual a efetividade e os limites de atuação do PMPM**, compreendemos que esta resposta depende diretamente da questão de sua implantação. Parece-nos claro que caminha para ser concretizado nos primeiros meses do segundo semestre de 2010. Após elencar todas as prioridades e ações de cada um dos nove eixos que o compõem, a Câmara Técnica necessitará ampliar o escopo de sua atuação e alocar todas as previsões em orçamentos e órgãos responsáveis pela sua execução.

A questão das verbas passa por um detalhe bastante delicado, pois os recursos advindos do Governo Federal através de editais de projetos sociais, necessita da co-participação do Estado de Santa Catarina que, como pontuamos, caminha a passos vagarosos. É necessário que os recursos estejam também vinculados ao Plano Plurianual Municipal, tendo em vista a continuidade e segurança da execução dos projetos, programas e ações previstos.

A própria efetividade do PMPM precisará contar também com estruturas próprias de avaliação e monitoramento. Sugerimos que este ponto seja, ao lado dos eixos, temática principal da III Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, com previsão para o ano de 2011. Apenas com um sólido e bem estruturado sistema de acompanhamento das ações do PMPM será garantida sua efetividade conquanto política social pública, quer seja por estar lidando com as demandas enunciadas pelas próprias mulheres do município, quer seja pela utilização de recursos públicos em sua execução. O COMDIM deve fortalecer-se como agente fundamental do controle social a ser exercido nas avaliações e no monitoramento do PMPM.

O fato da questão do monitoramento e avaliação do Plano Municipal não ter participação popular maior como os eixos trabalhados nos GT's, também nos preocupa. O controle social só será efetivo se a população puder participar de todas as fases do estabelecimento das políticas sociais.

A garantia da presença da transversalidade do conceito de gênero nas políticas públicas municipais estará colocada na berlinda caso os agentes responsáveis pelas avaliações e pelo monitoramento falhem ou estejam comprometidas com outros pressupostos se não os de compromisso público e de ações qualificadas que caminhem na direção do fortalecimento do *status* de cidadania das mulheres florianopolitanas. Apontamos como espaços a serem observados a ausência, no texto do PMPM de 'Monitoramento e avaliação do Plano' de ações e como o estabelecimento de uma metodologia de acompanhamento para o PMPM. compreendemos que está nesta metodologia a chave para a efetividade das ações propostas, bem como seria o espaço privilegiado para a captação, organização e disseminação dos dados, estudos e pesquisas relacionadas sobre as questões que afetam as mulheres em Florianópolis.

A respeito de nosso questionamento sobre **quais os parâmetros de participação utilizados no processo de organização da sociedade civil, movimentos sociais e Poder Público** em torno da construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, temos bastante a considerar.

Primeiramente pontuar que dada a extensão dos eixos e do conteúdo dos mesmos tornou-se impraticável realizar uma análise mais aprofundada dos resultados da Câmara Técnica da CMPPMulher sobre o material do I Seminário de Políticas para as Mulheres. Tal análise poderia ser realizada um a um com cada eixo e poderia compor diversos TCC's. Desta forma, elegemos pontuar sobre alguns eixos em particular, tendo como parâmetro para esta escolha os dados que surgiam de forma mais escarpada, destacando-se dos demais seja pelo seu conteúdo ou pela grande modificação sofrida entre os relatórios dos GT's e a aferição da Câmara Técnica.

Assim, por exemplo, os eixos ‘Educação Inclusiva, não-sexista, não-racista e não lesbofóbica’ e ‘Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia’, que integraram os debates do GT 2 sofreram poucas alterações da Câmara Técnica, sendo que a proposta final constituiu-se particularmente de adaptação do texto e reorganização das ações e prioridades (equivalentes às nacionais), não comprometendo o resultado final proposto pelos integrantes do GT 2.

Também, os trabalhos realizados pelo GT 3, a respeito do eixo ‘Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos’ seguiram quase a totalidade das prioridades nacionais e tiveram, como os resultados do GT 2, poucas alterações em seu texto, cabendo mais à questões de adaptação do texto, sem alterar sua essência.

Em relação aos resultados do GT 1, sobre os eixos ‘Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social’, ‘Direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais’ e ‘Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas’, temos questões pontuais a serem realizadas.

Este pesquisador participou da coordenação do GT 2 e, as orientações recebidas, e que deveriam ser repassadas aos participantes, eram de que fossem traçadas ações sobre as prioridades dos equivalentes eixos, encontradas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O resultado, entretanto, do GT 1, indicou que todas as prioridades foram alteradas ou, de alguma forma, não conhecidas dos participantes, o que nos leva a levantar a possibilidade de falha na coordenação dos trabalhos neste grupo. Em participação na reunião da Câmara Técnica em 25 de março deste ano, este pesquisador foi informado pela participante representante do COMDIM que era possível construir-se outras prioridades, distintas daquelas do II PNPM.

Assim, ao não partir das prioridades nacionais, os participantes do GT 1 deixaram de lado questões como: empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio, fortemente ressaltados pelo primeiro eixo do II PNPM; promoção da oferta de equipamentos sociais que contribuam para a ampliação do tempo livre das mulheres; e, a valorização do trabalho doméstico.

Elencaram provavelmente, a nosso ver, questões que tocam de forma particular a realidade das participantes presentes, como por exemplo a ampliação do quadro de horários e vagas das creches municipais. Claro que estas questões bastante atreladas à realidade local são de fundamental importância, mas poderiam estar atreladas às prioridades nacionais, tendo em

vista que o próprio II PNPM sugere que as suas ações sejam replicadas nos municípios, de acordo com suas características e demandas próprias.

Os participantes do GT 1 dispuseram como prioridade a promoção de políticas de previdência social inclusivas para as mulheres, item que consta no Plano Nacional, mas ignoraram o fato de que o sistema previdenciário é de responsabilidade da gestão do Ministério da Previdência Social, e não dos Estados e Municípios. Falhas como esta demonstram que a coordenação do GT deixou passar despercebidas algumas questões, faltando preparo e condições de rearranjar as situações.

Ainda assim, mesmo sofrendo diversas adaptações por parte da Câmara Técnica, podemos dizer as demandas que surgiram no desenvolver dos trabalhos do primeiro Grupo de Trabalho foram contempladas no texto final que comporá o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

O quarto GT tratou dos temas ‘Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão’ e ‘Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não-discriminatórias’ e mudou as prioridades, em relação ao II PNPM, apenas do primeiro eixo tratado, coincidentemente (ou não), o eixo posteriormente teve mais alterações da Câmara Técnica.

Em relação às políticas de incentivo à participação política das mulheres, o GT 4 deixou de citar as prioridades nacionais, como a criação de mecanismos de apoio à participação político-partidária das mulheres, relacionando-a ao município. Em seus trabalhos, a Câmara Técnica transformou as prioridades elencadas pelos participantes do I Seminário de Políticas para Mulheres em ações e retornou às prioridades para equivalentes do II PNPM.

O Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis deveria, sob nossa perspectiva, valorizar em termos de prioridades e ações o eixo de participação política, tendo em vista a escassa participação de mulheres, como já citamos aqui mesmo, nesta última seção.

Muito embora os GT’s 1 e 4 tenham caminhado em uma direção quase distinta da apontada no âmbito nacional, podemos dizer que ilustram as características particulares da região sul do país e de Florianópolis, em especial.

Neste sentido, as atividades realizadas no I Seminário de Políticas Públicas para as mulheres são significativas e caminham no sentido da horizontalização das relações de poder e decisão, e puderam aproximar as mulheres, principais interessadas, das estratégias de enfrentamento dos problemas que as atingem cotidianamente.

Os movimentos sociais, ao serem chamados à participação contribuem de forma primordial com o controle social que deve ser exercido em todas as etapas de formulação, implantação e avaliação do PMPM.

Assim, nestas primeiras aproximações com o objeto de estudo, podemos dizer que os parâmetros de participação e organizativos do processo de construção do Plano Municipal de Políticas para as mulheres vão de encontro com a necessidade de implantação de políticas transparentes e de base democráticas, respondendo a anseios das mulheres de Florianópolis. Mas, apenas poderemos dizer se realmente seus objetivos são efetivos a partir da apreensão mais aprofundada da realidade institucional erguida a partir do início da implementação do PMPM.

Preparando a finalização destas considerações que não se encerram por aqui, mas sugerem novos pontos de questionamentos a partir dos nossos levantamentos, fazemos jus ao trabalho executado pelas assistentes sociais da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres. Sabemos que seus trabalhos caracterizam-se por planejamento e mobilização social, caracterizando-se em grande parte por processos político-organizativos da sociedade civil.

Pensar processos político-organizativos da sociedade civil em Serviço Social significa assumir a própria condição de classe da profissão, ao lado classes subalternizadas. Classes estas excluídas econômica, social, política e culturalmente, além de outras exclusões como as de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, de todos os tipos e de variadas ordens. Este processo de exclusão e subalternidade diz respeito diretamente ao caráter desigual que a concentração de renda e o aprofundamento das desigualdades sociais implementam no bojo das políticas sem política (NOGUEIRA, 2001), do neoliberalismo fetichista das privatizações e do suposto fortalecimento da sociedade civil.

Frente a este quadro, a formação acadêmico-profissional dos assistentes sociais flui para uma prática em que a mobilização social e o incentivo à participação democrática somam esforços para a construção de um novo quadro social, junto às populações organizadas ou não. Por isto, o destaque das ações das assistentes sociais da CMPPMulher no processo de construção do PMPM.

Os desafios começam a ser vencidos na medida em que são enfrentados. Se o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres representa a continuidade de uma luta que ainda tem muito por conquistar, o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, de Florianópolis, representa a resistência ao que não convém, ao que distancia da cidadania, ao que, efetivamente, não respeita os direitos humanos das mulheres desta cidade. E, para alterar a

configuração atual em que encontram-se, consideramos que o PMPM, nos moldes a que ser propõe de atuação, configure-se um instrumento importantíssimo de radicalização da política e da participação social, bem como da distribuição do poder e gradual conscientização a respeito do que é das mulheres.

A luta continua e os desafios serão cada vez maiores, mas como diz uma conhecida mulher capixaba, brasileira e poetisa, Elisa Lucinda: “sei que não dá para mudar o começo, mas se a gente quiser, vai dar para mudar o final!”. Estaremos acompanhando e torcendo para o sucesso dos trabalhos da Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres e do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventude e Sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. **Debates de Gênero: a transversalidade do conceito**. Fortaleza: UFC, 2005.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Articulando a luta feminista nas Políticas Públicas**. Desafios para a ação do movimento na implementação das políticas. Brasília: AMB, 2009.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 49, p. 87-98, set./dez. 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **A política social no capitalismo contemporâneo: um balanço crítico-bibliográfico**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008. [Biblioteca básica de Serviço Social, v. 2]

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização e da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em 11 de junho de 2010.

_____. **Lei nº 4.377 de 13 de setembro de 2002**. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm>. Acesso em 18 de junho de 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. CARVALHO, Gláucia; QUARESMA, Regina (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2004a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004b.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004c.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos.** BARROS, Hebert Borges; AMBROS, Simone (org.). 2. ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004d.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.** Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/NOB_versao_final.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2010.

_____. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 31 de maio de 2010.

_____. Ministério da Justiça. **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.** Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/documentos/cartilha_trafico_pessoas.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.** 2ª Reimpressão. Brasília: SPM, 2008.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.** 1ª reimpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero 2009/2010.** 1ª reimpressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010a.

_____. **Anteprojeto de Lei.** Altera a Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965, a Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995, e a Lei nº 9.054 de 30 de setembro de 1997, para ampliar a participação política das mulheres. Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://200.130.7.5/spmu/docs/Anteprojeto%20de%20Lei%20-%20Reforma%20Eleitoral.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 2.598 de 04 de agosto de 1987.** Cria o Conselho da Condição Feminina “CMCF” e dá outras providências. Florianópolis, 1987. Disponível em: <www.cmf.sc.gov.br>. Acesso em 11 de junho de 2010.

_____. **Lei nº 7.625 de 13 de maio de 2008.** Cria a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dá outras providências. Florianópolis, 2008a. Disponível em: <www.cmf.sc.gov.br>. Acesso em 11 de junho de 2010.

_____. **Lei nº 7.682 de 04 de agosto de 2008.** Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) e dá outras providências. Florianópolis, 2008b. Disponível em: <www.cmf.sc.gov.br>. Acesso em 11 de junho de 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda política social. In: KALoustian, S. M. (org). **Família brasileira a base de tudo.** 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2000. p. 93-108.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 11ª Região. **Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania.** Curitiba: Gráfica Capital, 2003. [Edição Especial].

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Florianópolis – SC.** Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. Que controle social na Saúde? In: _____. **Desafios para o controle social:** subsídios para a capacitação de conselheiros de saúde. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 47-78.

CORTEZ, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise de dados qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia,** Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando.** Uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Roxo, 1987.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE; FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE

DADOS – SEADE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED 2009**. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em 18 de março de 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do Projeto de Pesquisa. In: MINAYO, M. C. (org.) **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31-50.

DIAS, Neusa Freire. **O Movimento de Mulheres em Santa Catarina**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <neusa-dias@uol.com.br> em 11 de junho de 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da violência. In: Conferência no **IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social e Política Social**, Brasília, 07 dez. 1998. p. 01 a 16.

FARIA, Naslu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SUF, 1997.

FELIPE, Sônia T. Violência e representação (quando a arma é o pênis): um estudo do caso do filme “Acusados”. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 109-122, 1997.

FONSECA, Tania Mara Galli. **Gênero, Subjetividade e Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. A formulação do Problema. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995. p. 52-95.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

_____. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD 2001**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 de março de 2010.

_____. **Pesquisa Mensal de Emprego – PME 2010.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 de março de 2010.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, Classe e Etnia.** Trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Ed. da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis, **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, p. 463-487, mai./ago. 2008.

MARTINS, Clítia Helena Backx. **Mulher e política:** as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina. 1987. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil.** Relatório final do Projeto *Governabilidad Democrática de Género em America Latina y el Caribe*. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

MOTTA, Flávia de Mattos. Gênero, sexualidade e educação. In: SARTORI, Ari José; BRITTO, Neli Suzana (orgs.). **Gênero na educação:** espaço para a diversidade. Florianópolis: Genus, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização do mundo do trabalho:** entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução. Um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Em defesa da política.** São Paulo: ed. SENAC SP, 2001.

O GLOBO. Familiares de mulher assassinada por vizinho em Florianópolis protestam em frente de delegacia, **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de maio de 2009, edição *on line*. Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br>>. Acesso em 18 de março de 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque: Assembléia Geral das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em 31 de maio de 2010.

_____. **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. Nova Iorque: Assembléia Geral das Nações Unidas, 1979. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru_inter_cedaw.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

_____. **Declaração de Viena e Plano e Programa de Ação**. Viena: Assembléia Geral das Nações Unidas, 1993. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/conf_viena.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

_____. **Relatório da Conferência Internacional sobre população e desenvolvimento**. Cairo: Assembléia Geral das Nações Unidas, 1994. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru_inter_cairo.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

_____. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim: Assembléia Geral das Nações Unidas, 1995. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru_inter_pequim.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

_____. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque: Assembléia Geral das Nações Unidas, 2000. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/declar_milenio.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

_____. **Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Durban: Assembléia Geral das Nações Unidas, 2001. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/conf_durban.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**: Relatório do Desenvolvimento Humano – 2009. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**. Belém do Pará: Assembléia Geral da OEA, 1994. Disponível em:

<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/docsfund/instru_inter_belem_para.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

_____. **Convenção 156 e Recomendação 165.** Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, 1983. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/crise/conv_oit_156.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento.** Convenções 100 e 111. Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, 2007. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/crise/con_oit_100_111.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2010.

ORTIGA, Mariana; VARGAS, Diogo. Morte e pânico no shopping: manicure é assassinada dentro de um salão de beleza no Iguatemi pelo ex-marido inconformado com separação, **A Notícia**, Joinville, 10 de novembro de 2008, edição *on line*. Disponível em: <www.clicrbs.com.br/anoticia>. Acesso em 18 de março de 2010.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. **Metodologia da Pesquisa.** Abordagem teórico-prática. 14. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. A política social no contexto da seguridade social e do *Welfare State*: a particularidade da assistência social, **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 56, ano XIX, mar. 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Portal do Município.** Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br>>. Acesso em 11 de junho de 2010.

_____. Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres. **Plano Municipal pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.** Florianópolis: 2009. [*No prelo*]

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Gênero e Diversidade na Escola:** formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Vol. 1. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

_____. **Com todas as mulheres, por todos os seus direitos.** Brasília: SPM, 2010.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Diogo. Suspeito de matar jovem em Florianópolis teria ameaçado a vítima algumas horas antes do crime, **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20 de abril de 2010, edição *on line*. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense>>. Acesso em 06 de maio de 2010.

_____. Mulher é morta a facadas pelo ex-marido em Florianópolis, **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25 de abril de 2010, edição *on line*. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense>>. Acesso em 06 de maio de 2010.

YANNOULAS, Silvia Crisina. **Dossiê:** Políticas Públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: CFMEA; FIG/CIDA, 2002.

ZUCCO, Maise Caroline. Os grupos de mulheres e os feminismos em Florianópolis: a importância atribuída às grandes capitais brasileiras. In: FAZENDO GÊNERO 8, 2008, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História, UFSC.

ANEXOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PRESIDÊNCIA

LEI Nº 7625/2008, DE 13 DE MAIO DE 2008.

Procedência: Poder Executivo

Natureza: Projeto de Lei nº 12336/2007

DOE nº 18359 de 13.05.2008

Fonte: CMF/Gerência de Documentação e Reprografia

CRIA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Florianópolis faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Coordenadoria da Mulher, órgão que ficará vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. A Coordenadoria da Mulher é vinculada ao Gabinete do Prefeito, podendo ser subsidiada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) quanto à estrutura administrativa, ao espaço físico, aos equipamentos e ao quadro de pessoal, disponibilizando um assistente social e um assistente administrativo.

Art. 2º A Coordenadoria prevista no art. 1º desta Lei, que tem como finalidade assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à mulher, compete:

I – dar assessoramento às ações políticas relativas à condição de vida da mulher e ao combate aos mecanismos de subordinação e exclusão que sustentam a sociedade discriminatória, visando buscar a promoção da cidadania feminina e da igualdade entre os gêneros;

II – prestar apoio e assistência ao diálogo e à discussão com a sociedade e os movimentos sociais no Município, constituindo fóruns municipais para articulação de ações e recursos em políticas de gênero e, ainda, participar de fóruns, encontros, reuniões, seminários e outros que abordem questões relativas à mulher;

III – efetuar assessoramento ou assistência à reestruturação ou a alteração estrutural do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM);

IV – dar assessoramento a diferentes órgãos do governo e articular programas dirigidos à mulher em assuntos do seu interesse que envolvam saúde, segurança, emprego, salário, moradia, educação, agricultura, raça, etnia, comunicação, participação política e outros;

V – prestar assistência aos programas de capacitação, formação e de conscientização da comunidade, especialmente do funcionalismo municipal;

VI – prestar assessoramento ao Prefeito do município de Florianópolis em questões que digam respeito aos direitos da mulher;

VII – acompanhar o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher e orientar o encaminhamento de denúncias relativas à discriminação da mulher;

VIII – promover a realização de estudos, de pesquisas, formando um banco de dados ou de debates sobre a situação da mulher e sobre as políticas públicas do gênero;

IX – efetuar intercâmbio com instituições públicas, privadas, estaduais, nacionais e estrangeiras envolvidas com o assunto mulher, visando à busca de informações para qualificar as políticas públicas a serem implantadas;

X – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser designadas pela autoridade superior;

XI – constituir-se em um banco de dados, através de um sistema informatizado, contendo dados estatísticos, relatórios de pesquisas, gráficos com dados relativos à realidade da mulher florianopolitana, programas e projetos que contemplem a equidade de gênero e/ou aqueles desenvolvidos com mulheres visando ao empoderamento, a ser disponibilizado para consultas;

XII – constituir-se em um centro de documentação e informações, disponibilizando bibliografia e documentários com caráter educativo sobre as temáticas que envolvam as relações de gêneros, violência de gênero e outros;

XIII - assessorar na elaboração de projetos de pesquisa para subsidiar estudos e definir prioridades em relação às demandas e necessidades básicas das mulheres de Florianópolis;

XIV – disponibilizar uma lista de instituições de fomento governamentais e não-governamentais, em âmbito nacional e internacional para serem contatadas, mediante envio de projetos na perspectiva de gênero visando solicitação de financiamento;

XV – articular na perspectiva de redes, ONGs, movimentos sociais, fóruns de mulheres, subsídios para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, visando a elaboração e execução de políticas públicas que contemplem a equidade de gênero;

XVI – com base em dados de pesquisa, a partir das demandas postas por mulheres, principalmente as excluídas dos direitos mínimos, definir prioridades em relação a políticas específicas, referentemente à raça/etnia, a diferentes orientações e expressões sexuais, geracional, às artesãs, às pescadoras, às maricultoras e às agricultoras, para as mulheres que habitam em Florianópolis;

XVII – assessorar na elaboração de projetos que possam ser executados por segmentos governamentais e não-governamentais que proponham medidas para garantir a igualdade entre os sexos, capacitem as mulheres para participar do mercado de trabalho e acabem com a discriminação;

XVIII – criar uma articulação com grupos de mulheres e/ou lideranças de bairro para estabelecer um elo de ligação entre a realidade das mulheres, sujeitos do cotidiano, e as propostas técnico-acadêmicas;

XIX – trabalhar incansavelmente na mudança do paradigma patriarcal e machista que perpassa as estruturas das instituições e a mentalidade de dirigentes, questionando as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres do município de Florianópolis, promovendo cursos, oficinas, work-shops que levem em conta a equidade de gênero e políticas que contemplem as especificidades relevantes do inciso XVI.

Art. 3º Fica criado o cargo de provimento em comissão de Coordenadora Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, Padrão “DASU 1”, com lotação no Gabinete do Prefeito, que passa a fazer parte integrante do anexo único da Lei n. [5.043](#), de 30 de novembro de 1996.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, em 05 de maio de 2008.

Dário Elias Berger
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PRESIDÊNCIA

LEI Nº 7682/2008, DE 04 DE AGOSTO DE 2008.

Procedência: Poder Executivo

Natureza: Projeto de Lei nº 12493/2007

DOE nº 18416 de 04.08.2008

Fonte: CMF/Gerência de Documentação e Reprografia

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (COMDIM) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Florianópolis, por seus representantes, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, fiscalizador e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, com a finalidade de promover, em âmbito municipal, políticas públicas que contemplem a equidade de gênero e visem eliminar o preconceito e a discriminação, inclusive na prevenção e erradicação da violência contra a mulher, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), com autonomia administrativa e financeira.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), compete:

I - participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de equidade;

II - propor estratégias de monitoramento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo de diretrizes das políticas de equidade, desenvolvidas em âmbito municipal;

III - apoiar a Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social na articulação com outros órgãos da administração pública municipal, estadual e federal;

IV - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação das mulheres, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas que visem a eliminação de todas as formas de preconceito, discriminação e violência, inclusive em âmbito doméstico, familiar, comunitário e a praticada ou permitida pelo

Município, por meio de seus agentes;

V - receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências cabíveis;

VI - promover e participar da organização das conferências municipais de políticas públicas para as mulheres;

VII - propor o desenvolvimento de programas e projetos de capacitação em gênero no âmbito da administração pública;

VIII – articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, não representados no COMDIM, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher;

IX - articular-se com os movimentos de mulheres e outros conselhos de direitos e/ou setoriais para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social; e

X - propor campanhas de prevenção primária, secundária e terciária à violência contra a mulher.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I Da Composição

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) será composto por dezesseis membros e respectivas suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - oito mulheres representantes de entidades governamentais do Município e oito suplentes, da seguinte forma:

- a) três da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social e três suplentes;
- b) uma da Secretaria Municipal de Saúde e uma suplente;
- c) uma da Secretaria Municipal de Educação e uma suplente;
- d) uma da Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão e uma suplente;
- e) uma da Secretaria Municipal da Habitação e uma suplente; e
- f) uma da Fundação Franklin Cascaes e uma suplente.

II - oito mulheres integrantes efetivas e oito suplentes, representantes da sociedade civil organizada, quais sejam:

- a) uma da associação de mulheres de etnias e raças e uma suplente;
- b) uma de associações profissionais e uma suplente;
- c) uma do fórum de mulheres e uma suplente;
- d) uma de mulheres trabalhadoras e uma suplente;
- e) uma de mulheres lésbicas e bissexuais e uma suplente;
- f) uma da associação de moradores e uma suplente;
- g) uma de movimentos sociais e uma suplente; e
- h) uma de núcleos de estudo de gênero das universidades e uma suplente.

§ 1º As entidades da sociedade civil devem estar legalmente organizadas em instituições, ONGs, associações legalmente constituídas, sediadas em Florianópolis e que

sejam voltadas para a defesa dos direitos e interesses da mulher.

§ 2º Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, dois anos através de:

- a) um instrumento de comunicação e informação de circulação nacional;
- b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e
- c) documento de órgãos públicos que atestem sua existência.

§ 3º A designação das conselheiras de que trata o inciso I deste artigo será feita pelo Secretário da pasta e a nomeação pelo Prefeito Municipal de Florianópolis.

§ 4º A designação das conselheiras de que trata o inciso II deste artigo deverá considerar nomes de mulheres de comprovada atuação na defesa dos direitos da mulher que, uma vez indicadas pela entidade ou associação inscrita e eleitas na forma da convocação editalícia, através de fórum próprio, serão nomeadas pelo Prefeito Municipal de Florianópolis.

§ 5º Caberá à Comissão Especial da Condição Feminina, criada através do Decreto n. 4.683, de 12 de fevereiro de 2007:

I - convocar o fórum através de chamamento público, a ser realizado no órgão oficial do Município e em diário de grande circulação municipal, para a escolha dos representantes da sociedade civil, enumeradas no inciso II do presente artigo, que cumprirão o primeiro mandato do COMDIM;

II - submeter ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de até sessenta dias, a contar da publicação desta Lei, os nomes dos membros do Conselho a que se refere o inciso II do presente artigo.

§ 6º A partir da constituição da Diretoria do COMDIM, a convocação do fórum de que trata o inciso I do § 5º deste artigo para a eleição dos seus representantes para os mandatos posteriores à criação da presente Lei será efetuada pela respectiva presidenta que, por sua vez, deverá submeter ao Chefe do Poder Executivo os nomes dos membros do Conselho para nomeação em forma de decreto.

§ 7º Manifestada a necessidade, a Conselheira poderá se fazer acompanhar de um(a) assessor(a) técnica nas reuniões do COMDIM.

§ 8º Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMDIM, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos se da pauta constar temas de sua área de atuação.

§ 9º As funções dos membros do COMDIM não serão remuneradas, mas consideradas como de serviço público relevante, excetuando-se o cargo de Secretária Executiva e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou participação em diligências.

Art. 5º As conselheiras e respectivas suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 6º Os membros referidos no inciso II e respectivos itens, do art. 4º desta Lei perderão o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

- I - por falecimento;
- II - por renúncia;
- III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do Conselho ou cinco alternadas;
- IV - pela prática de ato incompatível com o da função de Conselheira, por decisão da

maioria dos membros do COMDIM; e

V - por requerimento da entidade da sociedade civil representada.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designada nova Conselheira para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 4º, I e II, da presente Lei.

SEÇÃO II Da Organização

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) compor-se-á dos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral;
- II - Mesa Diretora; e
- III - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembléia Geral é o órgão máximo do COMDIM e é soberana em suas decisões.

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), eleita pela maioria absoluta dos votos da assembléia geral para mandato de um ano, permitida uma recondução, é composta pelos seguintes cargos:

- I - Presidenta, a quem cabe a representação do COMDIM;
- II - Vice-presidenta;
- III - 1ª Secretária; e
- IV - 2ª Secretária;

§ 3º O COMDIM poderá instituir comissões temáticas e grupos de trabalho de caráter temporário e/ou permanente destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destas comissões ou destes grupos, representantes de órgãos ou entidades públicos e privados e de outros poderes.

§ 4º A Secretaria Executiva, órgão de apoio técnico-administrativo do COMDIM, composta de, no mínimo, uma técnica e uma assistente administrativa dentre as servidoras públicas do município, especialmente convocadas para o assessoramento permanente ou temporário do COMDIM, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A estruturação, a competência e o funcionamento do COMDIM serão fixados em regimento interno, homologado por decreto do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º Os recursos advindos para a implantação de políticas públicas em favor de projetos, programas e ações em questões de gênero e equidade, deverão ser vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 10. A participação nas atividades do COMDIM, das comissões temáticas e dos grupos de trabalho será considerada função relevante e não será remunerada.

Parágrafo único. Será expedido pelo COMDIM aos interessados, quando requerido,

certificado de participação nas atividades a que se refere o *caput* do presente artigo.

Art. 11. O regimento interno do COMDIM deverá ser submetido à decisão da Assembléia que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o após à aprovação do Chefe do Poder Executivo.

Art. 12. O apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do COMDIM, dos grupos temáticos e das comissões serão prestados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

Art. 13. O regimento interno do COMDIM complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do colegiado, devendo ser homologado por decreto do Poder Executivo.

Art. 14. O Poder Executivo providenciará a instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) no prazo de até sessenta dias da publicação desta Lei.

Art.15. Fica revogada a Lei n. [2.598](#), de 16 de junho de 1987.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 22 de julho de 2008.

Dário Elias Berger
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PRESIDÊNCIA

LEI Nº 2598/87

*** Lei revogada pela Lei nº 7682/2008 (DOE nº 18416 de 04/08/2008)**

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONDIÇÃO FEMININA "CMCF" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal da Condição Feminina CMCF - com o objetivo de promover ações capazes de eliminar a discriminação da mulher e assegurar-lhe participação efetiva nas atividades políticas, e econômicas e culturais.

Art. 2º - O Conselho é vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal de Florianópolis, dispondo de autonomia administrativa e financeira.

Art. 3º - São atribuições do CMCF:

- I - desenvolver programas e projetos no âmbito da Administração Municipal, no sentido de eliminar a discriminação da mulher e incentivar sua participação política, econômica, social e cultural;
- II - elaborar estudos e pesquisas relativas aos problemas inerentes à condição feminina;
- III - propor medidas visando a eliminação de todas as formas de discriminação identificadas;
- IV - fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher.
- V - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias relativas à discriminação da mulher, exigindo providências efetivas;
- VI - promover inter-relacionamento com os grupos do movimento de mulheres;
- VII - firmar convênio com entidades públicas e privadas, com objetivo de implementar programas do Conselho.

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO E DO PESSOAL

Art. 4º - Para o cumprimento de suas finalidades o CMCF compõe-se dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Deliberativo;

- II - Diretoria;
- III - Assessor Técnica.

Art. 5º - O Conselho Deliberativo do CMCF será composto por 11 (onze) representantes e 04 (quatro) suplentes, dos quais 05 (cinco) representantes e 02 (dois) suplentes serão provenientes da Administração Municipal, e 06 (seis) representantes e 02 (dois) suplentes serão indicados por grupo de mulheres, designados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

- § 1º - A Presidenta do Conselho deliberativo do CMCF será designada pelo Prefeito Municipal de Florianópolis.
- § 2º - O primeiro mandato do Conselho Deliberativo será provisório e terá a duração do atual mandato do Chefe do Poder Executivo.
- § 3º - Os demais mandatos do Conselho Deliberativo terão a duração igual ao tempo fixado para o mandato do Chefe do Poder Executivo Municipal.
- § 4º - As funções das integrantes do Conselho Deliberativo do CMCF serão considerados como serviço público relevante, impedida e remuneração.

Art. 6º - A Diretoria será composta pelos seguintes membros:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - 1ª Secretária;
- IV - 2º Secretária;
- V - Tesouraria.

Parágrafo Único - As funções de Diretoria não fazem jus à remuneração.

Art. 7º - Junto à Diretoria funcionária uma Assessoria para execução das atividades do órgão, composta de:

- I - Consultoria Jurídica;
- II - Secretária Executiva;
- III - Assistente.

Art. 8º - O Chefe do Poder Executivo colocará à disposição da Diretoria do CMCF, com todas as vantagens e direitos do cargo, os servidores municipais da administração direta ou indireta, necessários ao atendimento das atribuições do referido órgão e, em especial, para a execução das atividades a serem desempenhadas pela Assessoria, prevista no artigo anterior.

Art. 9º - O Orçamento Municipal consignará, anualmente, dotação própria específica para o Conselho.

Parágrafo Único - As despesas para execução da presente Lei, no corrente exercício, correrão por conta das dotações do Gabinete do Prefeito.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES

Art. 10 - O mandato do Conselho Deliberativo coincidirá com o do Prefeito, admitida a recondução.

Art. 11 - No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação da presente Lei, o CMCF elaborará seu Regimento Interno.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DOE – 19.06.87

Paço Municipal, em Florianópolis, aos 16 de Junho de 1987.

EDISON ANDRINO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



Diário Oficial do Município

De Florianópolis

Edição Nº174

11 de fevereiro de 2010

Florianópolis/SC

Sumário

Secretarias:

Secretaria Municipal de Governo _____ 1,2
Secretaria Municipal de Administração e Previdência _____ 2

DECRETO N.º 7894, de 10 de fevereiro de 2010.

NOMEAR MEMBROS PARA COMPORER A CÂMARA TÉCNICA MUNICIPAL, PARA ELABORAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES. O PREFEITO MUNICIPAL DE

FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso III, do art. 74 da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, RESOLVE: Art. 1º Nomear como membros da Câmara Técnica Municipal, para elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, conforme segue. § 1º Representantes Governamentais: I - Secretaria Municipal de Segurança e Defesa do Cidadão a) Cláudia Pacheco Girardi II - Secretaria Municipal dos Transportes, Mobilidades e Terminais: a) Dayse Marques III - Secretaria Municipal de Saúde: a) Janaína Conceição Deitos IV - Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para a Juventude: a) Juliane dos Santos V - Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude: a) Laura Ferreira Silva

VI - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte: a) Luciana Pons VII - Secretaria Municipal de Educação: a) Magali Dela Bruna Noronha IX - Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial: a) Márcia de Lagos Inácio Reis IX - Secretaria Municipal do Continente: a) Margarida Machado X - Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

Sustentável: a) Maria Angélica Jung Marques XI - Secretaria Municipal de Administração e Previdência: a) Maria Eliete de Oliveira XII - Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento: a) Marlene Felisbino XIII - Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis: a) Patrícia Karla Firmino Pires XIV - Fundação Cultural de Florianópolis - Franklin Cascaes: a) Roseli Maria da Silva Pereira XV - Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental: a) Simone Lolatto § 2º Representantes Não Governamentais: I - Fórum de Implantação da Lei Maria da Penha a) Sheila Sabag II - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas - SC a) Tânia Slongo § 3º Conselhos de Direitos: I - Conselho Municipal de Educação a) Cláudia Regina Martins Nunes Pires II - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher a) Eva Paula Franciosi III - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: a) Gerusa Machado IV - Conselho Municipal do Idoso: a) Leny Baessa Nunes V - Conselho Municipal de Saúde: a) Maria Estela da Conceição VI - Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial: a) Sônia Santos Lima Carvalho VII - Conselho Municipal de Assistência Social: a) Vismara

Felberg Lucas Art. 2º A Câmara Técnica Municipal, responsável pela elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, será coordenada por Dalva Maria Kaiser, Coordenadora

Municipal de Políticas para as Mulheres, com a colaboração de Eliane Cecília Fontana, Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e Rosilene Aparecida da Silva Lima, representante da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 10 de fevereiro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS – PMF

RESPONSÁVEL: Constâncio Alberto Salles
Maciel

Gerente: William Costa Nunes

Rua Conselheiro Mafra, 656 - Centro - 88010-914 -
Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48)
32515940.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
PRESIDÊNCIA

LEI Nº 7351/2007, DE 21 DE JUNHO DE 2007.

Procedência: Vereador João Batista Nunes

Natureza: Projeto de Lei nº 12174/2006

DOE nº 18147 de 21.6.2007

Fonte: CMF/Gerência de Documentação e Reprografia

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o dia 25 de novembro como o Dia Municipal de Combate à Violência contra a Mulher.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, aos 11 de junho de 2007.

Dário Elias Berger
Prefeito Municipal

II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Brasília

2008

**Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres**



© 2008. Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Elaboração, distribuição e informações:
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, 2º andar
70047-900 – Brasília – DF
Fones: (61) 2104-9377 e 2104-9381
Fax: (61) 2104-9362 e 2104-9355
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.presidencia.gov.br/spmulheres

Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Organização:
Gabriela do Vale

Distribuição gratuita.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

“Mais cidadania para mais brasileiras”

O II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (II PNPM) é resultado da mobilização de quase 200 mil brasileiras que participaram, em todo o País, das Conferências Municipais e Estaduais, e elegeram 2.700 delegadas à II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), realizada em agosto de 2007. O II PNPM expressa a vontade política do Governo Federal em reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres em nosso País.

Este não é um Plano da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **É um Plano de Governo.** Este não é um Plano que traz benefícios só para as mulheres. **É um Plano que beneficia toda a sociedade.**

Para que o II PNPM seja implementado, é imprescindível a parceria entre a União, governos estaduais e governos municipais. É igualmente fundamental que a sociedade civil, em especial as mulheres, conheça as ações propostas para que possa acompanhar sua execução. São dezenove ministérios e secretarias especiais trabalhando juntos para assegurar direitos e melhorar a qualidade de vida das mulheres brasileiras em toda a sua diversidade.

PRINCÍPIOS

O II PNPM é orientado pelos seguintes princípios aprovados nas I e II Conferências Nacionais:

IGUALDADE E RESPEITO À DIVERSIDADE - mulheres e homens são iguais em seus direitos e sobre este princípio se apóiam as políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda o combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e consideração das experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

EQÜIDADE - o acesso de todas as pessoas aos direitos universais deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas aos grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais, buscando-se a justiça social, requer pleno reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres.

AUTONOMIA DAS MULHERES - deve ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constroem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social.

LAICIDADE DO ESTADO - as políticas públicas de Estado devem ser formuladas e implementadas de maneira independente de princípios religiosos, de forma a assegurar efetivamente os direitos consagrados na Constituição Federal e nos diversos instrumentos internacionais assinados e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas.

UNIVERSALIDADE DAS POLÍTICAS - as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas

governamentais, caracterizadas pela indivisibilidade, integralidade e intersectorialidade dos direitos, e combinadas às políticas públicas de ações afirmativas, percebidas como transição necessária em busca da efetiva igualdade e equidade de gênero, raça e etnia.

JUSTIÇA SOCIAL - implica no reconhecimento da necessidade de redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade e na busca de superação da desigualdade social, que atinge as mulheres de maneira significativa.

TRANSPARÊNCIAS DOS ATOS PÚBLICOS - deve-se garantir o respeito aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com transparência nos atos públicos e controle social.

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL - devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas.

OBJETIVOS, PRIORIDADES E METAS

O Plano está organizado em 11 capítulos e/ou eixos que representam temas prioritários e áreas de preocupação, levantados pelas mulheres nas Conferências. Da primeira Conferência emergiram cinco eixos estratégicos e no processo de revisão do PNPM, na II Conferência, foram acrescentados seis novos eixos ao Plano. Para cada eixo, há objetivos, prioridades e metas que se concretizam nas 394 ações propostas.

I - AUTONOMIA ECONÔMICA E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO, COM INCLUSÃO SOCIAL

“As trabalhadoras domésticas são a única categoria que constitui exceção à legislação trabalhista vigente, na Constituição Federal”

OBJETIVOS GERAIS

- I. Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência;
- II. Promover a igualdade de gênero, considerando a dimensão étnico-racial nas relações de trabalho;
- III. Elaborar com base na Agenda Nacional o Plano Nacional do Trabalho Decente, incorporando os aspectos de gênero e considerando a dimensão étnico-racial.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos, considerando as dimensões étnico-raciais;
- II. Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres no meio rural e nas comunidades tradicionais;
- III. Garantir às trabalhadoras domésticas o exercício de todos os direitos trabalhistas concedidos às trabalhadoras em geral, previstos no Artigo 7º da Constituição Federal;
- IV. Promover a valorização do trabalho doméstico não-remunerado e contribuir para a superação da atual divisão sexual do trabalho;
- V. Promover a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de vulnerabilidade social, notadamente nas periferias urbanas.

PRIORIDADES

- Ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho;
- Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio;
- Promover a oferta de equipamentos sociais que contribuam para ampliar o tempo disponível das mulheres;
- Promover a proteção social das mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza e para a melhoria das condições de vida de suas famílias;
- Garantir o cumprimento da legislação e promover a valorização do trabalho doméstico remunerado e não-remunerado;
- Promover relações de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, raça/etnia, orientação sexual, geração ou deficiência com equidade salarial e no acesso a cargos de direção;
- Promover políticas de previdência social inclusiva para as mulheres; • Promover o acesso das mulheres à documentação civil.

METAS

- Aumentar em 12%, entre 2008 e 2011, o número de crianças entre zero e seis anos de idade frequentando creche ou pré-escola na rede pública;
- Construir 1.714 creches e pré-escolas, entre 2008 e 2011;
- Adotar medidas que promovam a elevação em 4% na taxa de atividade das mulheres com 16 anos ou mais, entre 2007 e 2011;
- Manter a média nacional em, no mínimo, 50% de participação das mulheres no total de trabalhadores capacitados e qualificados atendidos pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e nos convênios do MTE com entidades que desenvolvam formação profissional;
- Capacitar 12.000 mulheres no âmbito do Plano Trabalho Doméstico Cidadão e articular para sua incorporação na Educação de Jovens e Adultos;
- Aumentar em 30% o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada;
- Conceder crédito especial (Pronaf Mulher) a 58 mil mulheres trabalhadoras rurais, no período de 2008 a 2011;
- Ampliar a participação das mulheres no Pronaf para 35%;
- Atender 29 mil mulheres em projetos de Assistência Técnica protagonizada por mulheres até 2011;
- Realizar 1.500 mutirões do Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais, no período de 2008 a 2011;
- Emitir documentação civil para 80.000 mulheres nas áreas dos entornos dos empreendimentos dos setores elétrico, energético e mineral, em todo o território nacional;
- Implementar a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

II - EDUCAÇÃO INCLUSIVA, NÃO-SEXISTA, NÃO-RACISTA, NÃO-HOMOFÓBICA E NÃO-LESBOFÓBICA

“Respeito à diversidade também se aprende na escola”

OBJETIVOS GERAIS

I. Contribuir para a redução da desigualdade de gênero e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, religiosa, geracional, por orientação sexual e identidade de gênero, por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino;

II. Consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária;

III. Garantir o acesso à permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, de comunidades tradicionais, do campo e em situação de prisão).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Reduzir o analfabetismo feminino, em especial entre negras, indígenas e mulheres acima de 50 anos;

II. Promover a ampliação do acesso ao ensino profissional e tecnológico e ao ensino superior, com equidade de gênero, raça/etnia;

III. Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de conteúdos de educação para a equidade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica;

IV. Promover a formação de gestores/as e servidores/as federais de gestão direta/sociedades de economia mista e autarquias, profissionais da educação e estudantes dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas da equidade de gênero e valorização das diversidades;

V. Contribuir para a redução da violência de gênero, com ênfase no enfrentamento do abuso e exploração sexual de meninas, jovens e adolescentes;

VI. Estimular a participação das mulheres nas ciências e a produção de conhecimento na área de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnico-raciais, geracional, das pessoas com deficiência, entre outros.

PRIORIDADES

- Promover a formação inicial e continuada de gestores/as e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades;

- Promover a formação de estudantes da educação básica para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades;

- Promover a formação das mulheres (jovens e adultas) para o trabalho, visando reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões;

- Estimular a produção e difusão de conhecimentos sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia em todos os níveis de ensino.

METAS

- Formar 120 mil profissionais da educação básica nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, em processos executados ou apoiados pelo Governo Federal;

- Alfabetizar 3 milhões de mulheres;

- Reduzir de 9,64% para 8% a taxa de analfabetismo feminino, entre 2006 e 2011;
- Reduzir de 13,38% para 11% a taxa de analfabetismo das mulheres negras, entre 2006 e 2011;
- Construir 950 salas de aula em comunidades remanescentes de quilombos;
- Formar 5.400 professores/as da rede pública de ensino fundamental para atuar em comunidades remanescentes de quilombos;
- Matricular 2.000 mulheres indígenas em cursos de Licenciatura Intercultural;
- Construir 2.000 escolas da rede pública em áreas do campo;
- Formar 15.000 jovens agricultoras familiares no Programa Saberes da Terra do ProJovem;
- Ampliar em 5%, entre 2008 e 2011, a frequência de meninas, jovens e mulheres negras à educação básica;
- Ampliar em 10%, entre 2008 e 2011, a frequência de mulheres negras ao ensino superior.

III - SAÚDE DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

“Hoje há mais jovens mulheres infectadas pelo HIV do que jovens homens. A desigualdade de gênero tem a ver com isso”

OBJETIVO GERAL

I. Promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres, em todas as fases do seu ciclo vital, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos, e a ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde integral em todo o território brasileiro, sem discriminação de qualquer espécie e resguardando-se as identidades e especificidades de gênero, raça/etnia, geração e orientação sexual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Garantir os direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie;

II. Contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por auses evitáveis, em todas as fases do seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie;

III. Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde.

PRIORIDADES

- Promover a atenção à saúde das mulheres no climatério;
- Estimular a organização da atenção às mulheres, jovens e adolescentes com queixas ginecológicas;
- Estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos, jovens e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde, respeitando os princípios dos direitos sexuais e reprodutivos;
- Promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada, especialmente entre as mulheres negras e indígenas, incluindo a atenção ao abortamento inseguro, de forma a reduzir a morbimortalidade materna;
- Promover a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/Aids na população feminina;

- Reduzir a morbimortalidade por câncer cérvico-uterino e a mortalidade por câncer de mamas na população feminina;
- Promover a implantação de um modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero, considerando as especificidades étnico-raciais;
- Estimular a implantação da Atenção Integral à Saúde das Mulheres, por meio do enfrentamento das discriminações e do atendimento às especificidades étnico-raciais, geracionais, regionais, de orientação sexual, e das mulheres com deficiência, do campo e da floresta e em situação de rua;
- Fortalecer a participação e mobilização social em defesa da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher;
- Propor alterações de legislação com a finalidade de ampliar a garantia do direito à saúde, contemplando os direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

METAS

- Reduzir em 15% a Razão de Mortalidade Materna, entre 2008 e 2011;
- Garantir a oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis para 100% da população feminina usuária do SUS;
- Disponibilizar métodos anticoncepcionais em 100% dos serviços de saúde;
- Qualificar 100% dos pólos básicos para atenção integral à saúde da mulher indígena;
- Aumentar em 60% o número de exames citopatológicos na população feminina de 25 a 59 anos, entre 2008 e 2011;
- Aumentar em 15% o número de mamografias na população feminina, entre 2008 e 2011;
- Promover a adesão dos 27 estados brasileiros ao Plano de Enfrentamento da Feminização das DST/Aids;
- Formar quatro referências técnicas, por estado, em atenção às mulheres no climatério;
- Sensibilizar cinco referências técnicas, por estado, em atenção às queixas ginecológicas de mulheres e adolescentes;
- Implementar quatorze centros de referência para assistência à infertilidade;
- Apoiar a organização de um centro colaborador por região para humanização da atenção ao parto, ao abortamento e às urgências e emergências obstétricas;
- Implantar cinco experiências-piloto, uma por região, de um modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero.

IV - ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

“Uma vida sem violência é um direito das mulheres. A violência contra as mulheres realimenta a violência geral na sociedade”

OBJETIVO GERAL

Reduzir os índices de violência contra as mulheres por meio da:

I. Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com plena efetivação da Lei Maria da Penha;

II. Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres;

III. Implementação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no que diz respeito às ações referentes ao tráfico de mulheres, jovens e meninas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento;

II. Desconstruir estereótipos e representações de gênero, além de mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher;

III. Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz;

IV. Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional;

V. Ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência;

VI. Assegurar atendimento especializado às mulheres do campo e da floresta em situação de violência;

VII. Promover a integração e articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da implantação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência.

PRIORIDADES

- Ampliar e aperfeiçoar a Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência;
- Garantir a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais;
- Promover ações de prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres nos espaços público e privado;
- Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico;
- Garantir o enfrentamento da violência contra as mulheres, jovens e meninas vítimas do tráfico e da exploração sexual e que exercem a atividade da prostituição;
- Promover os direitos humanos das mulheres encarceradas.

METAS

- Construir/reformar/reaparelhar 764 serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência;
- Capacitar 170.000 profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, justiça e demais áreas da rede de atendimento;
- Realizar 1.000.000 de atendimentos válidos no Ligue 180;
- Consolidar o Observatório da Lei Maria da Penha;

- Qualificar 100% dos CRAS e CREAS para atendimento às mulheres vítimas de violência;
- Implementar a notificação compulsória em 100% dos municípios dos estados prioritários do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres;
- Qualificar 100% dos Centros de Referência para atendimento às mulheres vítimas de tráfico;
- Ampliar em 100% a rede de atenção integral à saúde de mulheres e adolescentes em situação de violência;
- Implantar a Vigilância de Violências e Acidentes – VIVA em todas as capitais e municípios dos estados prioritários do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres;
- Assegurar a existência de estabelecimentos penais femininos dentro de padrões físicos e funcionais que assegurem a dignidade das detentas, nas 27 unidades da federação;
- Assegurar a existência de pelo menos um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em todos os municípios brasileiros;
- Habilitar 100% dos estados para a Atenção Integral à Saúde das presidiárias e adolescentes em conflito com a lei.

V - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

“As mulheres representam apenas 8,9% do total de deputados federais e senadores”

OBJETIVO GERAL

I. Promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Promover a mudança cultural na sociedade, com vistas à formação de novos valores e atitudes em relação à autonomia e empoderamento das mulheres;

II. Estimular a ampliação da participação das mulheres nos partidos políticos e nos Parlamentos federal, estadual e municipal e nas suas instâncias de poder e decisão;

III. Estimular a ampliação da participação das mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis, respeitando-se os recortes de raça/etnia;

IV. Estimular a ampliação da participação de mulheres nos cargos de liderança política e de decisão no âmbito das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de naturezas diversas, e todos os tipos de associação onde mudanças nesse sentido se façam necessárias;

V. Estimular a ampliação da participação das mulheres indígenas e negras nas instâncias de poder e decisão;

VI. Estimular a participação e o controle social nas políticas públicas;

VII. Inserir no debate da reforma política o tema da paridade na representação parlamentar.

PRIORIDADES

- Sensibilização da sociedade e implementação de estratégias para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- Criação de mecanismos de apoio à participação político-partidária das mulheres;

- Fortalecimento da participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação baseadas na raça/etnia, geração, orientação sexual, entre outras relacionadas à diversidade humana e cultural;
- Criação, revisão e implementação de instrumentos normativos com vistas à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e, entre as mulheres, na ocupação de postos de decisão nas distintas esferas do poder público.

METAS

- Garantir a plena aplicação da Lei 9.504/97, considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população;
- Aumentar em 20% o número de mulheres nos cargos de direção (DAS 3, 4, 5 e 6) do Poder Executivo, considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população;
- Ampliar em 20% nas eleições de 2010 o número de mulheres no Parlamento Nacional (Câmara e Senado Federal), considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população;
- Ampliar em 20% nas eleições de 2010 a participação de mulheres nas Assembleias Legislativas Estaduais, considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população;
- Ampliar em 20% nas eleições de 2008 a participação de mulheres nas Câmaras de Vereadores, considerando a proporção das mulheres negras e indígenas na população;
- Realizar, no mínimo, 10 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos;
- Contribuir para a criação e o fortalecimento de conselhos estaduais de promoção e defesa dos direitos das mulheres nas 27 Unidades da Federação;
- Contribuir para a criação e o fortalecimento de conselhos municipais dos direitos da mulher na totalidade dos municípios com mais de 100 mil habitantes;
- Realizar amplo debate na sociedade sobre a participação paritária das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- Revisar a lei de cotas eleitorais.

VI - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MEIO RURAL, NA CIDADE E NA FLORESTA, COM GARANTIA DE JUSTIÇA AMBIENTAL, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

“A sustentabilidade da vida no planeta não combinacom a desigualdade de gênero”

OBJETIVO GERAL

I. Promover a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas ambientais e de segurança alimentar, favorecendo o desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I. Estimular a participação das mulheres em todas as instâncias de formulação e implementação de políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável;

II. Promover a sensibilização e capacitação de gestores/as e profissionais da área ambiental nas temáticas de gênero, raça/etnia;

III. Promover o protagonismo das mulheres da cidade, do campo e da floresta, na promoção do desenvolvimento sustentável no país;

IV. Estimular o crescimento da participação das mulheres na produção para autoconsumo e comercialização de alimentos saudáveis e de qualidade, segundo os princípios da segurança alimentar;

V. Promover políticas públicas de defesa da água como um bem público e da democratização do seu uso.

PRIORIDADES

- Promover e valorizar a participação das mulheres em instâncias colegiadas de implementação de políticas ambientais com base territorial, bem como do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH;
- Promover a inclusão produtiva de mulheres representantes de populações e comunidades tradicionais;
- Promover a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais das mulheres associados à biodiversidade;
- Promover a participação de mulheres nos programas e ações que tratem dos temas de mudanças climáticas, assentamentos rurais e licenciamento;
- Promover e fortalecer atividades econômicas desenvolvidas por mulheres e vinculadas à segurança alimentar.

VII - DIREITO À TERRA, MORADIA DIGNA E INFRA-ESTRUTURA SOCIAL NOS MEIOS RURAL E URBANO, CONSIDERANDO AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

“Mulheres livres e iguais em cidades seguras, sem violência”

OBJETIVOS GERAIS

- I. Promover o direito das mulheres à vida com qualidade na cidade, no meio rural e nas comunidades tradicionais, respeitando suas especificidades e garantindo o acesso a bens, equipamentos e serviços públicos;
- II. Promover os direitos das mulheres no acesso à terra, à reforma agrária e ao desenvolvimento rural sustentável, com atenção especial aos territórios contemplados no programa “Territórios da Cidadania”.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Promover o acesso das mulheres à moradia digna, construída em local apropriado, saudável e seguro, titulada, com qualidade de condições materiais e técnicas construtivas, dotada de energia elétrica convencional ou alternativa, infra-estrutura e acesso a bens, serviços públicos e equipamentos sociais;
- II. Garantir o acesso igualitário das mulheres à terra, por meio da inscrição, cadastro e titulação de assentamentos da reforma agrária, bem como orientação jurídica e capacitação sobre os direitos das mulheres assentadas;
- III. Promover o reconhecimento econômico das mulheres nos assentamentos, estimulando sua participação na gestão e no acesso à assistência técnica, crédito e comercialização;
- IV. Articular os programas habitacionais nas periferias dos grandes centros urbanos ou grupamentos municipais nos territórios rurais com os programas de eficiência energética e de conservação de energia.

PRIORIDADES

- Ampliar o acesso à terra nas áreas urbanas e à moradia com infra-estrutura social adequada;

- Ampliar o conhecimento sobre as normas referentes ao direito de acesso à terra para as mulheres nos assentamentos de reforma agrária;
- Ampliar e qualificar o acesso à assessoria técnica socioambiental, ao crédito especial e à agroindustrialização para assentadas da reforma agrária;
- Promover o acesso igualitário das mulheres ao Programa Crédito Fundiário.

METAS

- Capacitar servidores/as sobre gênero, reforma agrária e desenvolvimento rural em 100% das Superintendências Regionais do Incra;
- Avaliar o impacto sobre a vida das mulheres em 100% dos projetos de habitação, saneamento e infra-estrutura do PAC.

VIII - CULTURA, COMUNICAÇÃO E MÍDIA IGUALITÁRIAS, DEMOCRÁTICAS E NÃO DISCRIMINATÓRIAS

“Promover uma cultura de igualdade: desafio ou utopia?”

OBJETIVOS GERAIS

Contribuir para a:

- I. Construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, raça/etnia, orientação sexual e geração;
- II. Promover a visibilidade da contribuição cultural das mulheres na sociedade brasileira, por meio da divulgação de suas diferentes formas de expressão;
- III. Promover o acesso das mulheres aos meios de produção cultural e de conteúdo para todos os veículos de comunicação e mídia;
- IV. Contribuir para a elaboração de marco regulatório para o sistema de comunicação brasileiro que iniba a difusão de conteúdos discriminatórios relacionados a gênero, raça/etnia, orientação sexual, e para a implantação de órgão executor desta finalidade;
- V. Garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais na área e contribuir para a revisão da legislação brasileira sobre a matéria.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Incentivar comportamentos e atitudes que não reproduzam conteúdos discriminatórios e que valorizem as mulheres em toda a sua diversidade, nos veículos de comunicação;
- II. Valorizar as iniciativas e a produção cultural das mulheres e sobre as mulheres;
- III. Contribuir para ampliar a presença das mulheres nos diferentes espaços de poder e decisão na mídia nacional;
- IV. Contribuir para ampliar o controle social sobre a veiculação de conteúdos discriminatórios na mídia em geral.

PRIORIDADES

- Estimular e garantir que os programas de fomento à produção e difusão cultural valorizem a expressão das mulheres e sua contribuição social, política, econômica e cultural;
- Estimular a produção e difusão de conteúdos não-discriminatórios e nãoestereotipados das mulheres, valorizando as dimensões de raça/etnia, orientação sexual e geração;

- Construir mecanismos de monitoramento e controle social dos conteúdos veiculados nos espaços de mídia e comunicação, assegurando participação ativa, constante e capilarizada da sociedade.

METAS

- Elaborar um diagnóstico sobre a representação da mulher na mídia, em todas as regiões do país;
- Promover a articulação de cinco redes de monitoramento, uma para cada região do país, para denúncias de abordagens discriminatórias de gênero, raça/etnia;
- Ampliar em 50% os Pontos de Cultura Mulher;
- Realizar 3 seleções públicas de projetos formulados por mulheres para produção de conteúdos de audiovisual que desconstruam mitos e estereótipos de gênero e raça/etnia;
- Instituir 5 pontões de Cultura Mulher, um em cada região do país.

IX - ENFRENTAMENTO DO RACISMO, SEXISMO E LESBOFOBIA

“Viver a diferença, praticar a igualdade”

OBJETIVO GERAL

I. Instituir políticas, programas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia e assegurar a incorporação da perspectiva de raça/etnia e orientação sexual nas políticas públicas direcionadas às mulheres.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Ampliar o conhecimento sobre a dimensão ideológica do racismo, sexismo e lesbofobia;
- II. Superar as dimensões de desigualdade baseadas no racismo, sexismo e lesbofobia;
- III. Reduzir os índices de racismo institucional contra mulheres, garantindo o acesso equitativo às diferentes políticas públicas.

PRIORIDADES

- Formular e implementar programas, projetos e ações afirmativas e de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia nas instituições públicas governamentais;
- Fortalecer as políticas de enfrentamento da discriminação contra as mulheres atingidas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, deficiência, fatores geracionais e outras formas de intolerância e discriminação;
- Apoiar a capacitação de lideranças do movimento de mulheres e feminista na promoção de políticas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia e ações afirmativas.

METAS

- Formar 120 mil profissionais da educação básica nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, em processos executados ou apoiados pelo Governo Federal;
- Reduzir de 13,38% para 11% a taxa de analfabetismo das mulheres negras, entre 2006 e 2011;
- Ampliar em 5%, entre 2008 e 2011, a frequência de meninas, jovens e mulheres negras à educação básica;
- Ampliar em 10%, entre 2008 e 2011, a frequência de mulheres negras ao ensino superior;
- Construir 950 salas de aula em comunidades remanescentes de quilombos;

- Formar 5.400 professores/as da rede pública de ensino fundamental para atuar em comunidades remanescentes de quilombos;
- Matricular 2.000 mulheres indígenas em cursos de Licenciatura Intercultural;
- Qualificar 100% dos pólos básicos para atenção integral à saúde da mulher indígena;
- Implantar o Programa de Anemia Falciforme nas 27 Unidades da Federação;
- Desenvolver experiências piloto para a implantação de diretrizes estratégicas de atendimento à saúde das mulheres lésbicas e bissexuais em cinco municípios do país;
- Promover a articulação de cinco redes de monitoramento da mídia para denúncia de abordagens discriminatórias de gênero, raça/etnia e orientação sexual em todas as regiões do país;
- Realizar 3 seleções públicas de projetos formulados por mulheres para produção de conteúdos de audiovisual que desconstruam mitos e estereótipos de gênero e raça/etnia;
- Capacitar 12.000 mulheres no âmbito do Plano Trabalho Doméstico Cidadão e articular para sua incorporação na Educação de Jovens e Adultos.

X - ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES GERACIONAIS QUE ATINGEM AS MULHERES, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS JOVENS E IDOSAS

“A cada etapa da vida surgem novas necessidades, novos problemas, novas alegrias”

OBJETIVOS GERAIS

- I. Assegurar a incorporação da perspectiva geracional nas políticas públicas direcionadas às mulheres;
- II. Garantir o protagonismo das jovens e idosas na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas e nos programas desenvolvidos no âmbito do PNPM;
- III. Promover a autonomia das mulheres jovens e idosas, considerando as suas especificidades e diversidades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Reduzir os índices de violência contra as mulheres, considerando as diversidades geracionais;
- II. Garantir a igualdade de direitos e oportunidades no acesso, permanência e promoção das jovens, em especial as negras, no mercado de trabalho;
- III. Ampliar a permanência das mulheres jovens na educação formal, evitando a evasão escolar, em especial para as negras, trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas, lésbicas, deficientes e jovens em conflito com a lei;
- IV. Reduzir o analfabetismo feminino, em especial entre negras, indígenas e mulheres acima de 50 anos.
- V. Fortalecer ações de prevenção e assistência integral à saúde de mulheres adolescentes e jovens;
- VI. Incentivar e fortalecer a inclusão feminina no sistema previdenciário, com base na universalização da cobertura.

PRIORIDADES

- Assegurar a implementação de ações de enfrentamento das desigualdades contra as mulheres jovens e idosas nas instituições públicas governamentais;
- Apoiar a implementação do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Apoiar a capacitação de lideranças do movimento de jovens feministas na promoção de políticas e ações de enfrentamento das desigualdades geracionais.

METAS

- Adotar medidas que promovam a elevação em 4% na taxa de atividade das mulheres com 16 anos ou mais, entre 2007 e 2011;
- Reduzir de 9,64% para 8% a taxa de analfabetismo feminino, entre 2006 e 2011;
- Formar 15.000 jovens agricultoras familiares no Programa Saberes da Terra do ProJovem;
- Formar quatro referências técnicas, por estado, em atenção às mulheres no climatério;
- Sensibilizar cinco referências técnicas, por estado, em atenção às queixas ginecológicas de mulheres e adolescentes;
- Ampliar em 100% a rede de atenção integral à saúde de mulheres e adolescentes em situação de violência;
- Habilitar 100% dos estados para a Atenção Integral à Saúde das presidiárias e adolescentes em conflito com a lei.

XI - GESTÃO E MONITORAMENTO DO PLANO

“Mais cidadania para mais brasileiras com participação e controle social”

OBJETIVO GERAL

I. Implementar o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, de forma eficiente, eficaz e efetiva, com transparência das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, estaduais e municipais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Viabilizar a gestão compartilhada e transversal do PNPM na administração pública federal, estadual e municipal;
- Ampliar o conhecimento sobre a situação das mulheres na sociedade brasileira e das políticas públicas de gênero;
- Estimular o controle social da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;
- Revisar e implementar o Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

PRIORIDADES

- Capacitação e qualificação de agentes públicos nos temas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geração e direitos humanos;
- Produção, organização e disseminação de dados, estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero, raça/etnia, violência contra as mulheres, orientação sexual, geração e direitos humanos;
- Ampliação da institucionalização das políticas de gênero nos poderes executivos federal, estaduais e municipais;

- Monitoramento e avaliação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;
- Contribuir para a criação e o fortalecimento de organismos estaduais de promoção de políticas para as mulheres nas 27 Unidades da Federação;
- Contribuir para a criação e o fortalecimento de organismos municipais de políticas para as mulheres na totalidade dos municípios com mais de 100 mil habitantes;
- Incentivar a formulação de Planos estaduais de políticas para as mulheres nas 27 Unidades da Federação;
- Incentivar a formulação de Planos municipais de políticas para as mulheres em todas as capitais do país;
- Implantar o Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre violência contra as mulheres;
- Capacitar todos/as os/as servidores/as públicos admitidos por concurso na administração pública federal nos temas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geração e direitos humanos;
- Construir um Sistema de Acompanhamento da Implementação do II PNPM para estados e municípios.

COMITÊ DE MONITORAMENTO DO PLANO

São 19 órgãos da administração pública federal, além de representantes de mecanismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

1. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SPM/PR, que o coordenará:

Lourdes Maria Bandeira - Titular

Luana Simões Pinheiro – Suplente

2. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC

Maria Elisa Brandt - Titular

Adriana de Oliveira Barbosa - Suplente

3. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ

Juliana Barroso - Titular

Inajara Ferreira - Suplente

4. MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS

Regina Coeli Viola - Titular

Thereza de Lamare França Neto - Suplente

5. MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID

Kátia Maria Borges Fidalgo - Titular

Ana Koatz - Suplente

6. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

Andrea Lorena Butto Zarzar - Titular

Elisabete Busanello - Suplente

7. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MPOG

Váleria Rezende de Carvalho Ferreira - Titular

Danielle Cancela Cronemberger - Suplente

8. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE

Leonor Costa - Titular

Ildemar Barbosa - Suplente

9. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS

Célia Maria Farias Vieira - Titular

Júnia Valéria Quiroga da Cunha - Suplente

10. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA - MME

Maria Beatriz de Faria - Titular

Gleyse Peiter - Suplente

11. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

Sérgio Bueno da Fonseca - Titular

Cláudia Moreira Diniz - Suplente

12. MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC

Maria Cláudia Canto Cabral - Titular

Thaís S. P. Werneck - Suplente

13. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEDH/PR

Pedro Pontual - Titular

Maria do Socorro Tabosa - Suplente

14. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SEPPIR

Vera Proba - Titular

Ivete Campos - Suplente

15. CASA CIVIL/PR

Mariana Bandeira de Mello Parente Sade - Titular

Ivanildo Tajra Franzosi - Suplente

16. SECRETARIA GERAL - SG/PR

Quenes Silva Gonzaga - Titular

Marina Pimenta Spinola Castro - Suplente

17. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO - SECOM/PR

Joyce Del Frari Coutinho - Titular

Lucia Maria Rodrigues Mendes - Suplente

18. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Leia Bezerra do Vale - Titular

Irania Maria da Silva Ferreira Marques - Suplente

19. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Natália de Oliveira Fontoura - Titular

Helder Rogério Sant'Ana Ferreira - Suplente

20. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

Lia Zanotta, Eline Jonas e Nilza Iraci - Titulares

Odisséia Carvalho, Arlete Zago e Helena Ribeiro - Suplentes

21. ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO PODER

Executivo Estadual

Lourdes Leitão (Secretaria de Estado da Mulher do Maranhão) e Cecília Teixeira (Superintendência de Políticas para as Mulheres do Rio de Janeiro) - Titulares

Vanda de Souza (Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo) e Maria Araújo de Aquino (Secretaria Estadual da Mulher do Acre) - Suplentes

22. ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO PODER

Executivo Municipal

Teresinha Beraldo (Secretaria de Mulher de Maringá/PR) e Berenice Rosa (Coordenadoria da Mulher de Campinas /SP) - Titulares

Rosaly Scalabrini (Coordenadoria Municipal de Rio Branco/AC) e Solange Zanetta (Coordenadoria de Políticas de Gênero de Santo André/SP) – Suplentes

Para ter acesso ao Plano completo, consulte o sítio eletrônico (website)
da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres:
www.spmulheres.gov.br